

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO  
LINHA DE PESQUISA: CULTURAS POLÍTICAS, REPRESENTAÇÕES,  
DISCURSOS E NARRATIVAS

GELVANE ANDRADE COSTA FILHO

DIREITA VIRTUAL: ascensão da cultura política de direita nas redes sociais em  
Alagoas (2013-2023)

MACEIÓ - AL

2024

GELVANE ANDRADE COSTA FILHO

DIREITA VIRTUAL: ascensão da cultura política de direita nas redes sociais em  
Alagoas (2013-2023)

Dissertação de mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em História  
da Universidade Federal de Alagoas,  
como requisito para qualificação do  
Mestrado em História.

Orientadora: Profa. Dra. Arrizete Cleide  
de Lemos Costa

Maceió - AL

2024

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Jone Sidney A. de Oliveira – CRB-4 – 1485

C837d Costa Filho, Gelvane Andrade.

DIREITA VIRTUAL: ascensão da cultura política de direita nas redes sociais em Alagoas (2013-2023). / Gelvane Andrade Costa Filho. – 2024.  
108 f. : il.

Orientador: Arrisete Cleide de Lemos Costa.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Alagoas.  
Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 100-108.

1. História Digital. 2. Maceió. 3. Neoliberalismo. 4. Cultura Política. I. Título.

CDU: 94:316(813.5)

## Folha de Aprovação

**GELVANE ANDRADE COSTA FILHO**

“DIREITA VIRTUAL: ascensão da cultura política de direita nas redes sociais em Alagoas (2013-2023)”

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 29 de agosto de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **ARRIZETE CLEIDE LEMOS COSTA**  
Data: 20/03/2025 04:26:23-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>fa</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Arrizete Cleide Lemos Costa (Orientadora)  
Universidade Federal de Alagoas

### Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **ANDERSON DA SILVA ALMEIDA**  
Data: 13/03/2025 10:15:41-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente  
 **ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO**  
Data: 19/03/2025 19:03:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. Artur Bispo dos Santos Neto (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Alagoas

## **Agradecimentos**

Agradeço imensamente minha mãe Elienai, meus irmãos Claudia e Hugo e minha amada noiva Luiza. Vocês são a estrutura que me manteve de pé nesses últimos anos. Não haveria Gelvane sem o amor e acolhimento de vocês.

Inúmeros agradecimentos à minha orientadora Arrizete Cleide de Lemos Costa, por todas as incontáveis contribuições para este trabalho e por todo apoio imprescindível nos momentos finais da escrita, quando o cansaço e as noites em claro chegaram a obstruir a consciência.

Aos professores Anderson Almeida e Artur Bispo dos Santos Neto, que participaram da banca de avaliação e forneceram as contribuições mais do que essenciais para o amadurecimento e lapidação da pesquisa. Agradeço imensamente a disponibilidade, a gentileza e a paciência com os passos que esta pesquisa pôde apresentar durante sua execução.

A todos os amigos que reservaram algum tempo para me ouvir lamentar as dificuldades do dia a dia e que contribuíram cada um a seu modo para a manutenção da lucidez na voracidade do Tempo Presente.

A todos os docentes, técnicos e colegas de turma que colaboraram em minha jornada acadêmica, em especial minha colega Daiane Vincente, com quem pude evoluir junto nos primeiros momentos do programa de mestrado. Enfim, com todas as dificuldades, conseguimos encerrar a última geração de mestrandos da pandemia.

A todos os que de alguma maneira contribuíram com este trabalho, somos todos um e somos todos e todos resistiremos juntos. Avante até a vitória.

## RESUMO

A dissertação apresentada investiga o fenômeno da "Nova Direita" no Brasil, emergente no contexto das transformações geopolíticas do século XXI. A pesquisa iniciada na graduação procura alargar a compreensão sobre o Instituto Liberal de Alagoas, analisando por intermédio da análise de discurso (Eni Puccinelli Orlandi), os documentos sobre a ascensão de *think tanks* neoliberais e a difusão de ideais conservadores, especialmente a partir de 2013. A pesquisa sistematiza e expõe as tensões políticas que caracterizam esse período, identificando os principais atores e suas interações no ciberespaço, onde se destacam as "bolhas digitais" que reforçam discursos polarizantes. Através de uma abordagem interdisciplinar, que inclui referências a teóricos como István Mészáros e Wendy Brown, a dissertação argumenta que o neoliberalismo e o extremismo de direita se entrelaçam moldando a cultura política contemporânea no Brasil. Os resultados indicam que, apesar da diversidade de grupos, há uma convergência em torno de pautas conservadoras que desafiam as estruturas democráticas, refletindo uma transformação significativa no debate público e nas práticas políticas. A crítica histórica do funcionamento das redes sociais e dos discursos veiculados revela a complexidade e a dinâmica desse novo campo político, contribuindo para uma compreensão mais profunda das direitas contemporâneas no Brasil.

**Palavras-chave:** História Digital; Maceió; Neoliberalismo; Cultura Política.

## ABSTRACT

The dissertation presented investigates the phenomenon of the "New Right" in Brazil, emerging in the context of the geopolitical transformations of the 21st century. The research begun in undergraduate studies seeks to broaden the understanding of the Liberal Institute of Alagoas, analyzing through discourse analysis (Eni Puccinelli Orlandi) the documents on the rise of neoliberal think tanks and the diffusion of conservative ideals, especially from 2013 onwards. The research systematizes and exposes the political tensions that characterize this period, identifying the main actors and their interactions in cyberspace, where the "digital bubbles" that reinforce polarizing discourses stand out. Through an interdisciplinary approach, which includes references to theorists such as István Mészáros and Wendy Brown, the dissertation argues that neoliberalism and right-wing extremism are intertwined, shaping contemporary political culture in Brazil. The results indicate that, despite the diversity of groups, there is a convergence around conservative agendas that challenge democratic structures, reflecting a significant transformation in public debate and political practices. The historical critique of the functioning of social networks and the discourses conveyed reveals the complexity and dynamics of this new political field, contributing to a deeper understanding of contemporary right-wing movements in Brazil.

Keywords: Digital History; Maceió; Neoliberalism; Political Culture.

## LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Convocação 14 de novembro 2014.....	76
Imagem 2 - Transparência da Página.....	77
Imagem 3 - Caixa de comentários 1.....	78
Imagem 4 - Caixa de comentários 2.....	79
Imagem 5 - Meme.....	79

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	6
<b>2 FORTALECIMENTO DA CULTURA POLÍTICA DE DIREITA VIRTUAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010</b> .....	24
2.1. As Jornadas de Junho de 2013 e o desgaste da política de conciliação Petista.....	24
2.2 Operação Lava-jato: discurso moralista na política rumo ao extremismo de direita.....	30
2.3 Mobilizações de direita no Brasil em 2015.....	39
<b>3 SURGIMENTO DO “BOLSONARISMO” E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA DE DIREITA VIRTUAL NO BRASIL</b> .....	45
3.1 <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff.....	45
3.2 Eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018.....	50
<b>4 A DIREITA VIRTUAL EM ALAGOAS</b> .....	59
4.1-O fenômeno sócio-histórico em Maceió – Alagoas.....	59
4.2-O Instituto Liberal de Alagoas (ILA).....	66
4.3-Movimento Brasil (MBR).....	75
4.4 Leonardo Dias.....	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>6 REFERÊNCIAS</b> .....	96

## 1 INTRODUÇÃO

Na última década (2013-2023), vimos a aparente estabilidade das instituições políticas do Brasil ser sacudidas violentamente pelo fortalecimento de forças políticas reacionárias que mobilizaram uma parcela considerável da população a partir de um novo tipo de forma de articulação política que colocou “em xeque” a manutenção do *status quo* como se estabeleceu desde o final da ditadura militar em 1985. Os acontecimentos desencadeados a partir das manifestações contra o aumento das tarifas de transporte público em todo o Brasil em junho de 2013 e que se estendem até os dias de hoje, atordoam os analistas mais preparados capazes de avaliar o sentido dos acontecimentos que se sucederam. À sombra das movimentações e reposicionamentos na geopolítica do século XXI, um dos fenômenos que chama a atenção neste período, é o fortalecimento de um campo político que passou a ser chamado por uma parcela de intelectuais e analistas políticos como a “Nova Direita”.

O presente trabalho surge, inicialmente, como desenvolvimento da pesquisa iniciada no Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC), intitulado “*A nova pele da cascavel: o movimento neoliberal no Brasil e a fundação do Instituto Liberal de Alagoas em 2015*” (2019). Nele estudamos o surgimento de uma nova onda chamada de *think tanks*,<sup>1</sup> de base ideológica neoliberal que foram criados como resultado dos esforços de intelectuais e empresários dispostos a difundir os princípios liberais atualizados no início do século XX, em especial as formulações dos intelectuais da Escola Austríaca de Economia Política<sup>2</sup>.

Na pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso tivemos como objetivo entender em qual momento ocorreu a difusão dos princípios neoliberais no

---

<sup>1</sup> O “2017 Global Go To Index Report “[...] considera think tanks como “organizações de análise e compromisso de pesquisa sobre políticas públicas”.

<sup>2</sup> A Escola Austríaca de Economia compreende o grupo de intelectuais atuantes em Viena que foi responsável por desenvolver a partir de suas obras uma atualização do pensamento econômico liberal no campo da Economia e da Filosofia. Entre os autores de destaque que compunham o grupo constam nomes como Carl Menger, Ludwig von Mises e Friederich Hayek. Para uma leitura aprofundada sobre as atualizações promovidas pelo grupo e sua militância em torno da difusão das ideias liberais defendidas por eles, ver GROSS (2003): “Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República”.

Brasil e o que propiciou a sua difusão na década de 2010. Consideramos que seria uma maneira de tentar compreender as tensões políticas em curso na época e de identificar os atores políticos que ganharam destaque no período, ao menos no âmbito desse segmento ideológico do neoliberalismo com manifesta inspiração nos intelectuais da Escola Austríaca de Economia. Assim, buscamos compreender este setor como parte integrante do campo político-ideológico desta Nova Direita e propusemos o estudo de caso de um dos exemplos de organização política deste perfil desenvolvida no estado de Alagoas.

Os resultados da pesquisa sobre os Institutos Liberais em Alagoas e outras regiões do País indicaram que, apesar do alinhamento teórico reivindicado por estas organizações, o caráter descentralizado da atuação desses grupos e o distanciamento das leituras sobre o liberalismo que desenvolveram entre si indicavam um aspecto difuso das proposições políticas desse campo, onde alguns grupos iriam apresentar um posicionamento mais próximo às pautas conservadoras, como o Instituto Liberal do Rio de Janeiro (ILRJ), enquanto outros iriam produzir materiais em torno mesmo do afastamento deste campo político, no caso do Instituto Liberal de Alagoas (ILA)<sup>3</sup>.

O curto período de tempo de atuação de parte dos grupos pesquisados, como o próprio ILA e o Instituto Liberal do Nordeste (ILIN) também impossibilitou que pudéssemos acompanhar o posicionamento desses grupos frente a acontecimentos de relevância que se sucederam ao longo da década. Desta forma, com o intuito de nos aproximarmos do estudo de grupos e indivíduos que ganharam destaque no cenário político brasileiro no campo da direita, avançamos na pesquisa e nos estudos sobre esse setor.

Ao longo do processo de pesquisa que resultou na presente dissertação, compreendemos o desafio que consistia em situar o tema do extremismo de direita no século XXI no âmbito do debate historiográfico. Trata-se de um campo de estudos em desenvolvimento e como tal se apresenta como um campo de

---

<sup>3</sup> Disponível em: Instituto Liberal de Alagoas. A morte do fusionismo liberal-conservador. Medium, 2024. Disponível em: <<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/a-morte-do-fusionismo-liberal-conservador-cdd09042582f>>. Acesso em: 12 de agosto de 2024.

discussões preliminares e ainda instáveis acerca das categorias e dos fundamentos teóricos que baseiam suas análises. No curto período entre 2014 a 2023, o extremismo de direita assume diferentes comportamentos e posicionamentos à medida que suas condições de atuação mudam e se complexificam no desenrolar dos acontecimentos. O caráter heterogêneo deste segmento político dificultou a categorização dos elementos que compõem os diversos grupos, organizações, lideranças políticas e intelectuais que se alinham nos protestos públicos e páginas das redes sociais que disputam espaço com movimentos sociais e referências políticas já consolidados, sejam à esquerda ou à direita.

Um dos desafios acadêmicos que serve como exemplo para demonstrar esse aspecto do debate teórico sobre extremismo de direita no século XXI foram as categorias usadas para definir este campo. Dentre os termos que ganharam destaque na academia e mesmo fora dela foi a definição de uma “Nova Direita”, abordagem que compreende a renovação de um campo político conservador que dialoga com o neoliberalismo na defesa da liberdade irrestrita para preservação de valores e princípios que julgam estar em ameaça pela esquerda. Odilon Caldeira Neto, historiador especialista em pesquisas sobre a extrema-direita no Brasil, afirma que a nova direita consiste num complexo fenômeno cujas origens pode ter uma amplitude além do imediatismo:

O processo de formação da nova direita brasileira envolve desde questões relativas à oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) até a contrariedade diante de determinadas agendas políticas, como a legalização do aborto, ou questões de costumes. [...] mesmo grupos mais organizados, como o Movimento Brasil Livre (MBL) foram formados a partir da socialização e da interação de pequenos grupos precedentes, em relações que fortaleceram o senso de unidade e a socialização política, bem como a formação de uma identidade filosófica comum (Caldeira Neto, 2020, p. 122).

Sendo um fenômeno recente, ainda é um desafio definir categorias capazes de abarcar a complexidade da dinâmica política contemporânea no Brasil. O caráter heterogêneo dos movimentos de direita congrega desde elementos novos no cenário político como também figuras e expressões consolidadas no debate público e atualizadas diante das novas condições históricas de atuação. O ritmo vertiginoso em que os acontecimentos se desencadeiam lança luz sobre grupos e indivíduos

que podem ou não resistir às reviravoltas e reposicionamentos aos quais os atores políticos estão sujeitos ao longo do tempo.

Mesmo com a riqueza das variadas interpretações e certa polissemia na constituição do campo das novas direitas no Brasil, é comum observar (não necessariamente em meios especializados) a tentação de simplificar fenômenos tão complexos – e transnacionais – a partir de termos pouco apurados heurísticamente, como o neofascismo, tal qual utilizado em alguns casos. Ou, melhor dizendo, uma noção de neofascismo tão abrangente quanto conflituosa, que abarca categorias tão diversas no campo das direitas no Brasil, como grupos monarquistas, liberais radicais, conservadores, evangélicos, militaristas, armamentistas, neofascistas, e assim por diante (Caldeira Neto, 2020, p. 123).

Ainda que as direitas apresentem este aspecto heterogêneo em sua composição social, entendemos que as décadas sob a égide da economia neoliberal representam fatores decisivos para compreensão das direitas no século XXI. Nesse sentido, adotarei, nesse trabalho, a interpretação do filósofo István Mészáros sobre o processo histórico e os condicionamentos estruturais que se desdobraram na crise que marca o final do século. Para o autor, a crise que eclode na década de 1970 seria expressão de um processo de esgotamento dos limites de reprodução sóciometabólica do capital e que possui dimensões estruturais:

Mészáros indicava que o sistema de capital (e, em particular, o capitalismo), depois de vivenciar os ciclos, adentrava em uma nova fase, inédita, de crise estrutural, marcada por um continuum depressivo que faria aquela fase cíclica anterior virar história. Embora pudesse haver alternância em seu epicentro, a crise se mostra longa e duradoura, sistêmica e estrutural (Mészáros, 2011, p. 10).

A discussão de István Mészáros leva em consideração as dimensões que o processo de expansão do capital, condição *sui generis* para sua autorreprodução, é colocado ameaçado devido aos limites impostos pela sua própria natureza. Ainda que não caiba adentrar numa análise mais sistemática sobre os efeitos e as configurações da crise postulada na obra de Mészáros (análise esta certamente necessária e pertinente sobretudo à luz da reflexão historiográfica, seja como apreciação empírica ou como crítica, análise esta que fugiria dos limites desse trabalho), opto por adotar esse referencial como ponto de partida que permite

entender o momento favorável para a adoção do neoliberalismo como solução para o momento histórico que se apresentava. Mézáros entendia que naquele momento as soluções parciais para resolução das contradições inerentes do capital seriam inviabilizadas frente à sua inexorável necessidade de autorreprodução:

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram reversíveis), obtidos por meio de organizações de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa própria época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida “crescendo para fora dele”), o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (Mészáros, 2011, p. 95).

É necessário salientar que esta opção analítica não implica conceber o desenvolvimento da crise como uma determinação fatal das relações econômicas do capitalismo. Implica, por outro lado, em tendências históricas que condicionaram a forma de organização do processo produtivo do capital. Trata-se, para Mézáros, de um influxo gerado pelo próprio processo de expansão incontrolável do capital globalizado e, por isso, estrutural. Esse movimento é verificável na crescente queda da taxa de lucros dos setores produtivos e tem sua expressão analisável na crise que se inicia nos anos 1970:

A tendência expansionista da economia internacional, que se refletia em altos índices de crescimento médio anual da renda e do comércio mundial até o final dos anos 60, reverteu-se no início da década de 70. Os primeiros sinais partiram da crise do dólar nos Estados Unidos, em 1972, e desdobraram-se com a elevação significativa do preço do petróleo em 1973 e, depois, com o segundo choque do petróleo em 1989 (Gross, 2002, p. 25).

Esse processo de aprofundamento das contradições da reprodução sociometabólica do capital atinge todo o processo de produção capitalista

contemporâneo. Dessa forma, com o acirramento dessas tendências históricas, as políticas econômicas, então hegemônicas para manutenção do capital, começaram a entrar em choque. Ainda que os efeitos da crise frustrassem as alternativas tradicionais de controle, ao longo da década de 1970 ainda persistiu o esforço das nações de capitalismo desenvolvido em lançar mão das políticas de orientação keynesiana<sup>4</sup> para solucionar suas contradições (Gross, 2002).

Wendy Brown (2018) empreende um esforço teórico no sentido de identificar os elementos que definem os impactos do neoliberalismo como um fenômeno histórico determinante para compreensão da forma como a política de extrema direita se organiza nos Estados Unidos na história recente:

[...] no Norte global, a política econômica neoliberal devastou áreas rurais e suburbanas, esvaziando-as de empregos decentes, aposentadoria, escolas, serviços e infraestrutura enquanto os gastos sociais minguavam e o capital ia à caça de mão de obra barata e de paraísos fiscais no Sul global. Ao mesmo tempo, abria-se uma clivagem cultural e religiosa sem precedentes. Cidadãos modernos, educados, elegantes, seculares, multiculturais e viajados construía um universo moral e cultural diferente daquele dos interioranos, cujas desgraças econômicas foram temperadas com um distanciamento crescente dos costumes daqueles que os ignoravam, ridicularizavam ou desdenhavam. Além de empobrecidos e frustrados, os cristãos brancos, rurais ou suburbanos, eram deixados de lado e para trás, alienados e humilhados. E havia o racismo duradouro, crescente, conforme novos imigrantes transformaram bairros suburbanos e conforme políticas de "equidade e inclusão" pareceram, ao homem branco não escolarizado, favorecer a todos, menos a ele. Assim, as agendas políticas liberais, as agendas econômicas neoliberais e as agendas culturais cosmopolitas geraram uma crescente experiência de abandono, traição e finalmente raiva por parte dos novos despossuídos, das populações da classe trabalhadora e da classe média brancas do Primeiro Mundo e do Segundo (Brown, 2018, p. 11).

Para a autora, trata-se de uma perspectiva política que responde às necessidades de supressão das esferas de intervenção do Estado na sociedade em

---

<sup>4</sup> O keynesianismo é uma teoria econômica desenvolvida por John Maynard Keynes, que ganhou destaque a partir da publicação de sua obra "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda" em 1936. Esta corrente defende a intervenção do Estado na economia como um meio de garantir a estabilidade econômica e o pleno emprego, especialmente em tempos de crise. Keynes argumentou que a demanda efetiva é fundamental para a determinação do nível de emprego e que, em situações de recessão, o governo deve aumentar os gastos públicos e implementar políticas fiscais expansivas para estimular a economia. O keynesianismo se opõe ao liberalismo econômico, que acredita que o mercado se autorregula. Para uma análise mais detalhada sobre esta doutrina, ver SICSÚ, João. Keynes e os novos-Keynesianos. Revista de Economia Política, v. 19, n. 2, p. 74-92, 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/rj/rep/a/9t89Chy9ZCV4dW5XBHs6vgP/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2024.

detrimento da atuação da iniciativa privada e sua lógica de Mercado, pautada pelos princípios de eficiência e impessoalidade. Nesse sentido, seria na concorrência irrestrita e “livre” da intervenção do Estado ou outros agentes que a sociedade encontraria o equilíbrio natural que garantiria a igualdade entre os indivíduos:

O ataque contemporâneo à sociedade e à justiça social em nome da liberdade de mercado e do tradicionalismo moral é, portanto, uma emanção direta da racionalidade neoliberal, e não se limita aos assim chamados "conservadores". Se a reforma clintoniana do Estado de bem-estar é o exemplo mais óbvio do "neoliberalismo progressista", ela também delineou a campanha pela igualdade de casamento, que construiu a defesa do casamento entre pessoas do mesmo sexo sobre a dupla base da singularidade moral-religiosa do casamento e da singularidade econômica das famílias em prover saúde, educação e bem-estar, assim como a transmissão de riqueza entre gerações. As forças conservadoras, no entanto, fizeram apelos mais diretos à moralidade tradicional e homilias ao livre-mercado, embrulhando tudo isso com patriotismo, nativismo e cristandade (Brown, 2018, p. 23).

Para a doutrina neoliberal, a intervenção do Estado criaria as distorções que favorecem determinados grupos e desequilibraria a dinâmica de concorrência de Mercado, entendida aqui como uma prática definidora do comportamento humano. Sendo as pessoas livres para escolherem a forma como fazem suas vidas, a atuação de qualquer agente que restrinja ou influencie em alguma medida a iniciativa individual. Esta intervenção é repudiada desde a intervenção na esfera econômica em qualquer medida, seja na esfera do comportamento ideológico ou cultural de determinado grupo.

Dessa forma, Brown aponta que a doutrina neoliberal rejeita a dimensão social que põe em perspectiva os diferentes fatores que atravessam a posição que os indivíduos ocupam na sociedade. As desigualdades seriam condições fatais do desenvolvimento social e qualquer tentativa de diminuí-las desdobraria-se inevitavelmente em arroubos autoritários por parte daqueles que o tentarem. Desta forma, o Estado se apresenta como o potencial antagonista da sociedade de Mercado, sobretudo quando é dirigido por segmentos representantes que buscam atuar através dele para exercer o controle da esfera econômica e social.

A hostilidade de Hayek em relação ao social é sobre-determinada, poder-se-ia dizer até mesmo exacerbada, na medida em que busca fundamentos epistemológicos, ontológicos, políticos, econômicos e até

mesmo morais. Ele considera a própria noção de social falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma "fraude semântica". A preocupação com o social é a assinatura de todas as tentativas mal concebidas de controle da existência coletiva, o símbolo da tirania. Hayek considera a "sociedade" uma "frase improvisada", a "nova deidade à qual nos queixamos [...] se não satisfizer as expectativas que criou". Na melhor das hipóteses, diz ele, o termo carrega a nostalgia de mundos antigos de associações pequenas e íntimas e pressupõe falsamente "uma busca comum de fins compartilhados". Na pior, é um disfarce para o poder coercitivo do governo." A justiça social é uma "miragem" e a atração por ela é "a mais grave ameaça à maioria dos outros valores de uma civilização livre (Brown, 2018, p. 41).

O extremismo de direita é influenciado pela dinâmica do neoliberalismo quando se apropria dos princípios da livre concorrência não apenas no que tange ao Mercado, mas na competição entre os indivíduos em todas as esferas da vida humana. Os conflitos e contradições sociais refletem não um desenvolvimento histórico-social no qual podemos depreender um sentido que orienta a organização da sociedade, mas um estado de coisas mesmas que deve ser preservado em vias de garantir a liberdade dos indivíduos independente das condições que possuem para exercer esta liberdade.

A transposição da ideia de adaptação da natureza através da seleção natural se expressaria na sociedade a partir dos resultados que a livre concorrência entre os indivíduos (seja no Mercado, seja no direito à própria sobrevivência) seleciona os mais aptos dos que não poderão exercer seu direito à existência. Intervir nessa dinâmica seria intervir na liberdade dos indivíduos em escolher o que são e, em particular, o que não são e devem combater.

Contudo, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, compreendemos que a inquietação que mobilizou esta investigação desde o princípio foi impacto significativo que a popularização de um discurso reacionário e extremista na vida social brasileira exerceu nas relações de pessoas que até muito recentemente não demonstravam nenhum interesse por temas relacionados aos acontecimentos políticos do País. Algo que parecia ter se iniciado em 2013, após as mobilizações de junho, e em algum momento teria se reorientado de modo a transformar a maneira como o noticiário político é abordado e discutido entre a população brasileira. A investigação do surgimento do ILA teria sido um esforço em tentar identificar os

caminhos percorridos por uma organização que se identificava como neoliberal e se consolidou em meio a esse processo. Contudo, a curta duração de suas atividades deixou poucas (mas valiosas) pistas do sentido mais amplo desse fenômeno.

Decidimos, então, refletir a respeito do ambiente em que este debate político começou a ser pautado e de onde seria possível extrair as informações necessárias para sua compreensão: o ciberespaço. Para entendermos a categoria, segundo Pierre Lévy (1999), é essencial considerar sua definição e implicações no contexto da cibercultura. Lévy, filósofo francês e um dos principais teóricos da cibercultura, descreve o ciberespaço como um meio de comunicação que emerge da interconexão global de computadores. Essa rede não deve ser vista, apenas, como uma infraestrutura tecnológica, mas como um ambiente dinâmico que envolve tanto o aspecto material da comunicação digital quanto os conteúdos e interações humanas que nele ocorrem.

Lévy argumenta que trata-se de um espaço de possibilidades, onde a informação circula de maneira rápida e abrangente, permitindo a formação de uma nova cultura. Ele enfatiza que o ciberespaço é caracterizado por sua diversidade e pluralidade, refletindo uma "universalidade sem totalidade". Isso significa que, enquanto o ciberespaço conecta indivíduos e grupos de diferentes partes do mundo, ele também abriga uma multiplicidade de vozes e perspectivas, evitando a imposição de um único sentido ou narrativa: "a universalidade não passa mais pela uniformidade da mensagem, do sentido ou do contexto, mas pela multiplicidade de vozes e perspectivas que habitam o ciberespaço" (Lévy, 1999, p. 14).

Um dos conceitos centrais que Lévy introduz em sua análise do ciberespaço é o de inteligência coletiva: "a inteligência coletiva é a capacidade de um grupo de indivíduos de produzir um conhecimento que não poderia ser alcançado individualmente" (Lévy, 1999, p. 18). Ele descreve essa inteligência como um fenômeno que se desenvolve na interseção entre a tecnologia e a interação humana, onde as capacidades individuais são potencializadas por meio da colaboração em rede. Nesse sentido, o ciberespaço não apenas facilita a comunicação, mas também transforma a maneira como o conhecimento é produzido

e compartilhado, promovendo uma aprendizagem coletiva que transcende as limitações do espaço físico.

Diante da necessidade de compreensão do ciberespaço como ambiente prioritário onde se desenvolveu o discurso reacionário que ganhou forma no que ficou conhecido como Nova Direita, entendemos a importância das contribuições da História Digital para analisar o surgimento de nichos de consumo de conteúdo digital conceituado como bolhas digitais. Segundo Débora El-Jaick Andrade, em seu artigo "Redes sociais e história digital", o conceito de "bolhas digitais" refere-se a ambientes virtuais onde indivíduos interagem predominantemente com outros que compartilham de visões e opiniões semelhantes:

[...] as bolhas digitais se formam quando os algoritmos das redes sociais filtram o conteúdo que os usuários veem, criando um ambiente onde as pessoas são expostas apenas a informações que reforçam suas crenças e opiniões, limitando a diversidade de perspectivas (Andrade, 2023, p. 5).

Essas bolhas surgem a partir de dois principais fatores: escolhas individuais, onde usuários tendem a seguir e interagir com pessoas e páginas que expressam ideias com as quais já concordam, evitando conteúdo divergente; e algoritmos das redes sociais, que priorizam e mostram aos usuários conteúdo similar àquele com o qual já interagiram, reforçando suas preferências. Esse fenômeno cria uma falsa impressão de que "todo mundo pensa a mesma coisa", pois as informações que chegam aos indivíduos dentro da "bolha" tendem a ser homogêneas e reafirmar suas próprias crenças. Isso pode levar a uma polarização, com grupos rivais se isolando em suas próprias "bolhas" e perdendo a noção da diversidade de opiniões existente na sociedade.

No contexto político brasileiro recente, as "bolhas digitais" tiveram um papel importante no fortalecimento de movimentos de extrema direita:

[...] os grupos de extrema direita conseguiram se organizar e disseminar suas ideias de forma distorcida e sensacionalista, alcançando grande engajamento dentro de suas bolhas, especialmente a partir de 2013 (Andrade, 2023, p. 8).

Além disso, a lógica das redes sociais de priorizar conteúdo que gera interação contribuiu para a amplificação de discursos polarizantes e a criação de "câmaras de eco" onde ideias divergentes são excluídas:

[...] a lógica das plataformas digitais prioriza conteúdos que geram interação, levando à criação de câmaras de eco onde ideias divergentes são frequentemente excluídas. Essa dinâmica não apenas amplifica discursos polarizantes, mas também dificulta o diálogo entre diferentes posições políticas, enfraquecendo o debate público (Andrade, 2023, p. 12).

Entendemos que esta dinâmica se estabelece a partir de condições históricas específicas e que contribuem para a consolidação não de um grupo ou liderança em específico, mas de uma cultura política que se fortalece em meio a tensões e desgastes que remetem à própria dinâmica do neoliberalismo enquanto doutrina econômica predominante no final do século XX até os dias de hoje e da dinâmica das “bolhas digitais” que, em um período de crise estrutural do Capital, servem como um espaço propício para a produção de conteúdo e de plataforma política de projetos de austeridade e ataque a direitos civis e sociais. Entendemos o conceito de cultura política como proposto por Rodrigo Patto Sá Motta, ou seja, uma conjunção de fatores como “[...] valores, tradições, práticas e representações políticas” [compartilhadas e expressas por grupos humanos]<sup>5</sup> como “[...] uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro” (Motta, 2009, p. 9).

Consideramos o fortalecimento do discurso reacionário e neoliberal que se difunde nas “bolhas digitais” de direita surgidas pós-2013 como indícios da consolidação de uma cultura política de direita digital, pois necessariamente surge e se fortalece através das redes. Se adapta, influencia e é influenciada pelas condições históricas dadas num determinado momento, nos possibilitando explicar o caráter dinâmico com os quais os acontecimentos se desenrolam no período estudado e que norteiam à análise das fontes documentais que levantamos e selecionamos, assim como nos permite demonstrar os valores, as representações e os comportamentos dos sujeitos estudados.

---

<sup>5</sup>Acréscimo do autor desta dissertação.

As diferentes culturas políticas não devem ser encaradas como realidades estanques, como se estivessem encerradas em si mesmas e imunes ao contato com as outras, concorrentes na disputa pelo espaço público e pelo controle do Estado. Embora sejam adversárias, e com frequência possuam características antitéticas, às vezes elas se deixam influenciar por valores defendidos pelas concorrentes, sobretudo quando eles encontram grande aceitação social. De maneira semelhante, as culturas políticas não são infensas à ação do tempo. Embora mantendo as características básicas que lhes garantem a identidade, elas podem adaptar-se às mudanças experimentadas pelas sociedades ao longo do tempo, que tornam determinados temas obsoletos e trazem à tona novos problemas (Motta, 2009, p. 10).

O alcance conceitual proporcionado pela categoria de cultura política nos possibilitou definir os elementos prioritários para a construção da narrativa aqui apresentada. Focamos na direita virtual nas décadas de 2010 e 2020 na sua dimensão ideológica e na sua atividade política. Esta atuação, fragmentada em atividades de rua, criação e divulgação de conteúdo em ambiente virtual, no intercâmbio de práticas e hábitos em espaços de discussões nas redes sociais, conformaria as bases de consolidação de uma cultura política de notória capacidade de mobilização social. Esta abordagem possibilita que lidamos com os principais problemas pertinentes ao nosso objeto de estudo:

Estudos inspirados por esse campo conceitual permitem uma compreensão mais rica e sofisticada do comportamento político, indo além da tradicional ênfase no interesse e na adesão a ideias como fatores motivadores. Sem a intenção de opor à escolha racional um paradigma culturalista, os estudos dedicados às culturas políticas revelam outras dimensões explicativas para os fenômenos políticos, como a força dos sentimentos (paixões, medo), a fidelidade a tradições (família, religião) e a adesão a valores (moral, honra, patriotismo) (Motta, 2009, p. 10).

Entendemos o processo de fortalecimento da cultura política de direita virtual como sendo a síntese da compreensão de Nova Direita em sua expressão entre as redes sociais no Brasil, compreendendo este como um fenômeno histórico de complexas implicações e que demanda uma abordagem que considere suas mais diversas dimensões. As formulações teóricas apresentadas neste trabalho são exemplos do caráter interdisciplinar no qual buscamos referencial para a análise dos discursos. As reflexões sobre o neoliberalismo no campo da Filosofia com e nas Ciências Sociais nos possibilitam observar o fenômeno não apenas do ponto de vista de suas lideranças, mas também dos indivíduos que o compõem e que

efetivamente conferem relevância social. Situamos dessa forma a discussão da cultura política no campo da Nova História Política<sup>6</sup> no que tange aos problemas aqui pautados e às abordagens escolhidas para analisar a temática, como formulados por René Remond:

De fato, a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É uma verdade geral a utilidade, para todo ramo do saber, de abrir-se a outros e acolher contribuições externas, mas o objeto da história política, sendo por sua natureza interdisciplinar, torna isso uma necessidade mais imperativa que em outros casos. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar (Remond, 2003, p. 29).

Apesar de apontar uma dinâmica própria do neoliberalismo no ocidente, a obra de Brown prioriza as particularidades estadunidenses do fenômeno. Dessa forma, há elementos abordados que irão refletir necessariamente a expressão do neoliberalismo e do extremismo de direita no País. Estes elementos podem ser pautados em maior ou menor intensidade em outros países, porém o papel que as redes sociais cumprem nessa nova conformação do debate político proporciona um maior intercâmbio de ideias entre expressões do movimento em diversas partes do mundo. Nesse sentido, a defesa de valores cristãos, de uma perspectiva de núcleo familiar monogâmico e tradicional, a intolerância a minorias e populações precarizadas responsabilizadas pela falta de aptidão em sobreviver à lógica de Mercado e defesa de uma noção abstrata de liberdade que ignora contradições sociais surgem como elementos centrais que ajudam a compreender a cultura política de direita virtual no Brasil e no mundo.

Contudo, entendendo direita virtual como uma cultura política que influencia e é influenciada por condições históricas e sociais dadas, é necessário compreender a particularidade brasileira do fenômeno e o papel de Alagoas na conformação desse cenário político global, seja através de expressões do movimento em manifestações públicas, seja através dos atores políticos que se consolidam ao

---

<sup>6</sup> Segundo o historiador Ciro Flamarion Cardoso, “[...] a história política procedeu ao seu *aggiornamento* no interior dos estudos históricos vistos em conjunto, por obra de historiadores de variada tendência, inclusive alguns notoriamente tradicionais em muitos pontos, como é o caso de René Remond, na França.” Ver: “História e poder: uma nova história política?” (Cardoso, 2012).

longo do período estudado neste trabalho. Como bem colocado pelo historiador Ciro Flamarion Cardoso, “a cultura política é algo complexo, denso, rico e estável demais para ser reduzido a uma mera superestrutura e, ao mesmo tempo, o conhecimento das contingências não precisa negar a relevância de padrões mais vastos.” (Cardoso, 2012, p. 45) E, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta reforça:

Na acepção usada aqui, cultura política só pode existir na duração, como fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo. Se formos usar a tipologia de Fernand Braudel, para configurar uma cultura política seria preciso pelo menos a média duração, não obstante alguns casos possam ser classificados como de longa duração (a exemplo de republicanismo, liberalismo e socialismo). Parece inadequado usar cultura política tendo como referência situações efêmeras, passageiras, pois se perde a força do conceito, que reside exatamente em revelar como certos comportamentos políticos são influenciados por elementos arraigados na cultura de um grupo. O valor explicativo do conceito reside em mostrar como as ações políticas podem ser determinadas por crenças, mitos, ou pela força da tradição. Por isso, não há lugar para o efêmero (Motta, 2009, p. 10).

Todos esses elementos nos serviram como índices para que possamos reconstituir às narrativas em torno dos temas e atividades que não são apenas representativos em termos de valores, hábitos e práticas, mas também em torno dos temas que mais *mobilizam* este grupo social e em que momento essa mobilização se acentua. O cruzamento dessas informações depreendidos da análise de discurso com os temas discutidos no noticiário político nos momentos de sua publicação nos permitiram elaborar uma narrativa histórica que demonstra as características de uma cultura política de extrema direita no Brasil no período estudado e argumenta sobre suas transformações e reposicionamentos ao longo do tempo.

Pela natureza do debate, optamos por utilizar como principal fonte documental as publicações selecionadas nas páginas de *facebook* dos atores políticos de destaque no cenário da direita virtual alagoana, a saber: o ILA, o Movimento Brasil (MBR) e o vereador do Partido Liberal Leonardo Dias. A escolha foi motivada por serem responsáveis por organizarem as principais atividades de rua com pautas que se alinham à agenda da extrema direita em nível nacional e por mobilizarem o eleitorado deste segmento político nas redes. Optamos por priorizar a

análise dos perfis no *Facebook* por ser a plataforma que apresentou maior popularidade durante a maior parte do período estudado (2014-2023).

Através das matérias publicadas em portais de notícias, buscamos entender como foram noticiados os acontecimentos de maior impacto no cenário político brasileiro, como as eleições presidenciais de 2014, as investigações de casos de corrupção envolvendo integrantes do governo do PT realizadas pela Operação Lava-jato, o golpe que depôs a presidenta Dilma Rousseff e as eleições presidenciais de 2018. As semanas em que ocorrem esses acontecimentos também serviram de referência para orientar a seleção de publicações dos perfis de *Facebook* mencionadas.

As formulações de José d'Assunção Barros (2019) a respeito de fontes criadas em meio digital foram importantes para a compreensão do papel que esse tipo de material pode desempenhar na produção historiográfica. Na definição do autor:

'Fonte Histórica' é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente (Barros, 2019, p. 1).

Sendo os registros da atividade humana a matéria-prima do fazer historiográfico, consideramos que os debates impulsionados por perfis nas redes sociais constituem um maná<sup>7</sup> de fontes documentais, farta de indícios, de vestígios que – uma vez analisados e criticados – contribuem para os estudos sobre a cultura política da extrema direita brasileira a partir da década de 2010, pois, fornece ampla visibilidade sobre as publicações com diferentes níveis de engajamento e, possivelmente, com indicativos de representatividade dos interesses do campo. O historiador José D'Assunção Barros discorre sobre a tendência de popularização dos estudos desse tipo de fonte histórica:

As fontes históricas, enfim, não precisam ser – não necessariamente – materiais no sentido tradicional desta palavra. Nos dias de hoje, inclusive, começa a se abrir para o tratamento historiográfico um enorme universo

---

<sup>7</sup> Palavra usada pela historiadora francesa Arlete Farge para expressar a riqueza dos arquivos com os quais trabalhou. In: *O sabor dos arquivos*, São Paulo: Edusp, 2009.

virtual produzido pelos ambientes da Internet. Estes registros virtuais, que serão cada vez mais analisados pelos futuros historiadores como objeto de estudo e abordados como fontes históricas para a investigação sobre temáticas várias, devem ser vistos como possuidores da mesma qualidade de fontes que os tradicionais documentos registrados no suporte papel (Barros, 2019, p. 2-3).

Apesar do farto conteúdo disponível nos perfis estudados, priorizamos às publicações com maior engajamento, ou seja, as publicações com maior quantidade de interações, comentários e compartilhamentos, bem como os eventos organizados e divulgados nos perfis e que demonstraram maior adesão. Empreendemos a análise documental da amostragem para auferir os diferentes tipos de materiais divulgados: *memes*, *reposts*, peças de divulgação de atividades, registros de atividades e, em seguida realizamos à análise das narrativas do material selecionado. Para o manejo das fontes, utilizaremos a metodologia de análise de discurso a partir da perspectiva proposta por Eni Puccinelli Orlandi.<sup>8</sup> Ela foi a principal responsável por trazer, já no final dos anos 1970, as perspectivas discursivas, sobretudo as alinhadas ao dispositivo teórico de análise de Michel Pêcheux, aos debates em ciências sociais pelas academias do país. Por análise de discurso, entendemos o procedimento na perspectiva da autora:

A análise de discurso não é um método que visa à descoberta de sentidos 'ocultos' ou 'verdadeiros' ou 'imanescentes' nem é um instrumento neutro de investigação. Ao contrário, trata-se de um conjunto de procedimentos teórico-metodológicos que a cada análise se redefine, retornando sobre seu próprio saber (Orlandi, 2012, p. 15).

É importante salientar que a presente investigação tem o objetivo de identificar os indícios de uma cultura política de extrema direita, e não necessariamente de um movimento organizado composto por militantes ativos e convencidos em torno de um programa político. Certamente que os perfis foram selecionados devido à notória atuação de seus proprietários neste contexto, porém, a análise de discurso visa priorizar o engajamento das publicações neles veiculadas e o debate com outros usuários. Ao tratar do discurso, procuramos entender a prática da linguagem enquanto processo, movimento (dialética). Dessa forma, nos interessa necessariamente a difusão dos *posts* que foram objeto de análise, os

---

<sup>8</sup> ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2012.

temas que abordam, a interação de usuários na plataforma e os discursos ali repercutidos, a periodicidade de publicação de conteúdo nessas páginas e os hiatos de publicação que porventura tenham ocorrido.

A exposição dissertativa dos resultados desta pesquisa compreende na sua totalidade, cinco seções: a “Introdução” ou seção 1 - onde apresentamos o tema e os problemas da pesquisa, sua delimitação espacial e temporal, relevância científica e social justificando a pertinência da discussão sobre a cultura política no âmbito da Nova História Política. Além da fundamentação teórica e metodológica – temas, problemas, revisão historiográfica, conceitos, caracterização das fontes e procedimentos analíticos e interpretativos da análise de discurso e da História Digital, acrescentamos os objetivos em mira. Para alcançar mais clareza, optamos por apresentar os seguintes temas de relevância para desenvolvimento da pesquisa: Crise estrutural do Capital e o papel das TICs no processo de reestruturação produtiva; Cultura política de direita virtual e o surgimento das “bolhas digitais”. E, fechando o capítulo com a exposição do percurso dissertativo.

A seção 2 intitulada: “Fortalecimento da cultura política de direita virtual no Brasil na década de 2010”, subdivide-se em três momentos: 2.1 - Jornadas de Junho de 2013 e o desgaste da política de conciliação Petista; 2.2 - Operação Lava-jato: a moralização da política rumo ao extremismo de direita e a 2.3 - Mobilizações de direita no Brasil em 2015. Neles discorreremos sobre o que significa a atualização das direitas brasileiras, sobre as características das direitas em tempos de neoliberalismo, o lema “Braço forte, mão amiga”: liberdade e autoritarismo nas direitas brasileiras e, perguntaremos e responderemos se o “Bolsonarismo” é um fascismo à brasileira.

A seção 3 nomeada como: “Surgimento do “bolsonarismo” e consolidação de uma cultura política ultraliberal no Brasil contemporâneo” desdobra-se em duas subseções: 3.1 - Impeachment de Dilma Rousseff e o surgimento do “político *influencer*” e a 3.2 - Eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018 e a entrada do Brasil na geopolítica ultraliberal do século XXI. Nelas debateremos sobre a historicidades sobre o fenômeno do extremismo de direita no Brasil, demarcando os lugares e as

práticas dos revoltados *online* ao “Bolsonarismo”, assim como configuramos como ocorre este fenômeno sócio-histórico em Maceió – Alagoas.

Na seção 4 intitulado “A extrema direita em Alagoas”, subdividimos em quatro etapas: 4.1 - O fenômeno sócio-histórico em Maceió - Alagoas; 4.2 - O Instituto Liberal de Alagoas (ILA); 4.3 - Movimento Brasil (MBR); 4.4 - Leonardo Dias. Aqui destacamos às especificidades da rede de conexões do neoliberalismo radical na “terra dos marechais” a partir da atuação do ILA, do MBR e do vereador Leonardo Dias.

Por fim, a seção 5 apresenta uma síntese reflexiva sobre todo o processo investigativo e seus resultados, que por convenção científica intitulamos de “Considerações Gerais”. Nele discorreremos sobre às repercussões e projeções no espaço público da cultura política do extremismo de direita em Maceió, no período entre 2014 e 2023. Observem que há uma peculiaridade neste capítulo, visto que introduzimos um subtítulo: “limites da produção historiográfica no campo da História Digital” justificado pelas inquietações e constatações sobre as possibilidades e os limites da produção historiográfica no campo da História Digital, tema que exige inserção na *práxis* científica objetivando o enfrentamento dos seus desafios em função de um debate que contribua para a ampliação das abordagens dialéticas da “Nova Historiografia Alagoana”<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup>Os livros intitulados *A Utopia Armada* (1982), de Dirceu Lindoso e o *Memorial biográfico de Vicente de Paula: o capitão de todas as matas*, (2008), de Luiz Sávio de Almeida, são considerados pela historiadora Arrizete C. L. Costa, “[...] marcos da ‘Nova Historiografia Alagoana’ pelo ineditismo das abordagens dialéticas e multitudinárias nas quais emergem a participação política de uma população insurgente. (Costa, 2021). A contribuição da presente dissertação objetiva atender aos critérios da crítica e da dialética frente às ideias retrógradas de protagonistas reacionários.

## **2 FORTALECIMENTO DA CULTURA POLÍTICA DE DIREITA VIRTUAL NO BRASIL NA DÉCADA DE 2010**

Neste segundo capítulo introduzimos um histórico sobre os acontecimentos que servem de base para o reposicionamento do debate político do país e os eventos que contribuíram para a abertura de uma nova arena de disputa ideológica e o surgimento das “bolhas virtuais”. Buscamos demonstrar as condições históricas que permitiram a ampliação do debate político através das redes sociais e, alteraram, sobremaneira, a correlação de forças no cenário político institucional que conduziram o fortalecimento de ideias políticas de direita no Brasil.

Iremos demonstrar como o sólido apoio popular ao governo petista foi abalado pelas mobilizações de junho de 2013, ainda que num primeiro momento os protestos ali ocorridos não indicassem uma hostilização à esquerda, mas às políticas de acesso a cidade e transporte público desenvolvidas neste governo. A partir dos espaços de debate abertos nas redes sociais, contudo, outras abordagens e críticas se somam à insatisfação generalizada ao governo e novos e velhos críticos pela via da direita encontram-se e criam as bases de um campo político de direita atualizado.

### **2.1. As Jornadas de Junho de 2013 e o desgaste da política de conciliação Petista**

No ano de 2011, a presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) inicia seu mandato sob a forte expectativa de dar continuidade ao projeto de conciliação de classe iniciado nos dois mandatos de seu predecessor Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ex-militante de destaque na renovação do movimento sindical dos anos 80 e principal liderança do Partido dos Trabalhadores (PT). A trajetória do primeiro governo de esquerda do país havia consolidado a legenda como a principal força política deste campo em atuação, com ampla aprovação eleitoral angariado

através de uma política econômica marcada por *superávits*<sup>10</sup> e ampliação de linhas de crédito que possibilitaram o acesso ao consumo de camadas mais pobres da sociedade brasileira. O desempenho do governo Lula frente à gestão dos efeitos da crise estrutural do Capital na capacidade de consumo através de programas sociais possibilitou a conformação do partido como principal força política no país durante esse período.

Devido a esses fatores, o favoritismo para uma continuidade da gestão petista se expressou nas consecutivas vitórias do partido em disputa pela presidência contra seu principal adversário político desde a década de 90, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com ampla vantagem de votos: 61,27% contra 38,74% dos votos válidos no segundo turno em 2002<sup>11</sup> e 60,81% contra 36,81% dos votos válidos no segundo turno de 2010. Se por um lado a retórica de mudanças moderadas e apelo para uma racionalidade quase paternal em torno da necessidade de lideranças políticas experientes conseguiram manter o PSDB no poder entre os anos de 1994 a 2002, por outro a experiência exitosa no que tange ao crescimento econômico vivenciado nos anos do governo Lula contribuíram para enterrar as esperanças de competitividade do partido, não dando margem mesmo para novas referências políticas de oposição se destacarem ao longo dos anos 2000.

Tudo parecia indicar que um terceiro mandato do Partido dos Trabalhadores caminharia numa perspectiva otimista. Dilma Rousseff participou da construção do primeiro projeto de governo do governo Lula em 2002 e atuou como Ministra de Minas e Energia (2002-2005) e Ministra da Casa Civil (2005-2010) no mesmo governo. Economista de formação, Dilma Rousseff foi descrita pela imprensa do período como tendo um perfil mais rígido e pouco afeita a concessões. Durante o processo eleitoral de 2010, teve seu passado como guerrilheira atuante na luta

---

<sup>10</sup> O superávit, no contexto econômico, refere-se a uma situação em que as receitas superam as despesas em um determinado período, resultando em um saldo positivo. Esse conceito pode ser aplicado a diferentes áreas, como o superávit fiscal, que ocorre quando o governo arrecada mais impostos e outras receitas do que gasta, excluindo os pagamentos de juros da dívida pública.

<sup>11</sup> Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco. Resultado Presidente Brasil - 2º Turno. Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, 2002. Disponível em: <https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002-1/resultado-presidente-brasil-2-turmo>. Acesso em: 12 jan. 2024. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

armada durante a ditadura civil-militar exposto pela mídia<sup>12</sup>, tema este que seria explorado pela campanha de seu principal adversário no pleito, José Serra (PSDB).

Nada disso foi o suficiente para impedir a vitória de Dilma neste ano. Dessa vez em uma vitória sensivelmente mais disputada (56,05% contra 43,95% dos votos válidos no segundo turno<sup>13</sup>), o PT inicia seu terceiro mandato, desta vez num cenário político e econômico bastante diverso dos experimentados nos anos anteriores. Atravessado por crises econômicas no setor de *commodities* e escândalos de corrupção envolvendo lideranças tradicionais do partido.

Contudo, um elemento novo no debate público se desenvolveria a partir da popularização do acesso às redes sociais e a dinâmica difusão de notícias e informações por elas proporcionadas. Em junho de 2013, o Brasil foi tomado pela onda de protestos impulsionada inicialmente pelo aumento da tarifa de transporte público em São Paulo e logo somaram as mais diversas pautas, desde a exigência de políticas públicas para mobilidade urbana e acesso à cidade até a bandeira anticorrupção.

Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracões, os muros “pixados” com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria (Maricato et al, 2013, p. 28-29).

Ao longo das semanas em que se seguiram os protestos, a imprensa oscila em relação à crítica à radicalização das atividades dos manifestantes, possivelmente em razão do amplo apoio popular observado seja através da

---

<sup>12</sup> O tema foi repercutido à exaustão na mídia durante toda sua carreira política de Dilma Rousseff, sobretudo entre as eleições em que concorreu ao cargo de presidenta da república (2010 e 2014). Diversas reportagens abordando o tema são veiculadas na imprensa seja exaltando seu passado como lutadora contra a o regime autoritário, seja como denúncia de associação a grupos subversivos e de prática de terrorismo. Para demonstrar as diversas abordagens do tema pela mídia ver UOL. Ex-guerrilheira pode ser a mulher mais poderosa do mundo, diz The Independent. UOL, 2010. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/ultimas-noticias/2010/09/27/ex-guerrilheira-pode-ser-a-mulher-mais-poderosa-do-mundo-diz-the-independent.jhtm>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

<sup>13</sup> Ver: <<https://Placar.Eleicoes.Uol.Com.Br/2010/2turno/>>. Acesso em 12/01/2024.

massificação expressa das manifestações nas principais capitais do Brasil, seja pelos resultados obtidos através de pesquisas de opinião desenvolvidas no período. Num primeiro momento, frente à radicalização das atividades de rua, proporcionada sobretudo devido à utilização de táticas *black bloc*<sup>14</sup>, parte da imprensa adota uma postura de repúdio aos atos de radicalização adotados pelo movimento:

O apresentador do 'jornal' televisivo *Brasil Urgente*, José Luiz Datena, esbravejava e gesticulava em pé, e tinha a seu lado um quadro, no qual eram transmitidas as imagens-objeto de seus comentários. Seguíamos o *script* da indignação automática contra o que era mostrado na telinha: do negro algemado, cabisbaixo, à mãe pobre que abandonara seu bebê no lixo, passando, de vez em quando, pelo estudante que insistia em frear nosso direito de ir e vir. Seguíamos o *script*: 'Baderna, me inclua fora dessa [...] protesto tem de ser pacífico, não pode ter depredação, não pode impedir via pública'. Rezava o *script* que manifestação só é legítima quando não atrapalha, do contrário é violência. E a lógica da ordem parecia tão impecável que já se debatia seriamente a possibilidade de trancafiar quaisquer formas de ato público no sambódromo da cidade. Daí o conselho tático do apresentador, que exclui do possível qualquer estratégia: 'Isso joga esses caras contra a população, porque tem muita gente já revoltada contra essas pessoas que estão fazendo esse tipo de protesto violento'. (...) o programa elaborou a nova enquete de sempre: 'Então eu vou fazer uma pergunta em cima disso aqui. Deixa eu ver a pergunta que fizeram aí: 'você é a favor desse tipo de protesto?'. Alguma coisa saiu do lugar quando os números apareceram de cabeça para baixo: 'Até agora... a maioria... eu não sei se os caras entenderam bem... mas maioria tá achando que esse protesto de quebrar tudo é legal...'. O riso irônico que então despontava foi prontamente recolhido: 'Quer dizer... a opinião do povo prevalece, eu não quero aqui... eu dou minha opinião, eu não sou a favor de quebra-quebra, protesto, porque eu acho que é vandalismo, acho que é vandalismo' (Maricato et al, 2013, p. 133-134).

Por sua vez, a massiva divulgação de registros das manifestações em tempo real através de vídeos, imagens, relatos, memes, notas de apoio ou repúdio, análises e divulgação dos protestos com as mais diversas abordagens contribuem para o fortalecimento de um espaço de divulgação e debate público paralelo à tradicional cobertura de imprensa. Influenciadores, intelectuais, jornalistas e canais de mídia independente passam a reivindicar o sentido dos atos através das mais diversas abordagens.

---

<sup>14</sup> A tática *Black Bloc* é uma estratégia de protesto utilizada por grupos ativistas que se caracterizam pelo uso de vestimentas pretas e pela adoção de uma abordagem de ação direta. Originada na década de 1980, essa tática visa, em muitos casos, criar um espaço de resistência e visibilidade para causas sociais e políticas, frequentemente em contextos de manifestações e protestos. Os participantes do *Black Bloc* se organizam de forma descentralizada, o que dificulta a identificação individual e permite uma mobilização rápida e eficaz.

Essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (Maricato et al, 2013, p. 235).

Anos depois, a sequência de acontecimentos que se desdobraram às manifestações de junho de 2013 serviu para tornar ainda mais controversa a análise do sentido que o fenômeno teve para a política brasileira. As pesquisas de opinião desenvolvidas após o início das mobilizações apontavam a queda expressiva da popularidade do governo Dilma, despencando de cerca de 54% no início de junho de 2013 para 31% em julho do mesmo ano<sup>15</sup>.

A insatisfação com o aumento da tarifa de transportes logo se desenvolve para uma insatisfação generalizada contra a atuação das instituições públicas e seus representantes eleitos ou não. A confiança popular no congresso também diminui segundo as mesmas pesquisas, traduzindo em números as hostilidades com a qual bandeiras de partidos eram recebidas entre as mobilizações, dividindo espaço com os gritos de ordem contra a intensa repressão policial mobilizada sobretudo nas capitais do sudeste do país.

Aos gritos, participantes do quinto protesto organizado contra o aumento no valor da passagem de ônibus em São Paulo tentava expulsar bandeiras com legendas de organizações como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), levantadas durante o trajeto dos manifestantes (Uol, 2013).

O papel das redes para a aglutinação política e divulgação dos atos abrem espaço para uma mudança geral na organização de protestos de rua que perdura até os dias de hoje. As *Jornadas de Junho de 2013* são até hoje apontadas como uma das principais mobilizações populares do país após a redemocratização.

---

<sup>15</sup> Ver: "Aprovação do governo de Dilma Rousseff cai para 31,3%, diz pesquisa". Terra. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/aprovacao-do-governo-de-dilma-rousseff-cai-para-31-3-diz-pesquisa,1be86e59f87ef310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Contudo, o poder de mobilização proporcionado pela *internet*, em especial às redes sociais, possibilitou uma massificação ainda maior do que nesses dois protestos devido à facilidade para divulgar mobilizações, avaliar sua adesão nas redes e divulgação em tempo real dos registros dos acontecimentos nas ruas. Através deles, os debates políticos e agitação podem ser realizados mesmo fora das ruas, proporcionando uma constante arena política na qual diversos intelectuais e formadores de opinião se consolidaram nos anos seguintes, desta vez sem a necessidade de acesso à mídia tradicional para expor suas ideias.

Este elemento é fundamental para entender a dinâmica do debate político no Brasil após 2013. Na sequência dos protestos que reivindicavam a diminuição das tarifas de transporte e melhorias dos serviços públicos, seguiram-se em 2014 protestos críticos à participação de grandes eventos esportivos que utilizavam verbas públicas para montarem suas estruturas, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Mais de 15 mil pessoas confirmaram presença nos protestos agendados para hoje contra a Copa do Mundo. Ao todo, oito cidades-sede do Mundial têm eventos dessa natureza agendados. Os atos também podem ocorrer em cidades do exterior, como Santiago, no Chile, e Berlim, na Alemanha. Em Curitiba, houve um pequeno ato ontem por moradias populares. O evento de hoje agendado para a capital pretende debater os impactos do megaevento da Fifa no país (*Gazeta do Povo*, 2014).

As críticas variam desde a necessidade em priorizar despesas com serviços básicos como moradia, conforme noticiado acima, a denúncia de favorecimento de empreiteiras para realização de obras de infraestrutura para viabilizar o evento<sup>16</sup>. No que diz respeito a esta segunda abordagem, notou-se a conformação de um segmento da sociedade particularmente crítico ao governo PT e que passa a adotar bandeiras que se aproximam a uma perspectiva liberal da política institucional. São exemplos de movimentos sociais que se difundem neste momento o Movimento Brasil Livre (MBL), fundado em 2014.

---

<sup>16</sup>Ver: "Grupos sociais justificam protestos contra a Copa por corrupção em obras". *ESPN*. Disponível em: [http://www.espn.com.br/noticia/416201\\_grupos-sociais-justificam-protestos-contr-a-copa-por-corrupcao-em-obras](http://www.espn.com.br/noticia/416201_grupos-sociais-justificam-protestos-contr-a-copa-por-corrupcao-em-obras). Acesso em: 20 jan. 2024.

A popularização da uma crítica de caráter liberal ao papel do Estado em um primeiro momento apresentaram pouca reverberação nas mobilizações de junho de 2013. Pesquisas de opinião conduzidas no período indicavam que o apoio às mobilizações nesse ano se deu prioritariamente em torno da reivindicação contra o aumento da tarifa dos transportes públicos. Contudo, registros de rechaço a simbologias partidárias que ocorreram em algumas manifestações (particularmente a partidos de esquerda que tradicionalmente participavam de manifestações de rua), alguns destes chegando a acarretar em enfrentamento direto entre manifestantes, sinalizaram uma crescente hostilidade às instâncias tradicionais de atuação na política institucional, identificada por parte dos manifestantes como oportunista e potencialmente corrupta. Palavras de ordem que repúdio à presença de bandeiras de partidos e lideranças políticas e a ênfase no caráter “apartidário” das manifestações indicavam uma tendência de desconfiança por parte dos manifestantes.

## **2.2 Operação Lava-jato: o discurso moralista na política rumo ao extremismo de direita**

Foram os acontecimentos de 2014 que ampliaram a insatisfação em relação ao governo petista e o discurso anticorrupção ganhou força na imprensa e nas redes sociais. Um dos fatores determinantes para o tema ganhar espaço no debate público foi a cobertura da imprensa da “Operação Lava-Jato” (2014-2021)<sup>17</sup>. São incontáveis as publicações nos mais diversos portais de notícias que abordam os avanços das investigações e inundam o noticiário político com atualizações da operação. As manchetes que circulavam durante os anos de 2014 e 2015 na mídia exemplificam o caráter cinematográfico que as investigações conformaram. Para mencionar alguns exemplos: “Petrobras perde R\$ 6,2 bi com corrupção e prejuízo

---

<sup>17</sup> A Operação Lava-jato consistia em uma polêmica série de investigações conduzidas pela Polícia Federal com objetivo de combater esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo empreiteiras favorecidas em licitação de prestação de serviços à Petrobrás. A operação iniciada em 2014 contou com 79 fases até ser dissolvida em 2021 no governo Bolsonaro. Para mais informações sobre a operação, ver: CNN BRASIL. O que foi a Operação Lava Jato. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 02 fev. 2024.

soma R\$ 21,6 bi em 2014”<sup>18</sup>; “Dilma sabia de irregularidades em refinaria Abreu e Lima, da Petrobras, desde 2009”<sup>19</sup>; “Operação Lava Jato desafia os melhores advogados do Brasil”<sup>20</sup>.

O protagonismo do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário e da Polícia Federal na condução dos inquéritos contribuiu para dar destaque à atuação do então juiz federal Sérgio Fernando Moro, atualmente senador da república pelo estado do Paraná pelo partido União Brasil<sup>21</sup>. O magistrado foi responsável por julgar as denúncias em primeira instância dos indiciados nas investigações conduzidas pela Polícia Federal entre os anos de 2014 e 2018, conquistando ampla popularidade entre órgãos de imprensa que passam a repercutir a atuação do juiz:

Após aceitar a denúncia do Ministério Público contra os últimos quatro investigados pela Operação Lava Jato, o juiz federal Sérgio Moro transformou em réus todos os 39 suspeitos de desviar bilhões de reais da Petrobras, a maior petroleira brasileira. Na prática, isso não significa que os executivos de empreiteiras, ex-diretores da estatal e lobistas sejam culpados pelas bilionárias fraudes contra a empresa, mas que, por conta dos graves indícios de irregularidades, todos precisam ser julgados com um amplo direito de defesa (*El País*, 2014).

Os êxitos obtidos pela Operação Lava-jato no tocante às investigações que incriminavam tradicionais lideranças políticas brasileiras e empresas com consolidada atuação no País contribuíram para atribuir um *status* de isenção às atividades desenvolvidas pela força-tarefa<sup>22</sup> que conduzia os trabalhos no Ministério Público de Curitiba. Ainda que as críticas mais duras se voltassem para a

---

<sup>18</sup>Ver: "Petrobras teve prejuízo de R\$ 21,6 bilhões no ano passado". *Agência Brasil*. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2015-04/petrobras-teve-prejuizo-de-r-216-bilhoes-no-ano-passado>. Acesso em: 02 fev. 2024.

<sup>19</sup>Ver: "Dilma sabia de irregularidades em refinaria Abreu e Lima da Petrobras desde 2009". *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/dilma-sabia-de-irregularidades-em-refinaria-abreu-e-lima-da-petrobras-desde-2009>. Acesso em: 02 fev. 2024.

<sup>20</sup>Ver: "Operação Lava Jato desafia os melhores advogados do Brasil". *El País*. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/05/politica/1417805491\\_151821.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/05/politica/1417805491_151821.html). Acesso em: 02 fev. 2024.

<sup>21</sup> Ver: "Sérgio Moro, o ex-juiz que entrou para a política". *Info Money*. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/sergio-moro/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

<sup>22</sup> O termo teve origem no contexto militar estadunidense para designar a estrutura mobilizada para desempenhar uma determinada função pré-estabelecida. O termo é empregado atualmente em outros âmbitos da administração pública com o mesmo sentido. No caso da Lava-jato, foi criado um grupo de promotores alocados no Ministério Público de Curitiba para atuar nos casos investigados pela Polícia Federal.

administração do governo petista na Petrobrás, políticos de diversos partidos são indiciados no desenrolar das investigações:

Outros 13 partidos já tiveram pelo menos um de seus membros presos temporariamente, denunciados ou investigados na história da Lava Jato. São eles: Avante (antigo PTdoB), DEM, PCdoB, PDT, PMN, PPS, PR, PRB, PSB, PSD, PSDB, PSL e PTC. Apesar de entrarem na mira da Operação, as denúncias envolvendo estes partidos não foram confirmadas por sentença judicial (*Agência Pública*, 2018).

Contudo, mesmo contando com uma recepção positiva de parte expressiva da opinião pública<sup>23</sup>, críticas à condução dos inquéritos realizados pela força-tarefa passaram a surgir entre o meio político e entre juristas. As críticas se deram sobretudo no abuso da utilização do recurso de delações premiadas como forma de dar suporte às investigações e conduzir a indiciamento de participantes mais influentes do esquema criminoso. Um exemplo desse desconforto provocado pela condução das investigações e a atuação do Ministério Público Federal foi a divulgação de um diálogo entre o senador Renan Calheiros e o ex-senador José Sarney, ambos MDB, onde Renan criticou a postura do então Procurador Geral da República Rodrigo Janot:

Em conversa de 11 de março gravada com o ex-senador e ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, que teve acordo de delação premiada homologado pela Justiça, Renan critica o procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O peemedebista chama o procurador de 'mau-caráter' e afirma que Janot faz 'faz tudo o que essa força-tarefa [da Lava Jato] quer' (*Globo*, 2018).

Entre juristas, o abuso da utilização das delações também foi criticado, contudo as críticas basearam-se na banalização da utilização das delações premiadas como método prioritário para obtenção de provas para dar suporte jurídico à condução dos processos resultante das investigações:

---

<sup>23</sup> O apoio de parte da população às atividades da Lava-jato, para além dos atos que eclodem no Brasil a partir de 2014, fica expresso também na relevância que o tema do combate à corrupção. Em pesquisa desenvolvida pelo *Data Folha* em 2012, a corrupção é indicada como o principal problema do País por apenas 4% dos entrevistados. Em nova pesquisa realizada em 2016, o percentual sobe para 40% dos entrevistados.

Mais do que meio de prova, a delação se transformou em exclusivo meio de defesa e de obtenção imediata de alvará de soltura. Várias foram as imputações inconsistentes, com interpretação fática destinada a satisfazer os anseios dos acusadores (Conjur, 2022).

Nada disso abalou o apoio que a operação Lava-jato angariou com a opinião pública. Diversos perfis do juiz Sérgio Moro publicados pela imprensa para aproximar o público e denotar a idoneidade de sua carreira<sup>24</sup>, *talk shows* que exploravam seu lado descontraído<sup>25</sup> e até mesmo uma série lançada na plataforma de *streaming* Netflix e dirigida por José Padilha são exemplos da popularidade que os membros que compuseram a força-tarefa alcançaram<sup>26</sup>. “O Mecanismo” (2018)<sup>27</sup> é inspirada nas primeiras etapas da operação Lava-jato e dramatiza os desafios enfrentados pela operação para desarticular um esquema de corrupção que envolve membros do alto escalão do governo. O protagonista, inspirado em Sérgio Moro, é interpretado por Selton Mello.

A repercussão das atividades da Lava-jato e o protagonismo conquistado pelos atores políticos envolvidos nas investigações e julgamentos dos casos colocam a pauta anticorrupção no jargão do debate público da política nacional. As denúncias de corrupção e pagamento de propina envolvendo políticos de base governista e oposição, empreiteiras e funcionários do alto escalão da Petrobrás bem como as constantes atualizações dos avanços das investigações na mídia podem ser apontados como elementos decisivos para fortalecimento do discurso neoliberal

---

<sup>24</sup>Ver: "Sérgio Moro". *Jornal Contábil*. Disponível em:

<<https://www.jornalcontabil.com.br/sergio-moro-2/>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

<sup>25</sup>YOUTUBE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hwVIZpK6OME>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

<sup>26</sup> Ver: "Netflix lança série 'O Mecanismo', inspirada na Lava Jato". *Poder 360*. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/netflix-lanca-serie-o-mecanismo-inspirada-na-lava-jato/>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

<sup>27</sup>A série contou com duas temporadas e foram lançadas na Netflix respectivamente em março de 2018 e maio de 2019. A série foi avaliada com nota 7,8 de 10 pelo *Rotten Tomatos*, portal que avalia produções de audiovisual e possui relevante impacto na crítica cinematográfica brasileira. A recepção da produção foi polêmica, com críticas que enfatizavam a parcialidade com a qual a série narra os eventos recentes no tocante à atuação da operação Lava-jato na condução das investigações e na condução dos processos dos acusados e à simplificação dos acontecimentos que são abordados na série. Para exemplos de críticas realizadas à época do lançamento da primeira temporada, ver: "O Mecanismo | Crítica". *Omelete*, 2018. Disponível em: <<https://www.omelete.com.br/series-tv/criticas/o-mecanismo-critica>>. Acesso em: 12 jan. 2024..

de crítica à natureza corrupta de representantes políticos que apelam para paixões ideológicas para se manter no poder.

Esse momento foi decisivo para nossa análise, pois, é a partir daí que vemos surgir as primeiras manifestações de rua com de grande adesão se popularizarem no Brasil. No dia 15/11/2014 ocorrerem atos em diversas capitais do País que pautaram o debate anticorrupção e apoio à Lava-jato, demonstrando o fortalecimento dessa agenda. Também nesses atos se fortalece a crítica ao governo Dilma:

Um ato contra a presidente Dilma Rousseff chegou a reunir 10 mil pessoas na Avenida Paulista às 15h30 deste sábado (15), segundo o coronel da Polícia Militar Glauco Carvalho. A manifestação, que reivindicava, entre outras coisas, o *impeachment* da presidente, começou às 14h e fechou a avenida em dois momentos. O desfecho da passeata foi na Catedral da Sé, por volta das 18h.

O ato, que ocorreu de maneira pacífica, foi organizado nas redes sociais e chegou a ter 149 mil confirmações em um evento criado no Facebook. Os manifestantes se concentraram no vão livre do Museu de Arte de São Paulo (MASP) e, depois de fechar a Paulista das 15h30 às 16h35, tomaram todas as pistas da Avenida Brigadeiro Luís Antônio sentido Centro (*Globo*, 2014).

Os atos foram organizados pelo Movimento Brasil Livre (MBL), grupo que iniciou suas atividades ainda nas manifestações de junho de 2013 e ganhou popularidade nas redes sociais a partir da divulgação de conteúdos de orientação ideológica liberal e a partir dos atos de rua contra a corrupção em 2014:

O MBL se propõe a promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Para tanto, defendemos a liberdade individual, a propriedade privada e o Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa. Dentre os valores (a base sobre a qual construiremos a nossa atuação) e princípios (o direcionamento da nossa atuação) do MBL (MBL, 2024).

Diferente das mobilizações de junho de 2013, que possuíam um caráter difuso em suas proposições políticas, mas preservava a prioridade da luta contra o

aumento das tarifas de transportes públicos, os atos que ocorrem em finais de 2014 foram convocados a partir de chamados com demarcação ideológica mais clara e direcionada para as pautas de direita. Aos protestos contra a corrupção e o governo Dilma, se soma a defesa das privatizações como forma de eliminar os problemas de má gestão do poder público em serviços privados. O texto de descrição da convocação para os atos em novembro de 2014 em Maceió é exemplar na exposição desses princípios:

Dia 15/11, no aniversário de 125 anos da Proclamação da República, realizaremos manifestações Brasil afora reafirmando nosso compromisso com a liberdade, a justiça e as instituições democráticas, repudiando qualquer tentativa de ataque a elas.

O que queremos? RESPEITO à LIBERDADE e à DEMOCRACIA; INVESTIGAÇÃO DOS CASOS DE CORRUPÇÃO; ELEIÇÕES LIMPAS E TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL (*MOVIMENTO BRASIL LIVRE*, 2014).

Na sequência do texto, o grupo enumera as pautas que serão defendidas nos atos de rua. É importante ressaltar que o primeiro ponto elencado já apresenta alguns dos elementos da “fabricação narrativa” que se tornaram recorrentes na linguagem da extrema direita brasileira, permitindo que possamos avaliar o amadurecimento ideológico que o campo atinge nesse momento:

#### 1. RESPEITO À LIBERDADE E À DEMOCRACIA

Nem bolivarianismo, nem militarismo! Queremos um país em que as liberdades de todos os cidadãos sejam respeitadas e a democracia não seja apenas um compromisso de ocasião. O PT, sob os auspícios do Foro de São Paulo, ataca diariamente as liberdades do cidadão brasileiro. Atua cada vez mais sem cerimônias para transformar nossa democracia em uma ditadura nos moldes de seus parceiros bolivarianos. Não queremos seguir o mesmo caminho de Venezuela, Bolívia, Argentina e Equador, onde a liberdade de imprensa, a separação entre os poderes e as oportunidades econômicas vem sendo minadas gradualmente para satisfazer a projetos autoritários de poder. Somente o respeito ao Estado de Direito, às instituições democráticas e às liberdades individuais podem recolocar o Brasil e todo o seu povo no rumo do desenvolvimento (*MOVIMENTO BRASIL LIVRE*, 2014).

O discurso moralizante da esfera da política e do papel do Estado apoiado por uma noção neoliberal de eficiência na gestão pública diante dos crescentes casos de corrupção envolvendo o alto escalão do governo petista (apesar dos investigados na operação Lava-jato passarem longe de se resumir a ele), contribuem para uma comoção de parte da população em torno de uma renovação do cenário político.

Na esteira de uma recente mobilização popular que, apesar de desencadeada a partir de uma demanda concreta acerca do aumento das tarifas de transporte público, amplia a insatisfação generalizada contra o funcionamento das instituições tradicionais de organização da sociedade e é sucedida por uma série de protestos contra o manejo de recursos públicos para a construção de megaeventos esportivos e escândalos de corrupção envolvendo o primeiro governo de esquerda do País, ideias e discursos de caráter conservador e proposição política e econômica passam a repercutir nos novos espaços de debate proporcionados pelas redes sociais e dão origem a um ecossistema virtual progressivamente se definindo e se identificando com o campo da direita.

Observam-se as características de uma direita conservadora<sup>28</sup>, que reivindica uma ruptura com as práticas de favorecimento político identificadas entre os representantes políticos tradicionais e cada vez mais suscetível a uma abordagem enérgica em suas manifestações políticas nas ruas e nas redes, porém, que busca uma memória de um passado idílico onde o jogo político possuía regras norteadas por elevados princípios morais<sup>29</sup>. Um movimento heterogêneo, mas que

---

<sup>28</sup>Entendemos neste trabalho como conservadorismo a corrente filosófica que compreende que a sociedade humana deve ser gerida a partir dos princípios e hierarquias fundadas pela tradição e na cultura. Há diversos pensadores que produzem neste sentido, porém entre as principais características que definem a doutrina e são abordados pelos autores estão a defesa da propriedade privada, a manutenção de hierarquias e estruturas de poder que regulam a sociedade e a natureza egoísta do ser humano. Alguns exemplos de autores do conservadorismo são Edmund Burke, Russell Kirk e Friederich Hayek. Para uma análise mais aprofundada sobre as origens da doutrina conservadora ver Duarte (2023).

<sup>29</sup>É possível observar o fortalecimento desta “narrativa” a partir de materiais publicados em perfis que se popularizam nas redes sociais a partir de 2013 que argumentam em torno de um discurso revisionista da ditadura militar. Parte considerável do conteúdo veiculado nesses perfis remete à enaltecer o papel das Forças Armadas na manutenção da ordem no Brasil contra o avanço de grupos comunistas. Entre as páginas com maior engajamento no *Facebook* que adotavam esta abordagem

encontra na crítica ao governo petista um ponto de convergência sobre o qual se pode discutir os principais problemas do Brasil “sem o viés ideológico”, comumente identificado como demagogia comum a partidos e políticos de esquerda.

Manifestações públicas de caráter liberal ou conservador no Brasil não são uma exclusividade da agenda política do País apenas após junho de 2013. Mesmo nos dois primeiros mandatos do governo Lula, sobretudo após o escândalo do Mensalão<sup>30</sup> amplamente noticiado pela imprensa, iniciativas no sentido de criar uma oposição ao governo foram experienciadas, sobretudo na região Sudeste. O empresário paulista João Dória, que anos depois iria assumir o governo do estado de São Paulo (2019-2022), foi um dos nomes que se tornaram populares nos esforços em mobilizar campanhas junto a outros grupos, empresários e artistas contra os escândalos de corrupção no período, defendendo a necessidade de um governo livre dos vícios estatizantes dos quais a corrupção brotaria como consequência fatal dos nebulosos limites entre a esfera pública e a privada. Essas iniciativas, contudo, não conquistaram avanços expressivos:

Existiam também grupos de direita na sociedade civil que não se originaram na *internet*, como o Cansei, o Endireita Brasil e o Vem pra Rua, sendo que o Cansei, apesar de ter apoiadores de peso - como setores da OAB e o ex-prefeito de São Paulo João Dória, entre outros -, não sobreviveu muito além de sua primeira manifestação ocorrida em 2007 contra o chamado ‘caos aéreo’ e o governo do PT no auge do lulismo, encerrando suas atividades precocemente. Já o Endireita Brasil, formado em 2006 por um grupo de jovens advogados de direita atuantes na defesa legal de atores ligados ao agronegócio, sobretudo em conflitos com indígenas, militantes sem-terra e quilombolas, não teve sucesso em realizar protestos de rua contra o “mensalão”, como pretendia inicialmente, dada a crescente popularidade de Lula na época. (Gallego, 2018, p. 50).

---

entre os anos de 2013 a 2014, podemos citar os perfis Patriotas Online, Pátria Amada Brasil e o Mobilização Patriota, porém, há diversas páginas de menor alcance que replicam o conteúdo de páginas de maior popularidade.

<sup>30</sup>Mensalão foi o nome dado a um esquema de corrupção noticiado em 2005 que consistia no pagamento de mesadas e negociação de cargos para parlamentares da base aliada para viabilizar apoio no congresso para os projetos do governo federal em tramitação. O esquema foi chefiado por Roberto Jefferson (2005), político que anos depois iria se tornar aliado do presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Para mais informações sobre o esquema, ver:

"Mensalão: cronologia do caso". *Memória Globo*. Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghtml>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Da mesma forma, não defendemos que as Jornadas de Junho de 2013 sejam o “ovo da serpente” da extrema direita brasileira que se consolidou nos anos de 2010 até os dias de hoje. É possível afirmar que o impacto das redes sociais contribuiu para a massificação das manifestações de junho de 2013 e ofereceram ferramentas de mobilização que até então dependiam de veículos tradicionais de mídia, como canais TV, rádio ou de imprensa consolidados, ou formas mais diretas de diálogo com a população, como participação em partidos e organizações que atuam na sociedade civil. Contudo, acreditamos que estes recursos não favoreceram de imediato qualquer perspectiva ideológica em detrimento de outra. Ainda assim, é necessário salientar que as referências políticas que são forjadas nesse processo, sejam grupos ou indivíduos, demonstraram notável aptidão em utilizar esses novos recursos mesmo em relação a movimentos já adaptados à atuação em manifestações de rua.

Defendemos neste trabalho, a hipótese de que o impacto das redes sociais num momento de efervescência política contribuiu para a difusão de uma cultura política que, devido às circunstâncias históricas abordadas, conduzem o debate de parte da opinião pública para uma perspectiva de extrema direita à medida que os acontecimentos políticos se acirram. Entender o extremismo de direita como uma cultura política possibilita pensar o fenômeno para além dos indivíduos que o compõem.

Desta forma, é possível ater-se ao processo histórico tratado sem que o vulto das personalidades que lhes integram esgote seu sentido e significado. Propomos que o extremismo de direita no século XXI se expressa como um fenômeno gestado nas mudanças econômicas e culturais promovidas pelo neoliberalismo e que é desencadeado a partir de conflitos sociais que tomam as ruas e ganham destaque nos anos 2010:

Essa estrutura polarizada tem uma história. Ela se formou durante os oito ou dez meses que seguiram às manifestações de junho de 2013, durante as quais as páginas do Facebook com maior número de interações foram as de produção de conteúdo anticorrupção. Essas páginas, até então, estavam posicionadas entre as páginas de esquerda e as de direita. Muitos de seus leitores se juntaram aos ativistas que se manifestavam contra o

aumento das passagens trazendo consigo um conjunto mais difuso de pautas anticorrupção e por mais direitos sociais. [...] essa recém-formada esfera pública se cindiu ainda naquele ano, afastando da esquerda grande parte daqueles que foram às ruas pela primeira vez e aproximando-os da direita. Esse deslocamento está na gênese do campo antipetista (Gallego, 2018, p. 86).

O momento propício para mobilização possibilitou que as barreiras espaciais – que dificultavam até aquele momento a difusão de ideias sem o apoio dos canais de mídia tradicionais – pudessem ser superadas através das redes sociais.

### **2.3 Mobilizações de direita no Brasil em 2015**

As eleições presidenciais de 2014 no Brasil foram um marco na história política do país, caracterizadas por uma disputa acirrada entre Dilma Rousseff e Aécio Neves. A vitória de Dilma, que foi reeleita em um contexto de forte polarização, não apenas acirrou os ânimos entre os eleitores, mas também desencadeou uma série de manifestações de direita que refletiam um descontentamento profundo com o resultado das urnas. Esses protestos, que inicialmente se concentraram em pautas de combate à corrupção e insatisfação com o governo, rapidamente evoluíram para um movimento mais radical e organizado, impulsionado por uma ideologia antipetista que ganhou força nas ruas:

Com a crise econômica, a eclosão da Operação Lava Jato e a reeleição apertada de Dilma Rousseff (PT), questionada por seu adversário Aécio Neves (PSDB), a presença da direita e da extrema direita nas ruas passou a ser sistemática. Primeiro, mais timidamente, com manifestações convocadas por grupos como o MBL e Vem pra Rua, reunindo alguns poucos milhares de pessoas, ainda em 2014 (*Agência Pública*, 2023).

O sentimento de antipatia em relação ao PT, que já vinha se manifestando nas Jornadas de Junho de 2013, se intensificou após a reeleição de Dilma. Grupos como o MBL, Revoltados Online e Vem Pra Rua emergiram como protagonistas nesse cenário, mobilizando milhões de brasileiros em protestos que clamavam pelo *impeachment* da presidente. As manifestações, que antes eram predominantemente compostas por eleitores do PSDB, passaram a atrair uma diversidade de setores da

direita, incluindo liberais e conservadores, que viam no governo petista uma ameaça à democracia e à moralidade pública. O discurso de que o PT era sinônimo de corrupção e desgoverno se consolidou, e muitos manifestantes passaram a considerar a destituição de Dilma como uma necessidade urgente para a recuperação do país.

Muito rapidamente, os protestos identificados com as hashtags #vemprarua e #ogiganteacordou serviram para que a população genericamente expressasse suas demandas anticorrupção. Essas demandas, bastante difusas, foram cooptadas pela mídia corporativa, por partidos como o PSDB e por grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e seguiram um caminho conservador, abandonando completamente a pauta dos direitos urbanos. Mais do que isso, rechaçaram-na e se agarraram à questão da anticorrupção e, por extensão, ao antipetismo, movimento iniciado em 2005 com o chamado Mensalão (...) e posteriormente alavancado pela Operação Lava Jato. É nesse contexto, já perto de 2015, que começam os protestos *pró-impeachment* (Figueiredo, 2021, p. 265).

Além disso, a radicalização das manifestações de direita também trouxe à tona uma nova forma de ativismo político, que se distanciava das práticas tradicionais e adotava uma retórica mais agressiva e polarizadora. O uso das redes sociais como ferramenta de mobilização e disseminação de informações contribuiu para a formação de uma base de apoio a essa "nova direita". O clima de insatisfação culminou em eventos como a manifestação de 1º de novembro de 2014, em São Paulo, onde milhares de pessoas se reuniram para gritar "fora PT" e "viva a PM"<sup>31</sup>, evidenciando a crescente hostilidade em relação ao governo e à democracia. Esse fenômeno não apenas desafiou a legitimidade do processo eleitoral, mas também sinalizou um movimento golpista que ameaçava as instituições democráticas.

A combinação do descontentamento popular com a retórica de grupos extremistas resultou em uma radicalização que se manifestou em discursos de ódio, intolerância e uma clara oposição às pautas de diversidade e inclusão. O que

---

<sup>31</sup> BRASIL DE FATO. Impeachment: 5 anos, a relação entre junho de 2013 e a ascensão da extrema direita. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/18/impeachment-5-anos-a-relacao-entre-junho-de-2013-e-a-ascensao-da-extrema-direita>>. Acesso em: 14 set. 2024.

começou como um movimento de protesto contra a corrupção transformou-se em um ataque a valores democráticos fundamentais, culminando no impeachment de Dilma em 2016 e na eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Essa nova configuração política não apenas alterou o panorama eleitoral, mas também redefiniu as relações de poder e a dinâmica social no Brasil:

Com o peito inflado como o de um galo, um senhor de uns 70 anos com polo azul e os cabelos pintados de castanho repreendia o “covarde”. “Cadê o filho da puta?”, perguntavam vários dos participantes de um protesto que pedia o impeachment de Dilma Rousseff, na avenida Paulista, em São Paulo.

O “covarde”, que usava uma estrelinha do Partido dos Trabalhadores, corria feito um louco entre os carros de uma travessa da avenida. A ousadia de gritar “fascistas” aos integrantes da marcha que reuniu hoje cerca de 3.000 pessoas, segundo a Polícia Militar, lhe podia sair caro. Organizadores do protesto, convocado pelas redes sociais, tiveram que intervir para evitar um linchamento, e o “covarde” sumiu com apenas alguns chutes nas costas. Manifestantes que nem tinham visto a aparência do sujeito se uniram à confusão: “Vagabundo, drogado, petista!”. O clima não era muito favorável a oposição alguma. Nem os vizinhos que mostraram nas janelas bandeiras vermelhas se salvaram: foram mandados aos gritos para Cuba (EL PAÍS, 2014).

O discurso misógino que permeou as manifestações contra a ex-presidenta Dilma Rousseff durante o processo de impeachment, iniciado em 2015, reflete não apenas a polarização política do Brasil, mas também um profundo enraizamento de preconceitos de gênero na sociedade brasileira. O discurso contra Dilma foi frequentemente carregado de insultos e estigmas que evocavam estereótipos de gênero. A ex-presidenta tornou-se alvo de uma retórica que não apenas questionava sua capacidade de governar, mas que também a desumanizava, utilizando referências que remetiam à sua condição de mulher. Termos pejorativos e ataques pessoais, como "Dilmanta" ou "Dilmula"<sup>32</sup>, foram amplamente utilizados para deslegitimar sua figura como líder, reduzindo-a a uma representação familiar e não a uma autoridade política:

---

<sup>32</sup> BRASIL DE FATO. 5 anos do impeachment: entenda o papel do machismo no processo contra Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/5-anos-do-impeachment-entenda-o-papel-do-machismo-no-processo-contra-dilma-rousseff>>. Acesso em: 14 set. 2024.

De acordo com a professora (...) Perla Haydee da Silva, autora da tese de doutorado *De Louca a Incompetente: Construções Discursivas em Relação à Ex-Presidenta Dilma Rousseff*, ao analisar comentários em que a petista era citada na página do Movimento Brasil Livre (MBL) na rede social Facebook, era possível perceber que existiam três principais eixos.

O de questionar a capacidade mental e intelectual de Dilma (com termos como “burra”, ou “louca”), o de colocar como pauta a vida sexual da presidente (a chamando de “prostituta”) e o de categorizá-la como “nojenta”.

(...) Com os principais eixos definidos, ela foi buscando quais eram as várias formas usadas para ofender Dilma e, o que chamou a atenção, foi que a maioria eram xingamentos que tinham como base levar em consideração o gênero da ex-presidente.

“Há diversas formas de você dizer que a pessoa é louca. Ela está surtada, senil, está tomando remédio controlado. São formas de questionar a sanidade mental dessa pessoa. Também existiam frases como ‘volta para cozinha’, ‘vai vender Avon’, questionando a capacidade intelectual dessa mulher para estar ocupando aquele cargo”, diz.

“A questão da prostituta tem comentários de baixo calão, se referindo a sexo anal... eu também comento a questão daquele adesivo colocado na bomba de gasolina. Com isso, está se construindo a imagem de uma mulher que não merece respeito na sociedade” (Brasil de Fato, 2021).

As manifestações foram organizadas por grupos que se opunham ao governo do PT, como o MBL e o Vem Pra Rua, que, embora tenham se articulado em torno de pautas como a corrupção e a defesa da Operação Lava Jato, frequentemente incorporaram um discurso que deslegitimava a liderança feminina. As palavras de ordem e os cartazes exibidos nas ruas não apenas clamavam pelo impeachment, mas também expressavam um desdém que se manifestava em insultos direcionados a Dilma, como “Fora, Dilma!” e “Ela não sabe governar!”, que, além de políticos, incluíam ataques à sua feminilidade e à sua condição de mulher em um espaço historicamente dominado por homens.

Além disso, a cobertura midiática das manifestações também contribuiu para a perpetuação desse discurso misógino. A imprensa frequentemente enfatizava a fragilidade da figura de Dilma, apresentando-a como uma líder incapaz de lidar com a crise, enquanto seus opositores eram frequentemente retratados de maneira mais favorável. Essa dinâmica não apenas reforçou a ideia de que uma

mulher no poder era uma anomalia, mas também legitimou a hostilidade contra ela, como se a sua saída do cargo fosse uma resposta natural à sua suposta inaptidão.

A partir de um olhar de gênero sobre a cobertura jornalística promovida pela Folha e pelo O Globo, no período estudado, foi possível identificar um viés sexista na forma como foi (des)construída a figura pública da Presidenta Dilma. A ordem patriarcal que estrutura nossa sociedade define que o espaço público é de domínio masculino e quando as mulheres ingressam nessa arena, elas são vistas com estranhamento e são mais exigidas e cobradas no desempenho de suas funções. Essa lógica também se faz presente quando as mulheres conquistam mandatos eletivos, sendo frequente a sua desqualificação política, tanto no discurso da mídia como nas manifestações advindas de seus pares. Desde que assumiu a Chefia da Casa Civil, em 2005, até a sua deposição, Dilma Rousseff enfrentou esta mesma situação adversa, ora em manifestações explícitas, ora de forma menos enfática. Nossa análise demonstra que os dois jornais, inicialmente, constroem a imagem de Dilma como uma “gerente”, ressaltando sua “dureza” no exercício do cargo de Chefe do Poder Executivo. Ao mesmo tempo que os periódicos destacam o caráter eminentemente técnico de sua atuação, também a rotulam como “incompetente e má gestora”, dando indícios de que ela falhou duplamente na função, como mandatária e como técnica. Estes atributos, entre outros rótulos, resultam em uma imagem negativa de Rousseff, tornando-a um sujeito político incapaz para o exercício da Presidência da República. A narrativa adotada pela mídia impressa acaba por colocar em xeque a condição das mulheres como atores políticos (Silva, 2017, p. 220).

O ano de 2015 foi marcado por uma série de protestos que mobilizaram milhões de pessoas em diversas cidades brasileiras. As manifestações começaram em março, com um grande ato no dia 15 de março<sup>33</sup>. Os manifestantes frequentemente utilizavam slogans que expressavam um desejo de mudança e um apelo à moralidade pública, evocando um discurso que associava o governo petista à corrupção e à ineficiência. A frase "Fora, Dilma!" tornou-se um grito de guerra, simbolizando não apenas a oposição à presidenta, mas também uma rejeição mais ampla ao que muitos viam como um projeto de poder do PT que ameaçava os valores conservadores.

---

<sup>33</sup> G1. Brasileiros manifestam em vários estados contra corrupção e governo. Fantástico, 15 mar. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2015/03/brasileiros-manifestam-em-varios-estados-contracorrupcao-e-governo.html>. Acesso em: 14 set. 2024.

A cobertura midiática das manifestações também desempenhou um papel fundamental na construção desse discurso. A imprensa frequentemente amplificava as vozes dos manifestantes, destacando a indignação popular e a necessidade de uma resposta à corrupção<sup>34</sup>. Essa narrativa foi crucial para legitimar o movimento e, eventualmente, o processo de impeachment que culminou na destituição de Dilma Rousseff em agosto de 2016.

Esta é a maior manifestação de rua da história da democracia do país depois do fim da ditadura, e mostra o fôlego que os movimentos pró-impeachment, que nasceram em 2014, atingiram. A marcha pelas eleições diretas (Diretas Já), uma referência de multidões, levou às ruas 400.000 pessoas em 1984. Se na primeira grande manifestação pró-impeachment em março do ano passado os grupos que pediam a saída de Dilma dividiram espaço na avenida Paulista com reivindicações difusas, como os pedidos da intervenção militar, desta vez o discurso foi mais afinado. O sentimento que se sobressaiu, de maneira geral, é de total rejeição ao PT e ao Governo e que “qualquer coisa” será melhor que Dilma Rousseff na presidência. “Qualquer um é menos pior que Dilma”, disse a dentista Fátima Gerbasi. “Não tem importância se é o Temer que assume [o Governo, em um eventual impeachment]. Vão fazer um Governo de coalizão e isso vai ser bom” (El País, 2016).

Em suma, as manifestações de direita em 2015 foram um fenômeno complexo que refletiu uma intersecção de descontentamentos sociais, políticos e econômicos. A combinação de uma crise de governabilidade, a insatisfação com a corrupção e um forte sentimento antipetista criou um ambiente propício para a mobilização de grupos que eventualmente dariam fisionomia para a direita brasileira. Essas manifestações não apenas influenciaram o processo de impeachment de Dilma Rousseff, mas também moldaram o cenário político brasileiro nos anos seguintes, evidenciando a ascensão de uma direita que surge do ciberespaço e que se articula em torno de valores conservadores e de um desejo de mudança radical no sistema político em torno de seus princípios. A análise historiográfica desse período é essencial para compreender as dinâmicas de poder e as transformações sociais que marcaram o Brasil contemporâneo.

---

<sup>34</sup> EL PAÍS. Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776\\_440577.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html)>. Acesso em: 14 set. 2024.

### 3 SURGIMENTO DO “BOLSONARISMO” E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA CULTURA POLÍTICA DE DIREITA VIRTUAL NO BRASIL

#### 3.1 *Impeachment* de Dilma Rousseff

Como demonstrado no capítulo anterior, as redes sociais desempenharam um papel crucial para a elaboração de uma plataforma para os políticos da oposição ao governo petista nos anos que antecederam a votação do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016 no legislativo brasileiro. Nesse contexto, grupos de oposição, especialmente de direita, aprenderam a se articular e a utilizar as plataformas digitais para disseminar seus discursos, que ganharam força após a derrota de Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2014. O modo de funcionamento das redes sociais, com seu algoritmo que prioriza conteúdos que geram engajamento, acabou por reforçar a formação de “bolhas de opinião” em torno de certos consensos, que se consolidaram por meio de oposições a outras “bolhas”. Essa dinâmica, repetida ao longo do tempo, rompeu pactos sociais de tolerância, fragilizou a credibilidade de grandes veículos de imprensa tradicional e colocou temas complexos em um debate raso e simplificador.

Durante o *impeachment*, esses grupos de oposição utilizaram plataformas como *Facebook* e *Twitter* para disseminar informações, organizar manifestações e mobilizar apoio. A direita, em particular, encontrou nas redes sociais um ambiente propício para expandir sua base de apoio, articulando discursos que eram antipartidários e fortemente críticos ao governo PT e à figura de Dilma Rousseff. Esses grupos não apenas compartilharam conteúdos informativos, mas também criaram uma narrativa que legitimava o *impeachment*. O uso de *hashtags* e a viralização<sup>35</sup> de postagens permitiram que mensagens contrárias ao governo alcançassem um público amplo, influenciando a opinião pública e a percepção sobre

---

<sup>35</sup> O termo “viralizar” no contexto das redes sociais refere-se ao processo pelo qual um conteúdo, como um vídeo, uma imagem ou uma postagem, se espalha rapidamente e de forma exponencial entre os usuários, alcançando um grande número de pessoas em um curto espaço de tempo. Esse fenômeno ocorre geralmente quando o conteúdo ressoa emocionalmente com o público, seja por ser engraçado, informativo, chocante ou inspirador, levando os usuários a compartilhá-lo em suas próprias redes. A viralização é impulsionada por algoritmos das plataformas que favorecem conteúdos populares, além do engajamento dos usuários, que comentam, curtam e compartilham, ampliando ainda mais o alcance da mensagem.

a legitimidade do processo de *impeachment*. A mobilização *online* foi tão significativa que se tornou um reflexo das manifestações nas ruas, onde as demandas por "Fora Dilma" ecoavam tanto no espaço físico quanto no digital. É a partir desse intercâmbio virtual de materiais de agitação político-ideológica, de formulação de pautas, palavras de ordem e protestos de rua que os principais elementos constitutivos da "cultura política de direita virtual" foram moldados:

As mídias sociais se tornaram tão influentes que, atualmente, os candidatos e partidos se veem em uma posição em que estar dentro ou fora das redes não é mais uma opção, visto que quem está fora tem muitas chances de ser esquecido nos debates que acontecem ou até mesmo nas relações pessoais de troca. Durante os acontecimentos de 2016, por exemplo, parlamentares defenderam seus discursos e posicionamentos em torno do impeachment da presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional e, fortemente, nas redes sociais (Marques et al., 2021).

A mobilização de grupos de oposição para assistir ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi um fenômeno marcante que refletiu a intensa polarização política do Brasil. Movimentos como o MBL e Vem pra Rua desempenharam papéis cruciais na organização de protestos e manifestações em apoio ao *impeachment*, convocando seus seguidores a se reunirem em frente ao Congresso Nacional durante as votações. Essas mobilizações foram amplificadas pelas redes sociais, onde ativistas e simpatizantes compartilharam informações sobre os atos, criaram eventos e utilizaram *hashtags* como #ForaDilma para mobilizar a população:

Agora eu vou ler os nomes dos deputados que se dizem indecisos em relação ao impeachment. Cobrem uma posição deles", dizia ao microfone o líder do movimento Vem pra Rua, Rogério Chequer, do alto de um caminhão de som na avenida Paulista. Naquele domingo, 13 de março, 500.000 pessoas tomaram a avenida em São Paulo, nas contas do Instituto Datafolha, e quem estava ao alcance do microfone de Chequer ouviu nomes como Celso Russomanno (PRB-SP) e Ricardo Izar (PP-SP). Coincidência ou não, esses dois deputados fizeram questão de se posicionar a favor do impeachment na semana seguinte ao protesto (El País, 2016).

As redes sociais também serviram como um termômetro para medir a opinião pública e pressionar os parlamentares. Os políticos de oposição, ao se

posicionarem nas redes, buscavam não apenas legitimar suas ações, mas também angariar apoio popular, o que se refletia nas votações do plenário. A pressão exercida pelas redes sociais pode ser vista como um fator que influenciou a decisão de muitos parlamentares, que temiam a repercussão negativa de uma votação contrária ao desejo da maioria que se manifestava *online*. Além disso, as redes sociais foram fundamentais na construção da imagem pública dos políticos envolvidos no *impeachment*. Vejamos o conteúdo divulgado pelo periódico *El País*.

Além da presença física, os partidários do impeachment concentram esforços virtuais por meio das redes sociais dos parlamentares indecisos na tentativa de convencê-los a se posicionar. O Mapa do Impeachment, elaborado ao longo de três meses por 80 voluntários do Vem pra Rua, expõe uma evolução considerável de posicionamentos favoráveis ao impeachment ao longo das cinco semanas em que a contagem está no ar. No último mês, ao menos 114 deputados tiveram o status de "indeciso" alterado para "a favor" no site, que compila dados para contato e até a evolução patrimonial e os doadores de campanha dos deputados.[...] "Já que este deputado está indeciso, você pode entrar em contato com ele para cobrá-lo por seu posicionamento. Com as informações que já são públicas, é inaceitável um parlamentar não se posicionar", instrui o site acerca do ex-presidente da CPI da Petrobras Hugo Motta (PMDB-PB), que, como qualquer um que acessar o site poderá ver, declarou um patrimônio de 141.000 reais na eleição de 2010 e, quatro anos depois, tinha posses equivalentes a 500.000 reais. Pelas contas do Mapa do Impeachment — cuja efetividade anima seus criadores a já pensar em outras utilizações para a ferramenta —, ainda existem 146 deputados e 21 senadores indecisos. E eles prometem não parar enquanto houver parlamentares em cima do muro (El País, 2016).

Durante a votação, diversos políticos de oposição que participaram das votações na Câmara dos Deputados e no Senado utilizaram as redes sociais de forma estratégica para se promover e fortalecer suas posições. Essa prática se provou bem sucedida e marca um momento onde diversas figuras tradicionais da política vão começar a utilizar suas redes sociais para gerar conteúdo construído para alimentar as "bolhas digitais" que se formaram a partir de 2014 e se oferecer como uma alternativa ao governo petista. Esse método bem sucedido de atuação consiste na prática que vai dar origem ao que iremos nos referir neste trabalho como o *político influencer*, um político especializado na criação de conteúdo para engajamento de seu potencial eleitorado nas redes sociais, potencializado pela dinâmica de viralização das redes sociais, como notado na matéria:

Neste domingo, por exemplo, grande parte dos deputados que estão na Câmara para votar sobre o processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff usaram as redes sociais como canal para mostrar os bastidores do plenário e enviar alguns recados aos seus eleitores (Extra, 2016).

O então deputado federal Jair Bolsonaro, à época atuando pelo Partido Progressista (PP), se destacou por sua atuação beligerante durante o *impeachment*. Em suas postagens nas redes sociais, ele não apenas expressou seu apoio ao *impeachment*, mas também fez declarações controversas que rapidamente viralizaram. Durante a votação na Câmara, Bolsonaro homenageou o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um torturador da ditadura militar, afirmando: “Perderam em 1964, perderam em 2016. Contra o comunismo, contra o Foro de São Paulo. Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi o pavor de Dilma Rousseff” (El País, 2016).

Essa declaração foi amplamente compartilhada e gerou tanto apoio quanto repúdio, consolidando sua imagem como uma figura central na oposição e contribuindo para sua ascensão política nas eleições seguintes. Bolsonaro foi o exemplo mais evidente deste método de atuação, tornando-se o exemplo bem sucedido no engajamento de suas redes em torno de produzir e repercutir sua plataforma política, fortemente influenciada pelo debate da direita virtual:

Ao dedicar seu voto ao coronel Brilhante Ustra, contudo, conseguiu chocar ainda mais. Ustra foi chefe do Doi-Codi, principal órgão de repressão da ditadura militar, em São Paulo, e primeiro militar condenado a pagar uma indenização a familiares de um jornalista vítima da repressão. Segundo diferentes relatórios, o coronel foi responsabilizado por centenas de desaparecimentos, sequestros e sessões de tortura que incluíam choques elétricos, estupros, espancamentos e introdução de animais vivos, como ratos e baratas, em orifícios dos torturados (El País, 2016).

A repercussão após a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 teve um impacto significativo na ascensão dos políticos que votaram favoravelmente à sua destituição, especialmente por meio das redes

sociais. Esses políticos aproveitaram a visibilidade gerada pelo processo de *impeachment* para consolidar suas imagens e expandir suas bases de apoio:

O discurso dos deputados, proferido imediatamente antes do voto, foi seguido de um ato político de consequências notáveis. Não se tratou do discurso pelo discurso, da simples afirmação de identidade política e mesmo de bravata parlamentar, mas do envoltório ideológico, ainda que simples e nem sempre decisivo e verdadeiro, de uma ação capaz de alterar os rumos do governo, com todas as reorientações que isso pode acarretar em termos sociais, econômicos e, evidentemente, políticos, com efeitos de âmbito nacional e internacional (Silva; Oliveira, 2021, p. 14).

Jair Bolsonaro viu sua popularidade disparar, particularmente entre os eleitores que se identificavam com sua retórica conservadora e antipetista<sup>36</sup>. Sua declaração de apoio ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra durante a votação se tornou um marco de sua campanha, reverberando nas redes sociais e solidificando sua posição como uma figura emblemática da nova direita brasileira. O voto deu visibilidade a Jair Bolsonaro, que terminou o processo de *impeachment* contra Dilma com mais seguidores e apoiadores. A interação constante com seus seguidores, por meio de postagens e transmissões ao vivo, permitiu que ele mantivesse um diálogo direto com sua base, reforçando sua imagem como um defensor da moralidade e da ordem:

Cerca de sete meses depois do protocolamento da denúncia original, em seis de outubro de 2015, uma petição com 1.879.023 rubricas pelo Impeachment de Dilma, foi anexada ao pedido de Bolsonaro contra a presidente. A petição havia sido criada em 2013 por Rogério Teixeira no site Avaaz, e não era vinculada a nenhuma denúncia específica contra Dilma, apenas pedia por seu afastamento. Dois anos depois, o autor e outros cinco representantes de páginas e blogs na internet que se mobilizaram pelo impeachment da presidente, como O Pesadelo de Qualquer Político e O Pesadelo dos Políticos 2.0; Site Sociedade Militar e União Contra Corrupção, enviaram a petição à Câmara dos Deputados pedindo que a denúncia de Bolsonaro contra Dilma Rousseff fosse posta “em votação de maneira imediata”. Sete pessoas sem relação com páginas, mas apoiadoras do impeachment, também assinaram o documento enviado à Câmara (Agência Pública, 2021).

---

<sup>36</sup>Não por acaso, a associação do petismo à corrupção e ao comunismo em uma sociedade majoritariamente cristã, foi promovida de modo a incitar a retórica do ódio contra suas lideranças e apoiadores, sobretudo através das redes sociais, dentre as quais o *Facebook*, ou das manifestações de rua, no período já referido. Face ao exposto, o MBL potencializou a lógica do nós contra eles, materializando com seu discurso, ocupação das ruas e atos simbólicos, a exemplo da exacerbação do contraste entre o verde-amarelo e o vermelho [...] (Vieira, 2022).

As redes sociais desempenharam um papel crucial na amplificação dessas mensagens, criando “bolhas digitais”<sup>37</sup> que reforçavam os discursos favoráveis ao *impeachment* e à direita. A capacidade de mobilização e a interação direta com os eleitores permitiram que esses políticos não apenas capitalizassem sobre a vitória do *impeachment*, mas também se posicionassem como protagonistas de uma nova era política no Brasil. Essa dinâmica evidenciou como a repercussão nas redes sociais pode influenciar a trajetória política e a ascensão de líderes em um contexto de acirramento do debate político-ideológico.

### 3.2 Eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018

A repercussão após a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 teve um impacto significativo na ascensão dos políticos que votaram favoravelmente à sua destituição, especialmente por meio das redes sociais. Esses políticos aproveitaram a visibilidade gerada pelo processo de *impeachment* para consolidar suas imagens e expandir suas bases de apoio. Neste cenário se destaca Jair Bolsonaro que, ao dedicar seu voto ao torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra, catapultou para a notoriedade:

Parlamentar vinculado ao 'centrão' e ao chamado baixo clero na Câmara dos Deputados por quase três décadas, quando Jair Bolsonaro esboçou sua intenção de ser candidato à Presidência em 2015, a avaliação de alguns analistas era de que ele não conseguiria expandir seu eleitorado para além de um reduzido círculo situado à extrema direita no campo político. Naquele momento, antes da eleição de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos, em novembro de 2016, alardear o mundo acerca do fortalecimento de uma direita com posições mais radicais internacionalmente, Bolsonaro era tratado como uma figura política quase caricata em alguns programas de televisão (Vieira, 2022, p.17).

---

<sup>37</sup>Nas bolhas digitais “as ideias são difundidas apenas entre pessoas que detêm linhas de pensamento parecidas.” ‘Elas são *loopings* comunicativos, que são criados pela repercussão de um mesmo tema ou conteúdo de um grupo’ (Palmieri *apud* Almeida, *Jornal da USP*, 2023).

A partir de então, Jair Bolsonaro começou a se apresentar como um defensor dos valores conservadores e da moralidade, utilizando suas contas no *Twitter* e *Facebook* para interagir diretamente com seus seguidores, compartilhar suas opiniões e criticar adversários, em especial o Partido dos Trabalhadores - PT. Em entrevista à Agência Pública, o cientista político Cláudio Couto afirmou que, embora tendo sido autor de pedido contra Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro “não teve importância na articulação política do impeachment”:

O Bolsonaro é muito mais um beneficiário daquele processo do que propriamente um articulador”, defende. Surfando na popularidade da pauta do impeachment, Bolsonaro agitou as sessões na Câmara dos Deputados defendendo a cassação da presidente e se envolveu em brigas com outros parlamentares. Em setembro de 2015, ele discutiu no Plenário da Câmara com os deputados Orlando Silva (PCdoB) e José Guimarães (PT) ao acusar Dilma Rousseff de roubo na Petrobrás, o que também aparece na peça protocolada por ele. A briga foi publicada nas suas redes sociais e teve mais de 37 mil curtidas. “O Congresso com apoio popular vai até o final para cassar essa mulher que não devia ter chegado à presidência”, defende Bolsonaro em vídeo (Agência Pública, 2021).

Jair Bolsonaro consolidou sua linguagem agressiva como uma marca política distintiva, utilizando-a para ganhar apoio junto às “bolhas digitais de direita” nas redes sociais. Essa estratégia se baseou na linguagem agressiva e na retórica confrontacional<sup>38</sup>, que se tornaram características centrais de sua comunicação. Ao se posicionar como um defensor da moralidade e da ordem, Bolsonaro adotou um discurso que frequentemente atacava adversários políticos, a mídia e instituições, apresentando-se como um *outsider* que lutava contra um sistema corrupto.

O *impeachment* da Dilma foi uma oportunidade dele se projetar, de aparecer como anti-PT, anti Dilma, como bastião do combate à corrupção – coisa que ele nunca foi de verdade. E essa condição de ser o anti-PT por excelência e até de certa maneira um anti-político por excelência, é o que lhe garantiu tanto sucesso eleitoral em 2018 (Agência Pública, 2021).

---

<sup>38</sup> Segundo o filósofo Ricardo Henrique Resende de Andrade, a confrontação: “Como preconizam os cétricos, fieis ao pirronismo, numa disputa de crenças, diversos tropos (*diaphonía*, *reductio ad absurdum*, *ad infinitum*, *petitio principii*) serão mobilizados para fazer cumprir o princípio da equipotência (*isosthéneia*) no que concerne à credibilidade dos argumentos. No debate, os argumentos são sustentados e defendidos de maneira a se permitirem que nenhum deles sejam, em definitivo, conclusivos. No contexto de nossas vidas comuns, admitimos certas crenças como verdadeiras e a abandonamos quando as confrontamos com outras que nos parecem mais verdadeiras e mais acertadas. Esse dinamismo e caráter de inacabamento são próprios à vida ordinária, mesmo considerando que o senso-comum tende a ser, em geral e em relação a certas crenças, um tanto conservador (Andrade, 2009, p. 56).

As redes sociais foram fundamentais para a disseminação desse discurso agressivo. Jair Bolsonaro utilizou plataformas como *Twitter* e *Facebook* para se comunicar diretamente com seus apoiadores, evitando a mediação da imprensa tradicional, que frequentemente desqualificava. Essa comunicação direta permitiu que sua mensagem alcançasse rapidamente as “bolhas digitais de direita”, onde seus seguidores se sentiam validados e engajados. A interação constante com seus eleitores, por meio de postagens provocativas e vídeos, ajudou a solidificar sua imagem como um político combativo, capaz de desafiar o *status quo*.

Os filhos de Bolsonaro, especialmente Carlos Bolsonaro, também desempenharam um papel crucial nesse processo. Carlos, conhecido por sua atuação nas redes sociais, ajudou a amplificar a mensagem do pai, utilizando “memes”<sup>39</sup> e conteúdos virais que ressoavam no público conservador. Essa colaboração entre pai e filho não apenas potencializou a presença digital de Bolsonaro, mas também reforçou o discurso de que ele era um lutador contra as forças que ameaçavam os valores tradicionais da sociedade brasileira:

No clã dos Bolsonaros, quem tem mais expertise com as redes sociais é o vereador carioca Carlos Bolsonaro (PP), irmão de Eduardo. “Ele me instruiu bastante no começo, a como direcionar os perfis no Twitter, no Facebook, no Instagram. Quando eu comecei, tinha uns dois mil seguidores, que eram basicamente os meus amigos. Ele também ajudou bastante o Jair”, diz Eduardo Bolsonaro. Hoje, o deputado pelo PSC paulista tem cerca de 1,4 milhão de seguidores no Facebook (BBC Brasil, 2018),

A imprensa frequentemente destacava a resistência que Bolsonaro enfrentava dentro de setores da sociedade, incluindo a classe média e os eleitores mais jovens, que tradicionalmente se opunham à figuras associadas à extrema

---

<sup>39</sup> O termo “meme” foi criado em 1976 por Richard Dawkins em seu livro “O Gene Egoísta” para se referir a uma unidade de informação que se multiplica de cérebro em cérebro ou entre locais onde a informação é armazenada, análogo ao gene na genética. Memes são considerados unidades de evolução cultural que podem se autopropagar, podendo ser ideias, sons, desenhos, capacidades, valores estéticos e morais, ou qualquer outra coisa que possa ser aprendida e transmitida facilmente. No contexto da internet, memes geralmente se referem a uma ideia, comportamento ou estilo que se espalha rapidamente entre usuários, muitas vezes na forma de imagens, vídeos ou frases. Para uma análise aprofundada sobre o papel dos memes na cibercultura, ver LEITE, Carlina Rocha. *A cultura dos memes: reflexões fundamentais de interesse à Ciência da Informação*. 45 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

direita. O discurso predominante era de que a candidatura de Bolsonaro era uma resposta a um momento de crise política, mas que, devido a suas posturas radicais e ao seu estilo de comunicação, ele não conseguiria unir a direita em torno de sua figura:

Os diretores dos institutos Datafolha e Ipsos acreditam que, em 2018, Bolsonaro deve perder força porque, na campanha, ele terá menos tempo de propaganda na TV e no rádio do que seus adversários. "Apesar das redes sociais serem muito importantes, a televisão ainda tem um peso gigantesco. Bolsonaro está num partido pequeno, terá poucos segundos", diz Paulino. "A minha tese é de que provavelmente vá surgir um candidato mais ao centro, que consiga se equilibrar na polarização entre esquerda e direita", concorda Cersosimo, do Ipsos (BBC Brasil, 2017).

Entretanto, à medida que a campanha avançava, a cobertura midiática começou a mudar, especialmente após o atentado que Jair Bolsonaro sofreu em setembro de 2018, que gerou uma onda de solidariedade e aumentou sua visibilidade. Essa mudança de tom na imprensa, embora tardia, refletiu uma adaptação à nova realidade política, onde a figura de Bolsonaro se consolidava como uma alternativa viável, mesmo que inicialmente considerada improvável.

Antes do horário eleitoral gratuito e da definição sobre a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o deputado federal e capitão reformado Jair Bolsonaro (PSL) dava poucos sinais de que conseguiria superar com o vigor que demonstra hoje a bolha de eleitores radicais na internet e se consolidar como o candidato capaz de derrotar o PT. Como, então, o candidato terminou o primeiro turno com 46,03% dos votos válidos, ante os 29,28% do petista Fernando Haddad, que substituiu Lula nas urnas? Para pesquisadores ouvidos pela BBC News Brasil, os principais trunfos de Bolsonaro são a campanha digital que dissemina discurso antipetista, moralista e antissistema via dezenas de milhares de grupos de WhatsApp, as investigações de corrupção contra o PT que levaram à ausência de Lula nas urnas e o declínio acentuado do PSDB em 2018, movimento parecido ao que abalou o petismo em 2016, pós-impeachment de Dilma Rousseff (BBC BRASIL, 2018)

Ainda assim, a desconfiança em relação à sua candidatura persistiu em muitos círculos jornalísticos até o final da campanha. A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais, portanto, não apenas desafiou as previsões da mídia, mas também evidenciou a incapacidade de muitos analistas de captar a profundidade do

descontentamento popular e a ascensão das “bolhas digitais” que apoiavam sua candidatura. Essa desconexão entre a análise da mídia e a realidade eleitoral ressaltou a complexidade do cenário político brasileiro e a emergência de novas dinâmicas de comunicação que moldaram a política.

Ainda assim, mesmo com essa desconfiança mútua, a cobertura da mídia sobre a campanha de Bolsonaro não pode ser considerada unânime em seu desfavor. Alguns veículos, como o jornal *Estadão*, chegaram a publicar editoriais defendendo a candidatura de Bolsonaro como uma alternativa diante da crise política e econômica que o país atravessava. O editorial com o título *Uma escolha muito difícil*<sup>40</sup> teve ampla repercussão nas redes sociais e recebeu críticas de internautas e figuras públicas que denunciavam o caráter autoritário e agressivo do discurso bolsonarista.

A ascensão de Jair Bolsonaro e a consolidação do bolsonarismo como força política no Brasil não foram fenômenos isolados, mas sim parte de um movimento mais amplo de políticos e figuras públicas que adotaram estratégias semelhantes de comunicação digital para atrair apoio e projetar suas carreiras. Diversos atores, inspirados no modelo de Bolsonaro, utilizaram as redes sociais para se comunicar diretamente com suas bases de apoio e disseminar conteúdo em favor de pautas de direita.

Além das páginas do próprio deputado, outros canais nas redes também ajudaram a direita a chegar a mais jovens. O Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo, é uma das páginas de maior influência no Facebook, com 2,5 milhões de seguidores. Apesar de não declararem oficialmente apoio a Bolsonaro, os militantes do MBL também costumam repassar as propostas do parlamentar, como maior rigidez no combate ao crime (BBC Brasil, 2018)

Filhos de Bolsonaro, como Eduardo Bolsonaro e Carlos Bolsonaro, se destacaram por seu uso agressivo das redes sociais, atacando adversários políticos

---

<sup>40</sup> Para o texto na íntegra, acessar ESTADÃO. Uma escolha muito difícil. O Estado de S. Paulo, 14 out. 2018. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/opiniaio/uma-escolha-muito-dificil/>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

e instituições. Esse comportamento beligerante ressoava sobre uma parcela significativa do eleitorado que se sentia representada por políticos que demonstravam um discurso agressivo para falar sobre a moralidade na política e na resolução do problema da corrupção no Brasil. O alinhamento dos filhos ao discurso de campanha de Bolsonaro contribuiu para dar forma a sua plataforma política e da apresentação pública perante o eleitorado.

Em sua primeira legislatura, Eduardo Bolsonaro foi eleito para a Câmara dos Deputados na esteira da popularidade de seu pai, Jair Bolsonaro. Entre suas propostas na Câmara estão projetos que tratam da carreira policial e posse de armas, e outros que tentam suspender a ampliação de direitos a gays e transexuais. Em suas entrevistas, tem reafirmado os pontos de vista do pai: elogio à ditadura militar, repúdio a homossexualidade e misoginia. Em 2014, poucos dias depois de ser eleito deputado federal, foi flagrado em um palanque de uma manifestação contra Dilma Rousseff portando uma pistola na cintura. Ao EL PAÍS, disse que não via problema nisso, já que ele é policial, escrivão da Polícia Federal: “Eu sempre ando armado mesmo” (El País, 2016).

A combinação de discurso agressivo, a disseminação de desinformação e a capacidade de mobilização *online* permitiu que esses atores construíssem bases de apoio sólidas, especialmente entre setores mais conservadores da sociedade. Essa dinâmica não apenas transformou o cenário político brasileiro, mas também evidenciou os riscos da polarização e da radicalização que podem emergir em um ambiente digital marcado pela proliferação de bolhas e pela dificuldade de se estabelecer consensos.

Um dos episódios que se tornou decisivo para a intensificação dessa tendência foi o atentado sofrido por Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral de 2018 que teve um impacto significativo em sua trajetória rumo à Presidência da República. Apesar da gravidade do incidente, sua campanha soube habilmente transformar o evento em uma oportunidade de angariar apoio político e simpatia popular. Após o atentado, a campanha de Bolsonaro investiu pesadamente em construir o discurso de mártir e herói que superou a adversidade. Vídeos foram divulgados destacando sua determinação e resiliência durante a recuperação<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Ver: BOLSONARO DISCURSA DE SUA CAMA DE HOSPITAL. YouTube, 17 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=27QOvX9CPtc>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Essa abordagem ressoou entre eleitores, que se sensibilizaram com a história e passaram a ver Jair Bolsonaro como uma vítima da violência política. Sua ausência nos debates e entrevistas, optando por se comunicar principalmente pelas redes sociais, também foi estratégica. Isso o isentou de ter que responder a perguntas difíceis e permitiu que sua campanha controlasse os seus discursos. Ao mesmo tempo, despertou simpatia dos eleitores que o viam como um homem ferido lutando contra um sistema político hostil:

Aliados de Bolsonaro chegaram a dizer que, politicamente, a facada foi boa para o presidenciável. “Acho que [o atentado] não foi tão prejudicial como poderia ser, apesar de fruto dessa barbaridade contra ele. A exposição foi grande na imprensa. Acho que, no final das contas, foi mais positivo do que negativo, apesar da tragédia”, declarou general Mourão (PRTB), companheiro de chapa, no dia 28 de setembro. Até mesmo um dos quatro advogados de Adélio Bispo pensa isso: “O Bolsonaro tem que orar a Deus todo dia pelo Adélio”, disse Zanone Manuel de Oliveira Junior (Gazeta do Povo, 2018).

Embora tenha ficado afastado dos holofotes, o atentado garantiu a Bolsonaro uma visibilidade significativa nos telejornais, compensando seu ínfimo tempo de horário eleitoral gratuito. Isso ajudou a projetar sua imagem nacionalmente e reforçar o discurso de mártir político. Apesar de especulações iniciais de que o atentado poderia prejudicar sua campanha, no final das contas ele parece ter tido o efeito oposto. Jair Bolsonaro recebeu 49,2 milhões de votos no primeiro turno, contra 31,3 milhões de Fernando Haddad<sup>42</sup>.

O acirramento da disputa ideológica nas eleições de 2018 no Brasil gerou um ambiente de intensa polarização política nas ruas, que culminou em episódios de violência política até mesmo no dia das eleições. A escalada de violência se manifestou de várias formas, incluindo ataques verbais e agressões físicas. Entre os casos mais emblemáticos que ganhou espaço na mídia foi o assassinato de Moa do Catende, capoeirista e figura histórica do movimento cultural baiano.

---

<sup>42</sup>Ver TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Concluída a totalização de votos do 1º turno das Eleições 2018. Tribunal Superior Eleitoral, 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/concluida-totalizacao-de-votos-do-1o-turno-das-eleicoes-2018>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

O ódio que se incrustou na disputa eleitoral fez ao menos uma morte algumas horas depois de que 147 milhões de brasileiros se dirigiram às urnas. O mestre de capoeira e ativista cultural Romoaldo Rosário da Costa, mais conhecido como Moa do Katendê, de 63 anos, foi assassinado com 12 facadas na madrugada da segunda-feira, em um bar de Salvador. O autor confesso do crime, Paulo Sérgio Ferreira de Santana, de 36 anos, disse à polícia que o assassinato teve motivação política. De acordo com a declaração que deu às autoridades, Santana, que votou e defendeu o candidato de extrema direita Jair Bolsonaro (PSL), discutia com o dono do local, que votou em Fernando Haddad (PT), quando Moa uniu-se à conversa para também defender o petista. O assassino, então, foi à casa, pegou uma peixeira e voltou ao bar para atacar o capoeirista. A delegada Milena Calmon, responsável pelo caso, descreveu Santana ao EL PAÍS como um homem “intolerante e agressivo” (*El País*, 2018)

Esse acontecimento sinalizou a abertura de um novo patamar na escalada de violência política que se tornaria “normal”<sup>43</sup> no mandato de Bolsonaro como presidente da república. Durante as eleições, relatos de ataques à imprensa por parte de apoiadores de Bolsonaro também ganharam notoriedade nos noticiários, demonstrando que a radicalização da direita virtual já havia estabelecido seus novos inimigos e sua forma de reação. Da mesma forma, o discurso violento e de ataque aos indígenas, negros e às mulheres, particularmente às jornalistas se somam às práticas de violência política que começam a serem disseminadas:

Jornalistas também entraram na mira de agressores. No domingo, uma jornalista pernambucana, cuja identidade foi preservada, prestou queixa na polícia dizendo ter sido atacada por dois homens ao sair do colégio onde votou no Recife. Depois de terem visto seu crachá, os indivíduos — um deles com uma camiseta de Bolsonaro — chamaram-na de “riquinha de esquerda”, agrediram-na e ameaçaram estuprá-la, conta ela. Quando um carro passou buzinando, os criminosos fugiram do local e a jornalista foi às autoridades. O caso foi relatado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), que registrou 137 episódios de agressão de profissionais da comunicação ao longo de 2018 “em contexto político, partidário e eleitoral”. A entidade contabiliza “75 ataques por meios digitais (com 64 profissionais afetados) e outros 62 casos físicos (com 60 atingidos)”. “A maior parte das ocorrências físicas”, diz a Abraji, “está relacionada à cobertura de manifestações ou eventos de grande repercussão ligados a eleições” (*El País*, 2018).

---

<sup>43</sup> G1. Com 214 casos em 2022, violência política cresceu 335% no Brasil em três anos. G1, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/07/13/com-214-casos-em-2022-violencia-politica-cresceu-335percent-no-brasil-em-tres-anos.ghtml>>. Acesso em: 09 ago. 2024.

Acreditamos que é, sobretudo, no momento entre o *impeachment* em 2016 e as eleições presidenciais em 2018, que o discurso conservador e autoritário desses *políticos influencers* começa a ganhar forma, se adaptando à dinâmica das redes e aprendendo a mobilizar suas bases a partir de falas polêmicas, discursos inflamados, frases de efeito e notoriedade na mídia como forma de se apresentar como uma “nova política“, como sujeitos que não adaptam a sua linguagem para o debate político institucional, representando os anseios dos grupos de perfil conservador e neoliberal que se mobilizam nas redes sociais. Essa dinâmica se expressou em todo o território nacional, refletindo tendências históricas que se estabelecem e mudam o cenário político brasileiro.

Acrescenta-se o que Fábio Antunes Vieira, em sua Tese de doutorado intitulada *Do MBL ao bolsonarismo: o discurso antipetista por um Brasil menos livre*<sup>44</sup>, discorre sobre o fortalecimento da extrema direita no campo político brasileiro não se trata, apenas, de um fenômeno nacional particularizado, mas de uma conjuntura internacional:

Nesse sentido, a citada eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, em 2016, é um exemplo disso. Esse avanço da direita pelo mundo, pode ser interpretado, dentre outras coisas, em função da crise vivenciada por muitas democracias face ao processo de globalização e o alastramento do neoliberalismo, fatores que têm cooperado para descrença em relação ao Estado como provedor das políticas de bem-estar social, segundo a compreensão de vários especialistas, como será tratado mais detidamente no segundo capítulo (Vieira, 2022, p. 19).

No estado de Alagoas com tradição política autoritária, conservadora e violenta já estabelecida historicamente nos espaços de poder, essa tendência ideológica – extrema direita – encontrou um terreno favorável para o seu desenvolvimento, como iremos demonstrar no próximo capítulo.

---

<sup>44</sup>Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS) da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2022.



## 4. DIREITA VIRTUAL EM ALAGOAS

### 4.1-O fenômeno sócio-histórico em Maceió – Alagoas

O início deste capítulo tendo como referência teórico-metodológica, o artigo intitulado *Neoliberalismo, neoimperialismo e desemprego em Alagoas* (2021), da autoria de Tatiana Lima e Artur Bispo. Nele, os autores buscam explorar as consequências das reformas neoliberais na estrutura econômica e social do estado, destacando as interações entre as políticas implementadas e a realidade vivida pela população alagoana. As tradicionais oligarquias agrárias que atuam na política alagoana e se perpetuaram durante a ditadura militar (1964-1985) continuam ocupando os mesmos espaços de poder e instituições políticas, entretanto, a crise estrutural do Capital atinge o setor sucroalcooleiro. O destaque para o impacto das políticas neoliberais em Alagoas indica que o tema merece outros estudos, tendo em vista o caráter reacionário e conservador das elites agrárias que atuam no estado.

Para os autores, o neoliberalismo, como uma ideologia econômica, emergiu nas últimas décadas do século XX, promovendo a desregulamentação da economia, a privatização de serviços públicos e a redução do papel do Estado na economia. Em Alagoas, essas políticas foram implementadas em um contexto de crise estrutural, caracterizado por altas taxas de desemprego e desigualdade social. Os autores argumentam que o neoliberalismo não apenas exacerbou essas condições, mas também consolidou um modelo econômico que favorece a concentração de riqueza e o empobrecimento das classes trabalhadoras.

O movimento de ascensão dos ideais neoliberais conta com a parceria monopolista profundamente articulada aos objetivos do capital financeiro transnacional. O projeto privatista ganha espaço entre os grandes donos do capital para promover a lucratividade e, ao mesmo tempo, intensificar as contradições que permeiam a esfera do trabalho. O domínio neoimperialista atrelado às medidas neoliberais acentua a dependência econômica brasileira no mercado transnacional. A partir de 1990, os governos posteriores a Collor deram continuidade às privatizações e às práticas de concessões, em conformidade com o discurso neoliberal. Tais projetos foram executados pelo

governo a fim de drenar a riqueza nacional produzida com o suor da classe trabalhadora para as grandes empresas estrangeiras (Félix; Neto, 2021, p. 4).

Esse processo irá desencadear medidas remanescentes em atividade em Alagoas no sentido de promover alguma seguridade social por parte do Estado. A falência do Banco da Produção do Estado de Alagoas (Produban) em 1997 é exemplar para evidenciar as consequências da crise estrutural do capital e do neoliberalismo na economia alagoana. O referido banco foi criado em 2 de julho de 1963 com o intuito de fomentar o desenvolvimento econômico em Alagoas (História de Alagoas, 2024), oferecendo crédito e apoio a pequenos e médios empreendedores. No entanto, a gestão do banco se tornou marcada por práticas clientelistas, que favoreceram empresários com empréstimos sem garantias adequadas. Essa situação culminou em um “rombo” estimado em R\$3 bilhões, levando-o à falência e exigindo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as irregularidades na concessão de crédito.

A falência do Produban ilustra como a lógica neoliberal – que prioriza os interesses do capital financeiro –, pode levar à desarticulação de instituições que deveriam promover o desenvolvimento de uma sociedade. O modelo neoliberal não apenas desconsiderou as necessidades da economia local, mas também intensificou as desigualdades sociais, resultando no aumento do desemprego e da precarização do trabalho. A liquidação do Produban teve repercussões diretas na economia alagoana. A falta de crédito para pequenos e médios empresários resultou em uma diminuição da atividade econômica, afetando a geração de empregos e a renda da população. O fechamento do banco também significou a perda de um importante instrumento de política pública que poderia ter mitigado os efeitos da crise econômica, especialmente em um estado já vulnerável. Vejamos esta nota:

Minado de problemas deixados pelos governos que serviram à ditadura militar, sobretudo problemas de liquidez, o Produban fechou definitivamente no governo de Fernando Henrique Cardoso, apesar de propostas do Sindicato para sanear a instituição. Débitos gigantescos das usinas de açúcar e do setor hoteleiro de Alagoas, que obtiveram empréstimos privilegiados e não pagaram, contribuíram de forma significativa para o fechamento da instituição. Outro fator determinante para o fechamento do Produban foi a política privatista do governo FHC, que patrocinou durante seus oito anos de mandato o

desmantelamento dos bancos estaduais e federais, visando entregá-los aos banqueiros nacionais e estrangeiros. (SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE ALAGOAS, 2018).

Além das acima apontadas consequências econômicas, a falência do Produban acentuou a crise social em Alagoas. O aumento do desemprego, combinado com a falta de investimentos em serviços públicos, contribuiu para um cenário de pobreza e exclusão social. As políticas neoliberais, ao priorizar o lucro em detrimento do bem-estar social, deixaram a população alagoana em uma situação de vulnerabilidade extrema.

Outro exemplo recente dos impactos da crise estrutural do capital e do desenvolvimento do neoliberalismo em Alagoas pode ser observado na privatização de serviços públicos, em especial de infraestrutura, e as consequências que estas “medidas de austeridade” têm gerado na ampliação das desigualdades sociais, refletindo uma tendência observada em diversas partes do Brasil. A luta contra a privatização da Companhia Energética de Alagoas (CEAL) liderada pelo sindicato dos trabalhadores do setor elétrico denunciou que a privatização não apenas resultou em tarifas mais altas para os consumidores, mas também em uma redução da qualidade do serviço prestado (*Tribuna Hoje*, 2022). A elevação dos preços da energia afeta desproporcionalmente as famílias de baixa renda, que já enfrentam dificuldades financeiras. A privatização da CEAL contribuiu para a ampliação das desigualdades, pois, as classes mais pobres se veem obrigadas a destinar uma parte significativa de sua renda para cobrir custos de energia elétrica, enquanto as empresas privadas priorizam o lucro em detrimento do acesso público ao serviço. Matérias divulgadas no periódico *Tribuna de Alagoas*, 2022, corrobora a situação:

O sindicato vem travando uma luta de mais de 20 anos contra a privatização da Ceal [Companhia Energética de Alagoas]. Sempre defendemos uma empresa pública com qualidade de serviço. Sendo um setor estratégico, entendemos que é preciso que o poder público garanta esse serviço para todos, sejam pobres ou ricos, sejam urbanos ou rurais. Empresa privada só visa lucro e só investe onde há retorno financeiro, a questão social não é levada em consideração (*Tribuna Hoje*, 2022).

A privatização dos serviços de saneamento em Alagoas figura como outro capítulo da crise em curso no estado. A concessão desses serviços à iniciativa privada resultou em tarifas elevadas e em uma cobertura inadequada, especialmente nas áreas mais vulneráveis. Muitas comunidades, que já enfrentavam problemas de acesso à água potável e ao esgoto, viram suas condições se agravarem. A falta de investimentos adequados e a priorização do lucro pelas empresas privadas resultam em um ciclo de exclusão social, onde as populações mais pobres são as mais afetadas pela falta de serviços básicos. A fala da presidenta do Sindicato dos Urbanitários de Alagoas (2022), Dafne Orion, demonstra a insatisfação da sociedade civil com relação ao projeto de privatização dos serviços públicos:

Dafne ressaltou que é importante lembrar que essa privatização da água só foi possível após a aprovação da Lei nº 14.026/2020, pelo governo Bolsonaro, que atualizou o marco legal do saneamento, sufocando as empresas estaduais de saneamento e empurrando, goela abaixo, a privatização de todo o sistema. (*Tribuna Hoje*, 2022).

A proposta de privatização da saúde pública em Alagoas suscita preocupações sobre o impacto nas desigualdades sociais. Com a terceirização dos serviços essenciais, como higienização e farmácia, a qualidade do atendimento é comprometida, e o acesso aos serviços de saúde se tornaram mais restrito para as populações de baixa renda. A privatização prioriza o atendimento a quem pode pagar, deixando um expressivo contingente populacional em situação de vulnerabilidade.

Outro aspecto essencial para compreender os efeitos da crise estrutural do capital e das políticas neoliberais em Alagoas se dá no âmbito da terceirização de trabalhadores atuando no serviço público. A terceirização responde à necessidade de precarizar a formação profissional dos trabalhadores e reduzir os direitos trabalhistas. Uma das medidas adotadas pelo governo brasileiro para dar início ao ciclo de terceirizações e inserção de agentes privados na administração do serviço público se deu na regulamentação do funcionamento das Organizações Sociais de Saúde (OSS) durante a década de 1990, instituições sem fins lucrativos que iriam

atuar na gestão de aparelhos de saúde pública. A justificativa para adoção dessa medida foi de melhorar a eficiência do atendimento de saúde pública no Brasil (argumento ponta de lança da política neoliberal) e permitir a participação ativa na gestão pública. Veja-se:

As Organizações Sociais (OSs), criada pela Lei Federal 9.637/98, são entidades privadas que recebem dinheiro público para gerir os serviços de saúde sob a lógica do mercado. O repasse da gestão pública para as OSs beneficia o setor privado, acabam com os concursos públicos, prejudicam os trabalhadores e usuários, dispensam licitação, e destroem o controle social. A lei foi criada durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, apresentando-se como um “novo modelo de gestão” para gerir as diversas políticas sociais, entre elas a saúde. Tal modelo de gestão está atrelado ao processo de contrarreforma do Estado brasileiro, o qual buscou fortalecer os caminhos do processo de privatização das políticas sociais, em especial da política de saúde, a qual vem sendo o “carro-chefe” na implementação desse novo modelo de gestão que vem se disseminando pelos municípios e estados brasileiros (FÓRUM EM DEFESA DO SUS E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DE ALAGOAS, 2014).

Apesar das “promessas de melhoria na eficiência” firmadas pelo poder público, a medida foi fortemente rechaçada por profissionais da saúde, usuários e da sociedade civil que viam na introdução das OSS na gestão de serviços públicos um risco à preservação das condições de trabalho dos profissionais da saúde e de efetiva privatização do serviço público:

O Fórum Alagoano em Defesa do SUS e Contra a Privatização constitui-se em um espaço de lutas em defesa dos direitos sociais e contra a privatização dos serviços públicos e a precarização do trabalho. Congrega trabalhadores da saúde, movimentos sociais, sindicatos, conselheiros, usuários do SUS e estudantes. Defendemos a efetivação do SUS como parte de um novo projeto societário em que todos tenham dignas condições de vida, sem divisão de classe social, reativando as bandeiras do Movimento de Reforma Sanitária (FÓRUM EM DEFESA DO SUS E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DE ALAGOAS, 2024).

É nesse contexto que surge em 2009 o “Fórum Alagoano em Defesa do SUS e Contra a Privatização”. O fórum foi criado a partir de um projeto de extensão da Universidade Federal de Alagoas e converteu-se em um importante espaço de luta em defesa de uma saúde pública, gratuita e de qualidade, sendo responsável por fiscalizar as ações do governo voltadas para o acesso à saúde. Atualmente o

Fórum continua em atividade e conta com usuários e profissionais das mais diversas áreas da saúde. Ao longo de sua trajetória o Fórum se posicionou contrário à intervenção das OSS, atuando na luta contra a intervenção da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) no Hospital Universitário Alberto Antunes (HUPAA-UFAL). A EBSEH é uma empresa pública de direito privado que foi criada em 2011 para administrar hospitais e unidades de saúde públicos, visando abrir espaço para regimes de contratação de funcionários sem a necessidade de realização de concursos públicos e inserindo um modelo de gestão que se espelha no praticado nos serviços de saúde privados. A defesa do Fórum se dava na manutenção da UFAL como gestora dos serviços ofertados pelo HU, hospital referência em diversos serviços públicos em Alagoas. Argumentavam que o modelo de gestão proposto pela OSS abria espaço para a precarização das condições de trabalho dos profissionais de saúde, além de impor um regime de trabalho que privilegia a alta produtividade em detrimento da qualidade de atendimento que a estabilidade profissional proporciona:

O Fórum Alagoano em Defesa do SUS e contra a Privatização, que integra a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde que vem empreendendo uma luta nacional pela procedência da ADI 1923/98, contra a Lei que cria as OSs, cujo abaixo assinado tem mais de 9 mil signatários e cerca de 400 entidades, afirma que os problemas que atingem ao SUS não estão centrados no seu modelo de gestão, pelo contrário, a não existência das condições necessárias para a efetivação deste modelo é que se constitui no principal problema a ser enfrentado: mais recursos para a saúde para exclusiva ampliação da rede pública, sob administração direta do Estado; o investimento para a formação do gestor, que deve ser servidor público concursado; viabilizar a garantia da transparência da gestão e do controle social dos gastos; Implementação de uma política de valorização do trabalhador da saúde que considere a admissão dos trabalhadores por concurso público, a isonomia salarial, a estabilidade do trabalho, os Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e a qualificação profissional (FÓRUM EM DEFESA DO SUS E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DE ALAGOAS, 2014).

O Fórum Alagoano em Defesa do SUS e Contra a Privatização teve uma importante intervenção no Conselho Universitário da UFAL com o objetivo de impedir a adesão do HU à gestão da EBSEH, porém, em janeiro de 2014<sup>45</sup> a

---

<sup>45</sup> Ver: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Ebserh e Ufal assinam parceria para gestão de hospital universitário em Maceió*. 2014. Disponível em: <<https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2014/01/ebserh-e-ufal-assinam-parceria-para-gestao-de-hospital-universitario-em-maceio>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

Universidade Federal de Alagoas assina o acordo de parceria na administração do hospital junto à OSS. A empresa passou a gerir a organização interna e regime de contratação de funcionários e mantém a direção conjunta com a UFAL até os dias de hoje, ampliando as políticas de terceirização e inserindo o hospital na dinâmica de oferta de serviços de saúde praticada no ciclo neoliberal no Brasil, ainda que operando através de uma empresa pública.

Indubitavelmente à exposição desses acontecimentos da história recente de Alagoas não esgota a explicação de como os movimentos de extrema direita da década de 2010 se inseriram nas estruturas do estado. Contudo, a crescente ampliação das políticas neoliberais em curso a partir do final dos anos 1980 no Brasil objetivando abrir novas iniciativas de intervenção do Capital na economia dos Estados nacionais, somado ao descrédito da população nas oligarquias canavieiras que historicamente operam as instituições públicas alagoanas criaram o ambiente propício para o surgimento de uma alternativa conservadora que buscasse moralizar a política institucional e se apresentar como o "novo", como uma alternativa isenta das relações políticas explícitas amplamente familiares à população alagoana.

A partir da análise histórica dos eventos que marcaram a crescente influência das políticas neoliberais em Alagoas, é evidente que a adesão à EBSERH não apenas transformou a administração do hospital, mas também refletiu um movimento mais amplo de precarização e privatização dos serviços públicos. Essa transição, embora justificada pela promessa de eficiência, trouxe à tona preocupações sobre a qualidade do atendimento e as condições de trabalho dos profissionais de saúde. A resistência do Fórum Alagoano em Defesa do SUS e Contra a Privatização, que buscou manter a UFAL como gestora do hospital, destaca a luta contínua contra a lógica neoliberal que permeia a saúde pública. Assim, ao adentrarmos na discussão sobre o Instituto Liberal de Alagoas (ILA) e suas implicações, é crucial considerar como essas iniciativas se inseriram nesse contexto de “transformação política e social”, evidenciando a intersecção entre a política econômica e a esfera da saúde no estado.

## 4.2-O Instituto Liberal de Alagoas (ILA)

O desenvolvimento das organizações e grupos que surgem após a consolidação das já mencionadas “bolhas digitais” a partir das mobilizações de junho de 2013 não se dá de maneira linear. Ele é resultado de condições históricas favoráveis à difusão de perspectivas ideológicas e políticas das mais diversas, e, nem sempre os atores políticos que surgem neste período conseguiram se consolidar e resistir ao ritmo frenético dos acontecimentos políticos que se desdobram a partir deste período. Como demonstramos no capítulo 3, apenas, os elementos que melhor se adaptaram à nova forma de pautar o debate político nas redes terão acesso às oportunidades que se abriram neste período. Este fato nos permite observar e compreender o fenômeno estudado nesta pesquisa a partir das experiências desenvolvidas em Alagoas.

A experiência do Instituto Liberal de Alagoas (ILA) nos permite apreender o exemplo de proposta política e ideológica alinhado à doutrina neoliberal que não foi capaz de se perpetuar na vida política alagoana, contudo representa um segmento que se popularizou a partir das mobilizações de junho de 2013. Os Institutos Liberais e os *think tanks* que surgiram no Brasil durante a década de 1980 e 1990 correspondem a uma necessidade específica de organização e difusão do movimento neoliberal<sup>46</sup>. Num primeiro momento esses grupos preocuparam-se, prioritariamente, em difundir às ideias liberais no país e consolidar um quadro de referências em setores estratégicos da sociedade. Dessa forma, a articulação dessas organizações com *think tanks* tradicionais e consolidados em outros países foi essencial no fornecimento de *know how* para fortalecimento do movimento. Contudo, ao longo das transformações históricas sofridas nas condições de atuação na política brasileira, estes coletivos adaptaram suas formas de intervenção e conformação de sua pauta.

---

<sup>46</sup> Esse processo diz respeito ao surgimento dos primeiros *think tanks* a atuarem no Sul e Sudeste do Brasil no final dos anos 1980, contando com a mediação de nomes clássicos do pensamento neoliberal como Friedeich Hayek e outros intelectuais da Sociedade de Mont Péleryn. Para uma análise aprofundada desse processo no Brasil, ver GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2002.

As matrizes teóricas e ideológicas da doutrina neoliberal enfrentaram resistência para assumirem um papel de vulto nos projetos políticos durante a maior parte do século XX. Até a década de 1980, e sobretudo no pós-Segunda Guerra, os projetos políticos que assumiram a dianteira a partir do *New Deal* norte-americano e do Estado de Bem-Estar Social europeu foram programas que adotaram uma profunda intervenção do Estado no sentido de racionalizar o processo de reprodução do Capital e fomento da melhoria das condições de vida dos setores populares da sociedade no sentido de efervescer a economia e garantir o acesso ao consumo.

A mudança da configuração política, de fato, se deu, apenas, durante a segunda metade do século XX, acompanhando também a queda do padrão ouro das economias do capitalismo avançado marcado pela crise em 1973 e, sua consequente reestruturação política e produtiva. Esse processo de aprofundamento das contradições da reprodução sóciometabólica<sup>47</sup> do Capital influenciou profundamente a produção capitalista contemporânea. Dessa forma, com o acirramento dessas tendências históricas, as políticas econômicas hegemônicas para manutenção do capital, começaram a entrar em choque. Ainda que os efeitos da crise tenham frustrado as alternativas tradicionais de controle econômico, ao longo da década de 1970 ainda persistiu o esforço das nações de capitalismo desenvolvido em lançar mão das políticas de orientação keynesiana para solucionar suas contradições (GROSS, 2002). À medida que essas políticas entravam em declínio, gestavam-se as condições sociais favoráveis para a adoção de novas formas de orientação política de organização da economia.

É necessário levar em consideração esses elementos para compreender o processo de conformação de uma nova onda de *think tanks* neoliberais no Brasil, sendo o Instituto Liberal de Alagoas (ILA) a primeira expressão de vulto desse movimento no estado. Contudo, o ILA representa um esforço militante que precede sua fundação. “Fundado oficialmente em junho do ano passado (2015), o Instituto

---

<sup>47</sup>Mészáros define o sociometabolismo do capital como um complexo social abrangente e incontrolável caracterizado pela subsunção da divisão hierárquica do trabalho aos ditames do capital. O núcleo constitutivo desse sistema é formado por três dimensões fundamentais materialmente constituídas, a saber, o Estado, o trabalho e o próprio capital. Esse sistema subordina para si todas as áreas da atividade humana, sendo, nesse sentido, um complexo universal mediador dos complexos particulares, entre eles, os domínios culturais e intelectuais (MÉSZÁROS, 2002).

Liberal de Alagoas teve início no Grupo de Estudos “Não Quebre a Janela”, com as primeiras atividades realizadas a partir de 2012” (*Gazeta Web*, 2023).

O Não Quebre a Janela (NQJ) surge como o embrião que conduziu à criação do ILA, contando com as principais lideranças que se mantiveram e acompanharam todo o processo de conformação da organização. Ainda que majoritariamente composto por estudantes, o NQJ também reuniu profissionais de outras categorias como professores universitários e advogados entre seus quadros. Seus princípios estavam alinhados à agenda liberal do modelo da Escola Austríaca<sup>48</sup>, como exposto em sua apresentação:

É um *Think Tank* alagoano dedicado a produzir e divulgar ideias de liberdade no campo social e econômico. Temos como valores essenciais a liberdade individual, a igualdade perante lei, a propriedade privada, a não agressão, livre iniciativa e supremacia do indivíduo. Nossa missão é conscientizar as pessoas sobre a importância da liberdade e de sua soberania como indivíduos para decidir o rumo de suas vidas (NÃO QUEBRE A JANELA, 2024).

A organização iniciou suas atividades como um grupo de estudos que fazia parte do Estudantes Pela Liberdade (EPL), rede de *think tanks* liberais que atuam internacionalmente. Dessa forma, suas práticas de atuação são desenvolvidas na universidade. Durante seu tempo de atuação, os membros que faziam parte do NQJ se inseriram em centros acadêmicos, participaram dos espaços de discussão do diretório central dos estudantes e passaram a aliar as práticas já realizadas enquanto *think tank* e a atividade política, tendo sido a UFAL o principal espaço de atuação do grupo enquanto esteve ativo.

---

<sup>48</sup> A Escola Austríaca de Economia é uma corrente de pensamento econômico que surgiu no final do século XIX, destacando-se por sua ênfase na ação humana, na ordem espontânea e na importância do livre mercado. Fundada por economistas como Carl Menger, Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, essa escola critica o intervencionismo estatal e as teorias macroeconômicas que se baseiam em agregados e equilíbrios. Os economistas austríacos defendem que a economia deve ser entendida através das decisões individuais e das interações humanas, enfatizando a subjetividade do valor e a complexidade dos processos de mercado. A Escola Austríaca também é conhecida por sua abordagem dedutiva, que se concentra em princípios lógicos e na análise das escolhas humanas, em vez de depender exclusivamente de dados estatísticos e modelos matemáticos. Para uma análise aprofundada sobre as teorias desta doutrina, ver GROSS, Denise B. *Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República*. 2003. 300 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 2003.

Não obstante o sucesso que representou a consolidação de um setor de militantes sob a bandeira do neoliberalismo, os limites que este modelo de organização apresentava restringia o espaço de atuação que o NQJ poderia alcançar. O espaço de atuação privilegiado do grupo se deu na Universidade, ainda que sua produção de textos e apresentação de posicionamentos ultrapassasse os assuntos imediatamente relativos à academia. Dessa forma, a partir da articulação com outros grupos de estudos semelhantes atuando em outros estados da região Nordeste do país, foi fundado em 2013 o Instituto Liberal do Nordeste (ILIN):

O Instituto Liberal abrangerá todo o país, sobretudo, todos os estados que compõem o nordeste brasileiro. Além da consultoria e organização de empresas a respeito das perspectivas liberais, a organização realizará a edição de material editorial, bem como livros, revistas, jornais e folhetins. Inclusive parcerias com universidades para a promoção de eventos acadêmicos. [...] a associação é um projeto do grupo “Dragão do Mar” cuja sede é em Fortaleza, do grupo “Frei Caneca” em Recife e “Não Quebre a Janela” em Maceió. O Instituto Liberal do Nordeste conta com apoio da rede Estudantes Pela Liberdade (EPL), do Instituto Mises Brasil (IMB) e do Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL). (INSTITUTO LIBERAL, 2016).

Como resultado da confluência de esforços de grupos que dividiam uma configuração semelhante, o Instituto surgiu como uma alternativa mais avançada para dialogar com essa etapa embrionária da nova onda de *think tanks* neoliberais que surgiram no período. A partir de então, esses grupos capacitaram-se institucionalmente para operar em campos de atuação que mais se aproximam aos do tradicional IL do Rio de Janeiro, demarcando um novo fôlego para o movimento neoliberal a partir de 2013. Em entrevista ao *Boletim Liberdade*, em 2017, o então presidente do ILIN Rafael Saldanha Pessoa comenta sobre a necessidade que levou à sua fundação:

Naquele ano, as ideias liberais no Brasil ainda eram restritas a grupos de estudo e com pouca ou nenhuma influência social, de forma que se percebia uma necessidade de aperfeiçoar a abordagem e a imagem dos grupos que tínhamos no Nordeste para um patamar institucional, buscando atuações a partir de um formato mais profissional e que se comunicasse melhor fora dos círculos intelectuais (*Boletim da Liberdade*, 2017).

A proposta de um Instituto Liberal regional surgiu como uma ousada tentativa de articulação dessas forças políticas “numa região extremamente estatista

e conhecida por ser a maior beneficiária dos programas sociais do governo Federal<sup>49</sup>. Ainda assim, não conseguimos encontrar indícios de uma maior atividade do ILIN no estado. A parcela alagoana que compunha a organização desde sua fundação manteve-se atuante no Instituto por um curto período de tempo. Já em 2015, o grupo encerrou sua atuação no ILIN para fundar o ILA.

A trajetória desse grupo em Alagoas e o encerramento de suas atividades no ILIN aponta alguns elementos dignos de nota. Apesar da pouca tradição do movimento liberal no estado, o ILA sinaliza o êxito organizativo dos militantes neoliberais de Alagoas. O ILIN segue em atividade, apesar de ser escasso o material documental que tivemos acesso sobre sua atuação. Também não conseguimos encontrar materiais que apontem uma possível divergência que tenha culminado no racha das organizações. Contudo, é possível considerar que se consolidou como uma força política relativamente relevante em um estado carente de organizações nessa tradição ideológica, viabilizando a criação de um polo intelectual para discussão de um projeto de sociedade neoliberal orgânico atuando em Alagoas.

Um dos elementos que permitem que façamos essa interpretação diz respeito aos autores dos textos publicados em sua página e em seus canais de comunicação. Como em outras organizações desse formato, é possível encontrar vários trabalhos e contribuições individuais de autores estrangeiros e referências do movimento neoliberal no mundo, contudo, uma boa parcela dos textos que tivemos acesso são produzidos pelos próprios integrantes do ILA.

Os princípios do Instituto retomam as mesmas premissas defendidas nas duas organizações que lhe precederam. Seguindo também a esteira da produção do NQJ, o ILA procura avançar na compreensão do problema alagoano para o paradigma liberal e dessa forma alguns textos são destinados, exclusivamente, a essa temática. Em um de seus textos, o ILA busca apresentar os indicadores que

---

<sup>49</sup>Ver: INSTITUTO LIBERAL. Nordeste ganha Instituto Liberal Autônomo. Instituto Liberal, 2023. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/nordeste-ganha-instituto-liberal-autonomo/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

colocam Alagoas como o pior estado brasileiro para desenvolver empreendimento<sup>50</sup>. Os dados levantados no trabalho são retirados de uma pesquisa desenvolvida pelo “Endeavor Brasil”, uma Organização Não Governamental de incentivo ao empreendedorismo<sup>51</sup>. O texto apresenta os critérios avaliativos da pesquisa e oferece uma interpretação do problema apresentado:

É fato: o maceioense tem um enorme potencial de empreendedorismo. Na cidade, existe a clara visão do desenvolvimento que o empreendedorismo pode trazer para o dia-a-dia das pessoas e as pessoas também querem ser agentes dessa transformação. Porém, no final do dia, existe um grande empecilho que impede a cidade de avançar: o Estado (INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS, 2016).

Pautando a necessidade de uma sociedade regida pelo livre mercado, o ILA formulou análises para as diferentes áreas de interesse da vida política e econômica do país. Durante os debates a respeito do projeto de emenda constitucional 241, aprovado durante o governo de Michel Temer em dezembro de 2016, o ILA lançou um texto em que sinaliza posicionamento favorável à PEC. O tom do texto segue a lógica de crítica aos poderes do Estado e à necessidade de enxugar os gastos públicos frente à necessidade em controlar a crise econômica pela qual passava o País:

No mês de setembro do presente ano, a dívida pública subiu mais de 1,8% e alcançou o valor de 2,73 trilhões de reais. Esse valor significa a dívida que a elite política contraiu com sua irresponsabilidade fiscal para ser paga com dinheiro dos impostos dessa e das futuras gerações. Ao bater de frente com um número tão imenso, é preciso pensar e discutir alternativas sobre esse problema (INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS, 2016).

O posicionamento favorável à PEC que congelou os gastos públicos pelos próximos 20 anos não representou nenhuma surpresa em relação ao papel que o neoliberalismo cumpre na luta de classes. Contudo, em outros materiais divulgados pelo grupo, o ILA defendeu uma perspectiva neoliberal radical ao ponto de propor o

---

<sup>50</sup> Ver INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS. *Maceió é a pior capital para empreender: entenda o porquê*. 2016. Disponível em: <https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/maceio%C3%B3-%C3%A9-a-pior-capital-para-empree-nder-entenda-o-porqu%C3%AA-223e2b9f387a>. Acesso em: 18 ago. 2024.

<sup>51</sup> Ver ENDEAVOR BRASIL. *Quem somos*. Disponível em: <https://endeavor.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

distanciamento entre a perspectiva político-ideológica neoliberal e a conservadora, argumentando a respeito da defesa das liberdades individuais de forma irrestrita. Percebe-se a tônica dessa crítica no texto que trata a respeito das alianças políticas que se firmaram entre setores liberais e conservadores, em que a organização teceu duras críticas a tal prática:

No papel, o conservador vai jurar que este é um acordo onde dois elementos distintos vão se fundir sob uma forma harmoniosa em prol de um objetivo comum. Na prática, significa obter o silêncio dos liberais em todas suas pautas sociais e deixar o conservadorismo sob o controle. Os fundamentos do liberalismo partem da liberdade individual e auto propriedade, os do conservadorismo passam pela defesa de uma suposta ordem como primeira necessidade e da proteção de tradições. O resultado dessa mistura de filosofias é geralmente um discurso de um livre mercado capenga e uma visão conservadora (ou silenciosa) sobre as questões sociais. O objetivo do presente artigo é apresentar a origem do discurso do fusionismo e evidenciar o quão inconciliáveis são as doutrinas liberais e conservadoras sob a voz dos seus próprios autores (INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS, 2016).

A crítica do ILA no texto repousa nas elaborações de Russel Kirk e Roger Scruton sobre o conservadorismo e a forma de organização da sociedade. Trazem uma crítica à “política da prudência” de Kirk em contraposição à teoria da “Sociedade Espontânea” de Hayek, argumentando que uma articulação dessas duas propostas seria inconciliável, não restando margens para alianças nessa esfera. Sendo o texto citado acima uma elaboração dos próprios militantes do ILA, evidencia-se, pelo menos a nível de discurso, uma ruptura com certas práticas de setores neoliberais brasileiros. Identificam que:

No Brasil, a estratégia fusionista foi importada e influencia diversos grupos e institutos. Mesmo aqueles que possuem somente o termo “liberal” no seu nome. Outro fenômeno brasileiro é o de adeptos do conservadorismo que se envergonham de sua ideologia e se apresentam publicamente como “liberais” ou como “liberais-conservadores (INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS, 2016).

O grupo é categórico em assumir que se deve reconhecer e entender a ideologia liberal em determinações teóricas específicas que a identifiquem como tal. A defesa da propriedade privada, do Livre Mercado e de um Estado mínimo não

figuram como elementos últimos para o reconhecimento desses grupos, sendo a defesa da liberdade irrestrita do Capital e dos indivíduos o fiel da balança no paradigma do neoliberalismo. Essa defesa, na percepção do ILA, vai além dos interesses econômicos individuais e deve ser ampliada para todo o corpo da sociedade no sentido de minimizar qualquer mecanismo do Estado de diminuição das liberdades individuais.

Essa percepção radical da necessidade de defesa das liberdades individuais se expressa em sua produção na medida em que, de forma mais explícita do que em outros ILs tradicionais, o ILA busca dialogar também com debates de opressões a minorias. Em texto produzido por uma das dirigentes da organização, o ILA defende a necessidade de superação da estatização do casamento, argumentando que a legislação brasileira vigente sobre o ato repousa em princípios morais que não competem ao Estado legislar:

Partindo, inicialmente, da justificativa da moralidade, urge evidenciar que as concepções morais estão imbuídas em um contexto social onde há pluralidade de indivíduos, que não necessariamente irão compartilhar da mesma perspectiva. Sendo assim, a imposição coercitiva de determinada concepção moral — ainda que esta tenha sido majoritária em determinado contexto - viola a liberdade daqueles que possuam concepções divergentes. Cumpre ressaltar que alguns indivíduos podem concluir que as estruturas tradicionais eventualmente não correspondem satisfatoriamente às suas expectativas e aspirações pessoais. Outrossim, estabelecer proibições legais com bases tipicamente religiosas caracteriza evidente contrassenso em um Estado Laico (INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS, 2016).

As publicações do ILA em seu *blog* se encerram em 2017, ano que se esgotam registros de suas atividades enquanto grupo. Não encontramos informações sobre qualquer formalização do encerramento de suas atividades, contudo alguns acontecimentos dignos de nota em 2016 podem dar indícios dos rumos que a organização seguiu. O primeiro deles é a filiação do ILA à Rede Liberdade, um espaço de articulação de organizações e ativistas neoliberais de todo o Brasil. O anúncio da filiação do ILA à Rede Liberdade está entre os últimos textos divulgados na plataforma do ILA que relatam alguma atividade política do grupo. Esse acontecimento pode indicar um distanciamento ainda maior do ILA ao modelo de atuação tradicional dos *think tanks* neoliberais que surgem no Brasil entre as

décadas de 1980 e 1990, o que também pode indicar que, apesar deste formato de organização ter sido essencial para a consolidação do movimento neoliberal da segunda metade do século XX, ele não é suficiente para lidar com as novas demandas da correlação de forças da década de 2010.

Outro fato digno de nota em 2016 é a renúncia do então presidente do ILA Henrique Arruda com o objetivo de concorrer às eleições municipais como vice-prefeito do candidato JHC, atual prefeito de Maceió. Em nota, o ILA justifica a desfiliação do quadro para evitar que a organização se mantivesse livre de conflitos de interesses relativos ao processo eleitoral e à atuação da organização<sup>52</sup>. Esse posicionamento pode indicar uma reorientação das prioridades do ILA, visto que, apesar de não sinalizar nenhuma interrupção das atividades do grupo, não encontramos publicações de divulgação de atividades da organização desde então, mesmo nos moldes tradicionais de atuação de *think tanks* neoliberais. Tendo em vista a importância que a disputa cargos eletivos teve para a consolidação de movimentos e personalidades da direita brasileira, a ausência de uma agenda que levasse em consideração esse espaço de atuação pode ter contribuído para o desgaste do ILA e seu consequente desaparecimento.

O ILA foi um dos primeiros exemplos de organização política que surgiu da intensificação do debate público nas redes sociais a partir de 2013, porém o modelo de organização restrito à promoção de debates políticos de natureza acadêmica acerca do neoliberalismo e as limitações de uma atuação política sólida para além destes moldes conduziram o ILA ao encerramento de suas atividades após um curto período de existência. É digno de nota o surgimento de uma organização nesses moldes em Alagoas, contudo, para que seja possível traçar comparativos com experiências exitosas de consolidação de grupos de direita no estado. O ILA teve o mérito de arregimentar um grupo de ativistas e intelectuais que deram origem à primeira organização política neoliberal em Alagoas. Porém a limitação ao espaço acadêmico, a relutância em assumir um posicionamento claro em relação ao cenário

---

<sup>52</sup> Ver INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS. *Maceió é a pior capital para empreender: entenda o porquê*. 2023. Disponível em: <https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/macei%C3%B3-%C3%A9-a-pior-capital-para-empree-nder-entenda-o-porqu%C3%AA-223e2b9f387a>. Acesso em: 18 ago. 2024.

político institucional em curso no período de atuação do grupo e o baixo engajamento do grupo na dinâmica das redes sociais como ferramenta de agitação política podem ter contribuído para a dispersão do grupo.

Contudo, o ILA não é a única experiência de movimento de direita que se desenvolve em Alagoas na década de 2010. Outros atores políticos mais habilidosos (e pragmáticos) na condução do debate nas redes e conseguiram sobreviver ao ritmo inclemente dos acontecimentos políticos no período. Estes vão apresentar um aspecto muito mais semelhante ao modelo de organização que assumiu o poder em 2018.

#### **4.3-Movimento Brasil (MBR)**

Entre as experiências exitosas de movimentos de direita em Alagoas na década de 2010, o caso do Movimento Brasil (MBR) é decisivo para compreender o sentido do processo histórico em Alagoas. Analisar o surgimento do MBR e o papel que o grupo teve no desenvolvimento da atividade política da extrema direita em Alagoas também nos permitirá compreender como as bolhas virtuais se convertem em comunidades ideológicas virtuais que compartilham ideais, valores, práticas e concepções ideológicas similares e identificáveis.

Com essa finalidade, utilizamos a página de *facebook* do movimento como fonte documental principal para conduzir uma análise discursiva das atividades e posicionamentos divulgados pelo grupo. As informações que constam na página forneceram informações acerca das primeiras atividades divulgadas, materiais de agitação e propaganda publicados, lista de discussões de internautas que interagem com os eventos divulgados e os princípios defendidos pelo grupo e sua comunidade. A análise discursiva desses registros, em sua maioria constando datas de publicação, nos permitiram localizar as atividades do grupo no cenário político nacional e seu papel na consolidação da extrema direita alagoana e seus quadros.

O MBR surgiu no final de 2014 após a vitória de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais daquele ano com a finalidade de organizar manifestações de

rua exigindo o *impeachment* da presidenta, como ocorreu em outros estados no País. A página foi criada no dia 2 de novembro, poucos dias após o segundo turno das eleições presidenciais. Na descrição, o MBR se coloca como uma organização política e em sua apresentação diz defender "a democracia, a liberdade econômica e os valores judaico-cristãos"<sup>53</sup>.

A página apresenta um intenso volume de publicações, chegando a superar dezenas de publicações em um único dia. O acesso dessas publicações na íntegra se mostrou problemático pelo volume de publicações que exigem um equipamento para processamento de dados mais sofisticado do que os disponíveis durante a produção desta pesquisa. Para analisar publicações dos anos de 2014 a 2016, acessamos a sessão de eventos<sup>54</sup>, onde é possível verificar as convocatórias para os protestos exigindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O primeiro protesto convocado pelo movimento foi marcado para o dia 15 de novembro de 2014<sup>55</sup>. Na seção de discussões é possível verificar em uma das publicações a orientação para os manifestantes que não haviam adquirido a camisa do movimento poderiam comparecer utilizando uma blusa da seleção brasileira. Confere-se na fonte abaixo exposta, os elementos argumentativos e conclamativos acionados por intermédio de uma simbologia valorativa compartilhadora de signos e significantes:

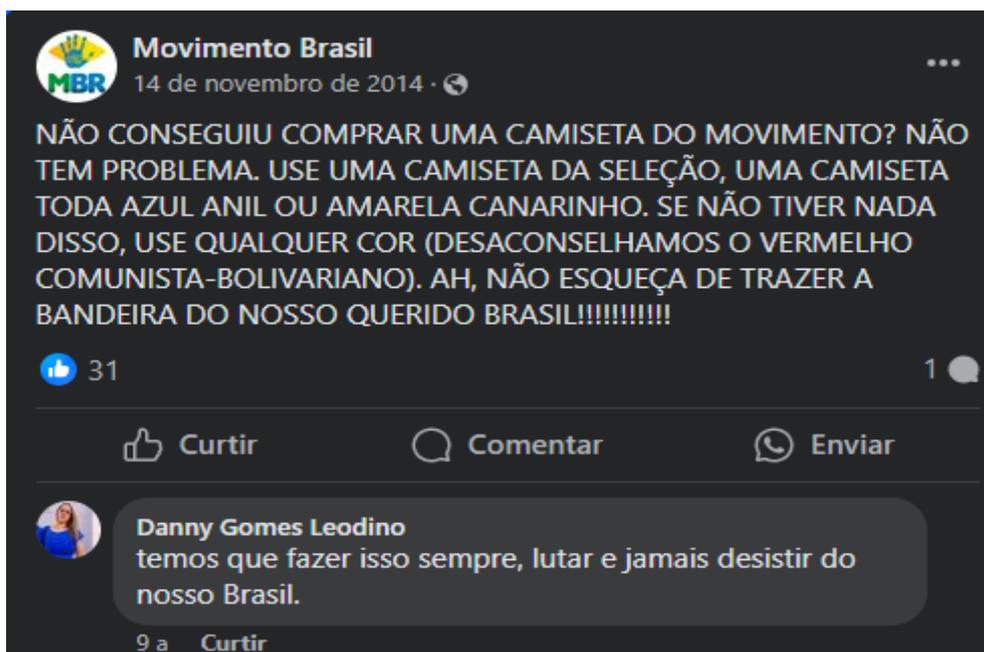
**Imagem 1 - Convocação 14 de novembro 2014**

---

<sup>53</sup>Ver: FACEBOOK. *Movimento Brasil MBR - Sobre*. Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentobrasilMBR/about>. Acesso em: 18 ago. 2024.

<sup>54</sup> Ver: FACEBOOK. *Movimento Brasil MBR - Eventos*. Disponível em: <https://www.facebook.com/movimentobrasilMBR/events>. Acesso em: 18 ago. 2024.

<sup>55</sup> FACEBOOK. *Manifestação - Dia da República*. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/854351047943518>. Acesso em: 18 ago. 2024.

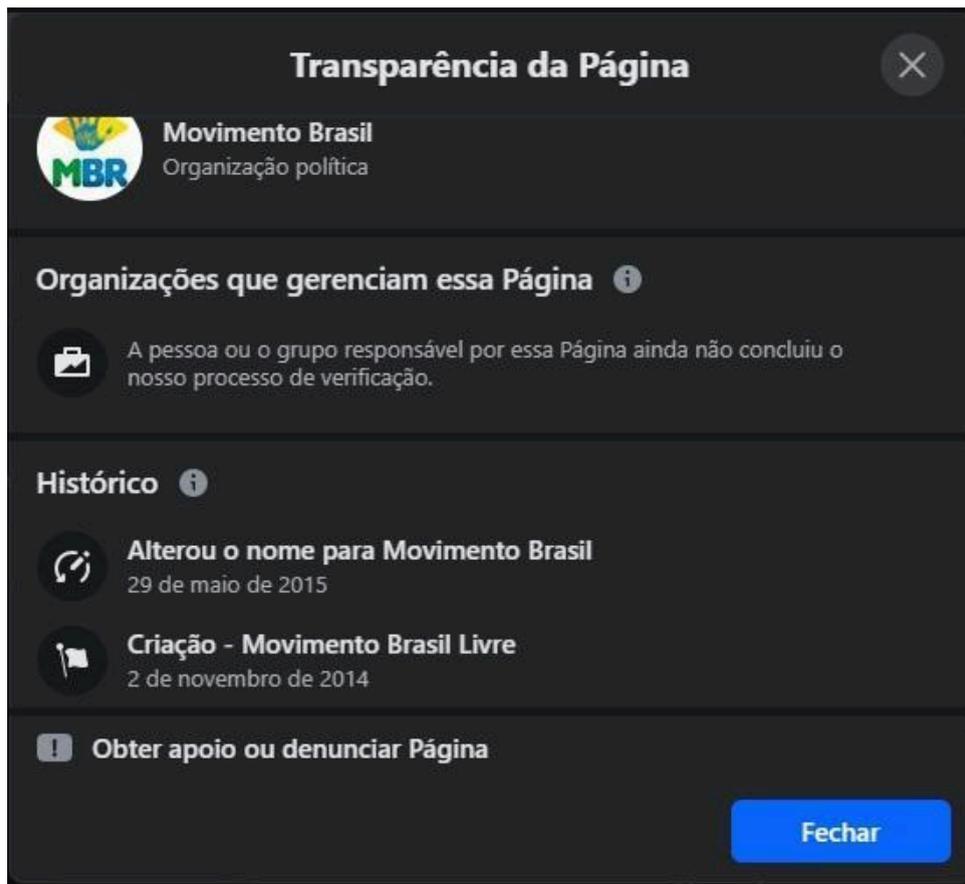


Fonte: Disponível em:

<[https://www.facebook.com/events/854351047943518?post\\_id=858799160832040&view=permalink](https://www.facebook.com/events/854351047943518?post_id=858799160832040&view=permalink)>

Chamou a atenção o fato de que nas duas primeiras imagens de divulgação dos protestos convocados o grupo se chamava “Movimento Brasil Livre”. Verificamos na seção Transparência da Página, informações sobre a data de criação do perfil no *Facebook* e constatamos que no dia 29 de maio de 2015 havia sido feita a alteração do nome da página de “Movimento Brasil Livre” para “Movimento Brasil”. Não encontramos informações sobre os motivos da troca do nome do grupo ou se havia alguma relação direta entre o “Movimento Brasil de Alagoas” e o “Movimento Brasil Livre” que ganhou expressão no sudeste do País, contudo, a partir de então, as publicações da página passaram a assinar seus materiais como “Movimento Brasil”, ainda que o evento subsequente se deu no mês de agosto daquele mesmo ano sem divulgar mais informações quanto à mudança do nome.

#### Imagem 2 - Transparência da Página



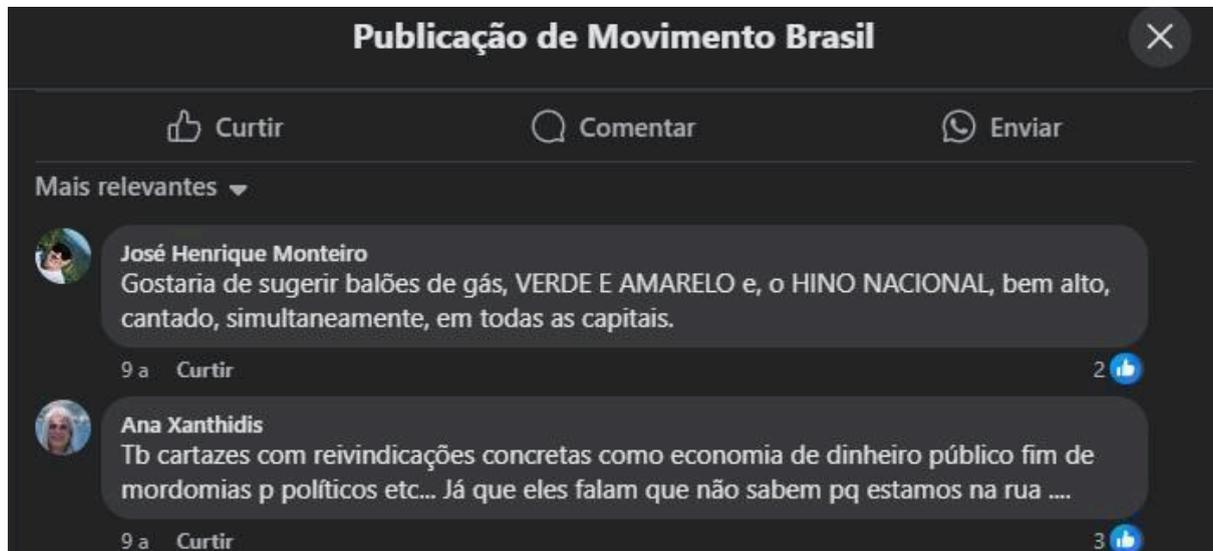
Fonte: Disponível em: <[https://www.facebook.com/movimentobrasilMBR/about\\_profile\\_transparency](https://www.facebook.com/movimentobrasilMBR/about_profile_transparency)>

Verificamos, então, o evento que antecedeu a mudança do nome da página e constatamos que se tratava do protesto convocado para o dia 12 de abril de 2015<sup>56</sup>. Seguindo a tendência de outros estados, este foi um dos protestos mais bem sucedidos das primeiras manifestações de direita convocados após as eleições presidenciais de 2014. Neste ponto, é importante ressaltar o impacto das “bolhas virtuais” para a divulgação de atividades políticas através das redes. Na sessão de Discussões do evento, é possível encontrar internautas publicando imagens com convocatória para os protestos no dia 12 de abril, enquanto outros internautas publicam propostas de pautas a serem defendidas pelos manifestantes. Presumo que a maioria dessas publicações aparentam ser feitas pela própria comunidade de internautas de maneira autônoma. As imagens publicadas por esses internautas apresentam detalhes que evidenciam que foram elaboradas de maneira amadora, abordando pautas de caráter antipetista e conservador, algumas delas utilizando

<sup>56</sup> FACEBOOK. *Manifestação - dia 12/04*. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/663459313782027>. Acesso em: 18 ago. 2024.

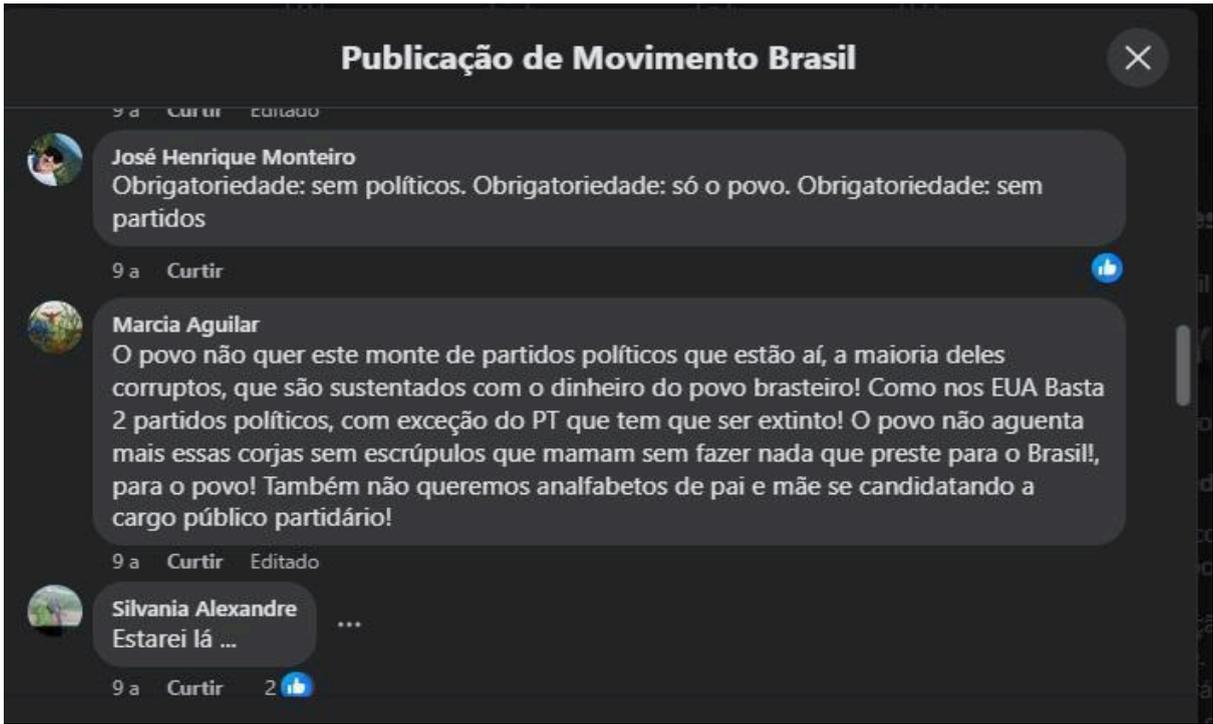
páginas de criação de “memes gratuitas” na internet que podem ser manuseadas por pessoas com noções simples de informática.

Imagem 3 - Caixa de comentários 1



Fonte: Disponível em:  
<[https://www.facebook.com/events/663459313782027/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/663459313782027/?active_tab=discussion)>

Imagem 4 - Caixa de comentários 2



Fonte: Facebook, 2024.

Imagem 5 - Meme



Fonte: Facebook, 2024.

Entre as interações dos internautas, também é possível observar as pautas defendidas pela comunidade e as discussões acerca de estratégias de agitação e propaganda nas manifestações. Mais uma vez, as pautas demonstram um amadorismo no que diz respeito ao funcionamento das instituições políticas e de ativismo social. Nessas discussões também são feitas sugestões para a organização da manifestação e demais ativistas, como orientação para utilizar camisas da seleção brasileira ou com as cores da bandeira do Brasil, sugestão de "pautas concretas" que dialoguem com os princípios defendidos pelos manifestantes.

Consideramos este último ponto como algo que deve ser melhor entendido. A publicação referida nos aponta para um ressentimento por parte desse segmento social, que aparenta se esforçar para ser levado a sério num cenário onde organizações de esquerda denunciam a falta de direcionamento e de clareza ideológica dos manifestantes em protestos de direita nesse período. Tornou-se uma prática comum entre ativistas e criadores de conteúdo virtual tanto de esquerda como de direita o comparecimento a manifestações políticas contrárias ao seu posicionamento político para gravação de vídeos onde abordam manifestantes escolhidos aleatoriamente para questioná-los acerca das pautas defendidas no protesto. Essa prática visa constranger os entrevistados de modo a expor a fragilidade dos argumentos defendidos por eles. Essa prática se popularizou nas redes sociais e no *YouTube*, servindo, inclusive, como estratégia de engajamento nas redes sociais, como é o caso do influenciador Arthur Duval, criador do canal de *YouTube* *Mamãe, falei* e membro do MBL<sup>57</sup>.

Acreditamos que esse amadorismo e falta de esclarecimento acerca do funcionamento da política institucional brasileira demonstrados nas interações de internautas nos fóruns de discussão de páginas de movimentos de direita no final de 2014 até o início de 2016 foi instrumentalizado por políticos profissionais e elementos mais oportunistas atuando no ambiente virtual e que fornecerá as bases para a criação de uma cultura política de direita que se origina deste ambiente

---

<sup>57</sup> Ver: YOUTUBE. *Mamaefalei*. Disponível em: <https://www.youtube.com/@Mamaefalei>. Acesso em: 18 ago. 2024.

virtual e que se consolida nas práticas desses manifestantes. As práticas, as palavras de ordem, os valores constroem uma identidade visual desse segmento que dá forma e inteligibilidade à medida que os acontecimentos nos anos seguintes tenham empoderado as principais referências políticas desse setor que a princípio parecia heterogêneo, confuso e pouco afeito a concessões.

Neste sentido, o linguajar agressivo, a pouca habilidade para formulação de proposições concretas, o amadorismo em relação ao ativismo político e produção de materiais de agitação e propaganda, na verdade se apresentam não como características negativas em relação ao projeto defendido por essa comunidade, mas como o mérito da prática política "honest" e "espontânea" do "cidadão de bem" que se orgulha de não recorrer aos mecanismos tradicionais da política institucional para fazer valer seus interesses. Esse espírito político, gestado entre as mobilizações que ocorrem no final de 2014 até meados de 2016, será habilidosamente captado pela base de oposição ao governo petista e terá nos plenários de votação do processo de *impeachment* no poder legislativo o seu clímax de identificação política com esta base eleitoral que acaba de se formar nas redes. O *político influencer* é o sujeito que irá demonstrar habilidade em conseguir captar o sentido desta nova cultura política de direita virtual, de rápida divulgação, linguagem direta e agressiva que demonstra intolerância com a "corrupção" das instituições políticas e meios de comunicação tradicionais, neste caso, identificadas como parte de um grande esquema liderado pela cúpula do PT e pela esquerda.

Este é o elemento que julgamos ser central para compreender o sucesso do MBR e o fracasso do ILA como alternativa política para esta direita virtual que começa a se gestar nas redes sociais. Acreditamos que as restrições da forma de atuação tradicional dos *think tanks* neoliberais brasileiros dos anos 1980 e 1990 que serviu de base para a fundação do ILA, a abordagem acadêmica que suas publicações tiveram e o baixo engajamento de suas redes sociais dificultaram a sobrevivência do grupo num cenário onde o debate político institucional começa a se ampliar dos meios tradicionais de comunicação para as redes sociais a partir de 2013. O MBR, por outro lado, soube aproveitar o momento político de efervescência e trabalhar o engajamento em suas redes sociais desde o fim das eleições

presidenciais de 2014, aproveitando a revolta desencadeada nas redes pela oposição, criando um momento propício para agitação política e estabelecimento de um método de comunicação de ideias favorável ao fortalecimento de uma cultura política de direita nascida no ambiente virtual e que cada vez mais passa a intervir não apenas na vida cotidiana dos internautas anônimos que interagem nesta comunidade, mas também na própria política institucional, como demonstrado nas votações do legislativo sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016.

Após as manifestações do dia 12 de abril de 2015, os eventos criados na página do *facebook* do MBR passam a se dar de maneira mais espaçada, porém, não se encerram. No momento da elaboração deste trabalho a página continua ativa e as informações aqui acessadas encontram-se disponíveis para análise. Contudo, em meio às publicações dos internautas na discussão do evento do ato de 12 de abril, chamou a atenção um vídeo publicado no dia 16 de março<sup>58</sup>. Diferente das demais publicações, o vídeo mostrava diversas imagens do ato ocorrido em Maceió no dia 15 de março e demonstrava uma melhor elaboração na produção e edição, contando com imagens panorâmicas do protesto, o que pode indicar a utilização de drones específicos para esta finalidade. Manifestantes em verde e amarelo exibem seus cartazes e se divertem participando do protesto.

O vídeo se encerra com o chamado para o ato em abril e foi a publicação com maior engajamento na sessão de Discussão do evento, contando com 184 curtidas e 48 comentários. Apesar de não aparentar um volume considerável de interações, é interessante perceber que o volume de interações nesta publicação foi superior até mesmo às publicações da própria página para a divulgação do evento. É de se considerar também que, apesar de apresentar um pequeno volume de interações, as informações da imprensa que cobriu o ato indicam a presença de 6 mil manifestantes, de acordo com o levantamento feito pela Polícia Militar. Os organizadores do evento estimam que o ato reuniu 10 mil manifestantes.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup>Ver: FACEBOOK. *Movimento Brasil*. Vídeo. Disponível em: <https://fb.watch/u2vrBvkag1/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

<sup>59</sup> Ver: "Alagoas tem segunda manifestação neste domingo contra corrupção". *G1*, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/04/alagoas-tem-segunda-manifestacao-neste-domingo-contra-corrupcao.html>. Acesso em: 12 jan. 2024.

Chamou a atenção também o fato do vídeo não ter sido publicado pelo perfil do próprio MBR, mas através do perfil pessoal de um dos internautas. Ao analisar a página deste internauta, pudemos notar que se trata de uma figura que se tornou bastante conhecida na política alagoana nos anos seguintes. Tratava-se do vereador Leonardo Dias, fundador do MBR.

#### **4.4 Leonardo Dias**

O vereador Leonardo Dias é natural de Aracaju, porém iniciou sua carreira política em Alagoas no contexto dos protestos exigindo o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff a partir de 2014. Identificamos o político a partir da análise das publicações da página do MBR e também encontramos registros na imprensa que indicam seu envolvimento na organização dos protestos em 2015. Utilizando o procedimento analítico prescramos a página do político na web, onde são divulgadas às atividades do referido parlamentar e sua plataforma política. Mais especificamente, utilizaremos a sessão destinada à biografia pessoal, onde encontramos elementos discursivos que nos permitiram traçar uma relação entre o discurso repercutido pela comunidade de direita virtual – que ganha espaço nas redes – e o método adotado pelos políticos *influencers* que se consolidará como fórmula de engajamento eleitoral e social desse setor a partir das eleições presidenciais de 2018.

É importante destacar que não assumimos o relato autobiográfico do parlamentar como inquestionavelmente verídicos em todas as informações ali contidas. De fato, a veracidade dos relatos assume um papel secundário na análise desenvolvida neste trabalho. O que buscamos a partir da análise do discurso é a identificação dos elementos ideológicos que configuram a figura do candidato como um “modelo exemplar” dos interesses e das aspirações da direita virtual que lhe conduzem aos cargos eletivos e lhe dão sustentação política.

Como o esperado para o político *influencer*, a abordagem adotada no texto é construída de modo a ser de simples compreensão e fácil identificação pessoal, utilizando de uma linguagem informal. Como mencionado anteriormente, este é um recurso discursivo que contribui para aproximar o político *influencer* da sua base social em contraste com a linguagem técnica e jurídica adotada no ambiente político tradicional, afastado do povo comum e, conseqüentemente, mais vulnerável ao assédio da corrupção. Esse elemento é um dos principais fatores discursivos que ajudam o eleitor a identificar o *outsider*<sup>60</sup>, a imagem de autoridade que é capaz, de maneira simples e direta, de moralizar a política brasileira e resolver os problemas históricos da população.

Segundo sua biografia, Leonardo Dias viveu sua infância no município de Boquim (Aracaju-SE). Seu pai era um funcionário do Banco do Brasil e sua mãe dona de casa, o que nos leva a deduzir que se trata de uma família de classe média com relativo conforto financeiro. Leonardo Dias é o filho mais novo do casal e tem duas irmãs. A composição familiar do candidato é importante para exemplificar o modelo familiar que o político *influencer* deve ostentar para passar a credibilidade ao eleitorado. Todo o texto biográfico é elaborado neste sentido, de modo a deixar clara a origem idônea e os valores defendidos pelo candidato. Vejamos:

Nasci em Aracaju/SE, em 31 de dezembro de 1979. Já pensou? Último dia da década e minha mãe tendo que passar por isso! Meu pai, Mário Dias, era funcionário do Banco do Brasil e minha mãe uma bela moça "recatada e do lar". Meus pais já tinham duas filhas, a Karina e a Valeska [...], mas resolveram tentar um menino para completar a família. Naquele tempo, não existia esse negócio de menino [...] só nasciam meninos de azul e meninas de rosa. Quando nasci, morávamos na cidade de Boquim/SE, que era conhecida como Terra da Laranja por ser uma das maiores produtoras da fruta. Obviamente que eu não me lembro de muita coisa nessa época, mas uma certeza eu tenho! Eu era o bebê mais lindo de todos, todas e todes (Dias, 2024).

---

<sup>60</sup> Na antropologia, o termo "outsider" refere-se a indivíduos ou grupos que não pertencem a uma determinada cultura ou sociedade, sendo considerados externos a ela. Esses outsiders podem ser observadores, pesquisadores ou membros de outras culturas que interagem com a cultura em questão. A presença de outsiders é significativa, pois eles podem trazer novas perspectivas e questionar normas e práticas estabelecidas, mas também podem ser vistos como ameaças ou fontes de estigmatização. O conceito é frequentemente utilizado para explorar dinâmicas de poder, inclusão e exclusão social, além de destacar como a identidade cultural é definida em relação ao que é considerado "dentro" ou "fora" de um grupo específico. Para uma definição detalhada dos usos da categoria, ver ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

Em sua adolescência, o parlamentar relata que seus pais teriam se divorciado, o que fez com que tenha passado sua adolescência entre Maceió e Aracaju. É curioso destacar que o parlamentar relata que teria enfrentado problemas de indisciplina durante a adolescência devido à separação de seus pais, ainda que relate não possuir motivos para tal:

Meus pais se separaram e eu queria me rebelar, mesmo que não tivesse muitos motivos pra isso. Fui morar com minha mãe em Aracaju, depois morei com meu pai em Maceió, depois fui de novo pra Aracaju e depois vim de novo pra Maceió. Hoje, desconfio que meus pais ficavam com saudades de mim, mas logo se enjoavam e mandava o outro dizer que também estava com saudades pra eu ir embora (Dias, 2024).

O indicativo semântico da rebeldia é importante para sugerir o papel da “rebeldia” na concepção desta direita virtual e a crítica do que ficou conhecido como o “politicamente correto”. A moderação na linguagem, sobretudo, em se tratando de temas políticos, ganha um aspecto negativo nas direitas virtuais que identificam a linguagem informal e agressiva como uma marca do *outsider* da política. Esse discurso encontra raízes também em um segmento editorial revisionista que se popularizou no final da década de 2010, sobretudo em publicações como “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil”<sup>61</sup> e “Guia Politicamente Incorreto da Filosofia”<sup>62</sup>. Essa linha editorial lançou manuais direcionados para diversas disciplinas de ciências humanas e se propunha a apresentar uma “perspectiva neutra” sobre os principais temas de interesse dessas áreas. Como uma “perspectiva neutra” pode-se compreender *revisionista* e de caráter conservador.

Leonardo Dias segue seu relato sobre o começo de sua vida adulta e aqui há um ponto que merece destaque. O parlamentar relata que apesar de sua família não ter passado por problemas financeiros, ele teria ingressado no mercado de trabalho aos 12 anos de idade por imposição do seu pai. Nesse ponto, é importante ressaltar o sentido que o texto dá à inserção precoce ao trabalho. O relato indica

---

<sup>61</sup>Ver: NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009.

<sup>62</sup>Ver: PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*. São Paulo: Leya, 2011.

que esse seria um elemento fundamental para o desenvolvimento pessoal do parlamentar, inclusive, insinuando que, caso o fato ocorresse nos dias de hoje, seu pai correria risco de responder na justiça devido à perseguição ideológica:

Embora meu pai sempre tivesse tido uma boa condição de vida, lá em casa nunca teve moleza. Desde os 12 anos ele me colocou pra trabalhar. Nos dias de hoje, talvez ele estivesse preso por algum ideólogo abestalhado desse (Dias, 2024).

Contudo, é a carreira profissional do parlamentar que forneceu as reflexões que podem explicar o sucesso do MBR e sua ascensão na política alagoana. Após atingir a maioridade, Leonardo Dias iniciou sua formação na área de tecnologia da informação. Levando em consideração o relato sobre a sua inserção no mercado de trabalho durante a adolescência, é possível observar que a sua carreira o tenha capacitado para lidar com o ambiente virtual e da comunicação, que foi aperfeiçoado no ramo das telecomunicações:

Então eu fui office-boy, *câmera man* e operador de CPD antes mesmo dos 16. Como eu sempre manjei dos paranauês tecnológicos, resolvi fazer faculdade de Análise de Sistemas. Casei com Patryana aos 20 anos e concluímos nossas faculdades. Nesse tempo, já tinha tido minha primeira experiência como empresário, com um provedor de *internet*. Fui contratado aos 21 anos para a Telemar, onde trabalhei 10 anos entre os estados de Alagoas, Bahia, Sergipe e Pernambuco. Milena - nossa primeira filha - nasceu enquanto morávamos em Aracaju, minha terra natal. Devo dizer que aprendi muito na Telemar/Oi e até hoje sinto a sua influência em minha vida. Sou o que sou por tudo que aprendi nesses 10 anos como Executivo (Dias, 2024).

Não buscamos deduzir que o parlamentar tenha tido acesso a informações privilegiadas acerca do funcionamento das redes sociais a partir da exposição desses elementos. Contudo, a carreira na área de tecnologias da informação e comunicação ajudou a compreender como Leonardo Dias desenvolveu a *expertise* necessária e a abordagem no âmbito da publicidade que lhe permitiram se lançar como uma das primeiras lideranças da direita virtual em Alagoas durante a década de 2010. Tendo atuado em canais de televisão católicos, ele também teve acesso à linguagem mais efetiva para lidar com um público conservador, trazendo uma

bagagem ideológica que o ajudou a se manter em evidência e produzir conteúdo digital para esse público. Em 2014, fundou o MBR e iniciou sua carreira como ativista pelo movimento de direita em Alagoas:

Eu nunca imaginei na minha vida fazer parte da política, embora eu sempre tenha gostado de pentelhar os vermelhinhos. Pois bem [...] em 2014 eu apresentava um programa católico com o Dr. Gerson Odilon e recebi a missão de entrevistar o Padre Cícero Lenivaldo sobre um ato contra o aborto. Para me preparar para entrevista, fui estudar o que estava tramitando no Congresso, neste sentido. Foi aí que vi documentos do PT a favor da descriminalização do aborto e fiquei muito puta com tudo isso. Resolvi fazer uns adesivos Fora Dilma e sair pras ruas pra entregar, quando encontrei outras pessoas tão putas com o PT quanto eu. Aliás, era muita gente puta (não no sentido erótico, claro!) E aí resolvemos nos juntar e fundamos o Movimento Brasil, que liderou as manifestações pelo *impeachment* da dita cuja. [...] Nesse meio tempo, ainda acabei liderando a luta contra a Ideologia de Gênero e pela aprovação da Escola Sem Partido em Alagoas. À bem da verdade, quando eu dei por mim, estava totalmente envolvido com política e conduzindo manifestações com dezenas de milhares de pessoas. Minhas redes sociais cresceram e muita gente começou a pedir para eu me candidatar (Dias, 2024).

O relato de sua carreira política se encerra com sua vitória nas eleições municipais para o cargo de vereador de Maceió em 2020. Descreve sua inserção na vida política como "orgânica" e natural, demonstrando mais uma vez a espontaneidade de sua proposição política, o que indicaria fidelidade aos princípios conservadores para além de interesses partidários:

Em 2016, coloquei meu nome pela primeira vez e tive 2.086 votos. E agora, em 2020, fui eleito com 3.777 votos. A política veio de forma natural e orgânica. Nunca foi uma meta para a minha vida, mas tenho procurado fazer desta missão que recebi, um exemplo de que a política pode ser feita de forma honesta e voltada para o bem dos que mais precisam. Obviamente, com muitas tretas envolvidas e envoltas neste meio de caminho. Faz parte! (Dias, 2024).

Esse é o caminho que parte dos políticos profissionais replicam até hoje em todo o Brasil, ainda que abordando aspectos distintos do ecossistema das redes sociais de direita. Compreender o caminho percorrido por esses atores políticos, seus sucessos e suas derrotas, sua forma de se posicionar diante de suas bases eleitorais e da sociedade como um todo, servem de modelo exemplar do que ficou

conhecido nesta comunidade como "cidadão de bem", convicto, agressivo, simples, um pouco desleixado com as palavras, mas com valores sólidos e comprometidos com a moral cristã e conservadora. Neste ano de 2024, Leonardo Dias irá concorrer outra vez ao cargo de vereador em Maceió e sua página é uma vitrine do modelo de negócios que ocupou o planalto entre 2018 e 2022.

Longe de se esgotar com as derrotas nas urnas, este setor político segue com forte presença nas redes sociais e ainda mais popular entre figuras públicas de não apenas da política, mas de outros ramos do mercado que encontraram, como é o caso de Luciano Hang, dono das Lojas Havan e um dos exemplos mais cristalino da relação de setores mais oportunistas do mercado e a política institucional. Para além disso, as “bolhas virtuais” demonstraram uma capacidade de adaptação a novos cenários políticos e sociais, abastecendo aqueles que precisam de uma alternativa política com conteúdo feito sob medida para seus valores e privilégios.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos dois anos, período no qual desenvolvemos esta pesquisa, assumimos a desafiadora tarefa de tentar identificar as principais características que fizessem possíveis compreender o fortalecimento das ideias de direita no Brasil durante a última década. Nos primeiros meses nos quais este trabalho se desenvolveu, ainda em 2022, diante de um cenário de intensos ataques à universidade pública brasileira que se deu através cortes orçamentários e bloqueios de recursos, percebemos a pretensão desta tarefa, uma vez que esta realidade impactaria diretamente o desenvolvimento de nossas atividades, seja do ponto de vista dos recursos disponíveis para conduzir a pesquisa, quanto das tensões e privações que o período impôs a toda a comunidade acadêmica.

Longe de ser um cenário que se inicia com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018 ou mesmo do golpe em 2016, este cenário de ataques à educação pública, e em especial à pesquisa acadêmica no Brasil, é resultado de um processo de acirramento da crise estrutural do Capital e do avanço das políticas neoliberais que se desencadearam no mundo a partir da década de 1970, como buscamos demonstrar neste trabalho, sendo uma tendência de comportamento do próprio Capital do funcionamento dos Estados Nacionais nessa nova fase de desenvolvimento das forças produtivas e das relações econômicas, sendo o Brasil - com todas as suas particularidades – apenas, mais uma parte desse processo. Essa tendência se verifica nas políticas de privatização, parcerias público-privadas e abertura para financiamentos privados a pesquisas acadêmicas, bem como na introdução da lógica empresarial na organização dos espaços de trabalho em instituições públicas, como demonstrado a partir da introdução da EBSEH na gestão do Hospital Universitário da UFAL. Estas políticas foram levadas adiante desde os governos do PSDB nos anos 90 e pelos governos do PT nos anos 2000 e 2010.

A partir das Jornadas de Junho de 2013, contudo, houve uma esperança de superação desta realidade por parte dos movimentos sociais que, sempre na luta,

buscavam expandir suas pautas para abarcar os mais diversos aspectos deste fenômeno na realidade brasileira, buscando nas ruas resistir aos ataques que o neoliberalismo impõe às condições de vida da classe trabalhadora. Contudo, as condições nas quais esses movimentos resistiam era bastante diverso daquele no qual a sociedade brasileira se habituou a vivenciar durante o século XX. A popularização do acesso à internet no Brasil que se deu a partir dos anos 2000 havia aberto novas possibilidades de agitação e propaganda para os movimentos sociais e partidos políticos em 2013, fenômeno esse que já podia ser observado em outros processos de mobilização popular como a Primavera Árabe e o *Occupy Wallstreet* no começo dos anos 2010. Contudo, da mesma forma que estas novas tecnologias foram apropriadas por movimentos sociais e partidos de esquerda ao redor do mundo – setor político que tradicionalmente se manteve em conflito com a lógica neoliberal desde os anos 1970 –, outras perspectivas políticas encontraram no caráter difuso das pautas das mobilizações de junho de 2013 um terreno fértil para disputa.

O surgimento de organizações de direita neoliberal com discurso conservador como o MBL e o Revoltados Online, seu fortalecimento nas redes sociais e nas manifestações de rua, marcam a entrada do Brasil no novo cenário político institucional que começa a se desenhar no mundo e que vivenciamos até os dias de hoje. A inquietação pelo fortalecimento do discurso de direita nas redes sociais, nos locais de trabalho, nas escolas ou nos almoços de família serviram de motivação para a escrita deste trabalho, produzido no calor dos acontecimentos e fortemente influenciado pelo avanço desse discurso nos espaços de decisão política no nosso País. Ao início das atividades, buscamos entender quais forças movimentam esta tendência histórica e procurar os indícios dessas forças através de publicações em redes sociais, matérias jornalísticas, artigos e ensaios acadêmicos igualmente ansiosos em entender a realidade que se impunha sobre nós e nossas vidas.

Este anseio em encontrar os "responsáveis" pelo atual estado de coisas no que tange à disputa ideológica no Brasil, apesar de fornecer combustível moral para prosseguir com as atividades, por vezes ofuscou nossa percepção acerca dos

elementos que iríamos priorizar em nossa análise de discursos uma vez que se trata de um processo ainda em curso. Diariamente, o ciberespaço amplia o volume de informações sobre os mais diversos temas. Dessa forma, os principais acontecimentos políticos da atualidade ganham um volume extra de informações, tendo em vista as consequências que eles acarretam e os afetos que mobilizam.

De modo que foi desafiador selecionar os elementos mais importantes e passíveis de análise discursiva para a produção deste trabalho, uma vez que a cada minuto novos personagens, fatos, sentidos e crises ganhavam espaço na crônica jornalística durante o período de escrita. Ainda que tenhamos buscado ser objetivos em nossa abordagem, a incerteza de deixar escapar fragmentos de informação essenciais para a compreensão do nosso objeto de estudo tornou a escrita deste trabalho um caminho pavimentado por contratempos e redirecionamentos imprevistos à medida que novos elementos textuais de análise surgiam.

Contudo, a partir do estudo sobre os desafios da História Digital, compreendemos que este estado de confusão e insegurança metodológica era algo compartilhado por outros historiadores que utilizam fontes virtuais como sua principal fonte de análise historiográfica. Pudemos identificar que, diferente de como pode ocorrer no manuseio de outros tipos de fonte, o excesso de fontes disponíveis no ambiente virtual contribui não apenas para a desorientação metodológica que vivenciamos, mas também para o surgimento de novas limitações técnicas e teóricas na condução da pesquisa historiográfica. Essa compreensão pode ser demonstrada a partir do conceito de *Big Data*:

O conceito de Big Data refere-se ao volume de dados de uma empresa que exige formas inovadoras e econômicas de processamento de informações para permitir uma visão aprimorada sobre produtos e estratégias de gestão e de negócios. A partir de 2005, com as grandes plataformas da internet, Google, Youtube (também da Google), Facebook, ficou mais claro como aproveitar este volume de informações dos usuários que navegavam nas redes. Estas mídias sociais, como Facebook, YouTube, Instagram, incluem grandes quantidades de big data na forma de imagens, vídeos, voz, texto e som e têm potencial tanto para empresas privadas quanto para projetos políticos. Big Data como uma disciplina da ciência computacional que trata da captação, gestão e análise dos grandes conjuntos de dados, da extração de conclusões, assim como da aplicação dessas conclusões a casos mais específicos (Andrade, 2023, p. 9).

Os desafios para o desenvolvimento da pesquisa em história digital na atualidade são complexos e refletem as dinâmicas do ambiente digital contemporâneo. O campo da História Digital está em expansão, mas os historiadores enfrentam dificuldades significativas ao investigar fontes virtuais, especialmente aquelas geradas e circuladas nas redes sociais. A crítica e análise dessas fontes exigem cuidados rigorosos, uma vez que a monopolização da internet por grandes plataformas tecnológicas, como Google e Facebook, influencia a forma como as informações são disseminadas e consumidas. A centralidade dessas redes no debate público levanta questões sobre a veracidade e a relevância das informações, uma vez que algoritmos podem distorcer a realidade e criar bolhas de informação que limitam o acesso a perspectivas diversas.

Os algoritmos das redes sociais são conjuntos de instruções programadas que determinam como o conteúdo é apresentado aos usuários em plataformas digitais. Esses algoritmos desempenham um papel crucial na filtragem e priorização de informações, influenciando o que os usuários veem em seus feeds de notícias e como interagem com o conteúdo. Essencialmente, os algoritmos analisam os dados dos usuários, como suas interações anteriores, preferências e comportamentos, para personalizar a experiência de navegação. Isso significa que, ao invés de apresentar todo o conteúdo disponível, os algoritmos selecionam o que consideram mais relevante para cada usuário, com base em padrões de engajamento. Essa prática pode levar à formação de "bolhas de filtro", onde os usuários são expostos predominantemente a informações que reforçam suas crenças e interesses, limitando a diversidade de perspectivas que encontram. Além de personalizar o conteúdo, os algoritmos também são utilizados para maximizar o engajamento e, conseqüentemente, os lucros das plataformas. Isso ocorre porque as interações dos usuários, como curtidas, compartilhamentos e comentários, são valiosas para os anunciantes que buscam atingir públicos específicos. Assim, o funcionamento dos algoritmos não apenas molda a experiência do usuário, mas também impacta a dinâmica social e política, uma vez que a forma como as informações são disseminadas pode influenciar a opinião pública e o comportamento coletivo.

Contudo, a forma de funcionamento desses mesmos algoritmos, o método utilizado para seu desenvolvimento e os objetivos que visam atingir atualmente são segredos industriais (ANDRADE, 2023, p. 6) que as grandes empresas de tecnologia protegem a sete chaves, dificultando um entendimento claro do funcionamento da dinâmica das redes.

Além disso, a gentrificação da internet, que se refere à apropriação do espaço digital por grandes corporações, resulta em uma exclusão de vozes menores e em um controle crescente sobre o que é acessível ao público. Essa dinâmica não apenas restringe o acesso à informação, mas também transforma a internet em um ambiente onde o lucro corporativo prevalece sobre o bem público, dificultando a pesquisa histórica que depende de uma variedade e diversidade de fontes. A preservação das fontes digitais é outro desafio crítico, já que a rápida obsolescência de tecnologias e a eliminação de conteúdos por plataformas digitais podem levar à perda de registros históricos valiosos.

A interdisciplinaridade é essencial para o avanço da história digital, mas a produção acadêmica nessa área ainda é limitada. Embora o interesse dos historiadores em explorar as redes sociais como objetos de pesquisa esteja crescendo, é necessário um maior investimento em formação e recursos para que possam utilizar efetivamente as novas tecnologias e metodologias disponíveis. O campo da História Digital, portanto, enfrenta um cenário desafiador, onde a crítica cuidadosa das fontes digitais, a preservação do patrimônio documental e a adaptação às novas dinâmicas sociais e tecnológicas são fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa histórica.

Num cenário de crise estrutural do Capital, onde o capitalismo se encontra cioso de novos mercados e de monetizar todos os aspectos da vida humana, a dinâmica das redes sociais fornece 1- novos mercados consumidores, 2- um ambiente de desregulamentação de atividade econômica diante da carência de leis que normatizam as relações no ciberespaço e 3- uma ferramenta de publicidade sem precedentes na história da humanidade. As recentes polêmicas envolvendo o

Supremo Tribunal Federal (STF) e o CEO majoritário do X Elon Musk<sup>63</sup> são indícios que demonstram como o Capital aparenta ter pouca disposição para a mudar este cenário, mobilizando recursos e apoiando perspectivas políticas que sustentem esta dinâmica.

O estudo do funcionamento da dinâmica das redes nos permitiu compreender que o caráter fragmentado, superficial e sensacionalista no qual o debate público passou a ser pautado no Brasil através das redes sociais está se tornando a norma nos nossos tempos. Ela acelerou tendências de fragmentação das relações sociais que já estavam em curso pelas mudanças impostas pelo neoliberalismo à produção econômica contemporânea e ampliou o discurso de ataque da dimensão social da atividade humana preconizado por Friederich Hayek no começo do século XX (Brown, 2018, p. 45) e referendado por políticos neoliberais como Margareth Thatcher na década de 1970 (Anderson, 1995, p. 7).

Partindo deste entendimento, reconhecemos que o avanço do discurso de direita no Brasil, seu caráter difuso e que oscila de acordo com as mudanças conjunturais e as oportunidades que se abrem, não apenas tem na internet um espaço propício para chegar àqueles que possam ser vulneráveis a sua perspectiva. O discurso de direita que se popularizou no Brasil e no mundo na última década extrai da dinâmica das redes sua força motriz ideológica de fato.

A partir da conceituação deste fenômeno enquanto o surgimento de uma direita virtual buscamos identificar que o caráter fragmentado das redes sociais é o elemento definidor deste campo político. Neste mesmo raciocínio, buscamos conceituar o político *influencer* como sendo a personagem que irá incorporar esse discurso e galgar a carreira política parlamentar no período estudado, sendo o bolsonarismo a primeira e mais bem sucedida expressão desse fenômeno no Brasil.

---

<sup>63</sup> Brasil de Fato. "AGU defende suspensão do X Twitter no Brasil e diz que decisão de Moraes não fere liberdade de expressão." Brasil de Fato, 14 set. 2024, <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/14/agu-defende-suspensao-do-x-twitter-no-brasil-e-diz-que-decisao-de-moraes-nao-fere-liberdade-de-expressao>. Acesso em 15 set. 2024.

Até este momento, trata-se de um processo ainda em andamento e, como tal, sujeito a mudanças, desvios de percurso e reanálises de acordo com o desenrolar dos acontecimentos políticos que se sucedem. Atualmente vivemos um novo período de renovação de quadros políticos através das eleições municipais que ocorrerão em outubro. A particularidade do estado de São Paulo, que tem entre seus concorrentes um dos mais novos representantes dessa categoria de político *influencer* e que aparentemente concorre com o bolsonarismo para se tornar a nova cara da direita virtual brasileira e este processo pode representar um rearranjo da correlação de forças no interior desse campo<sup>64</sup>.

Deixaremos este novo capítulo para futuras produções. A produção historiográfica no calor dos acontecimentos exige que a todo momento os limites de análise sejam reiterados pelo próprio pesquisador sob pena de se perder em uma produção que não conhece um final, pois está sempre sob a sombra da ansiedade do tempo presente. Os resultados dessa pesquisa nos permitem afirmar, contudo, que este processo está longe de se encerrar e que a tão esperada "estabilidade democrática" reivindicada pelos grandes jornais parece improvável de ser alcançada diante do atual cenário, se é que um dia o Brasil experimentou tal estado de coisas. Diante disso, é necessário que a produção historiográfica brasileira na atualidade seja capaz de desenvolver as condições necessárias para interpretar e narrar estes acontecimentos.

A historiadora Débora El-Jaick Andrade, contudo, nos alerta para a dificuldade que a produção historiográfica no Brasil enfrenta para ser efetivada (Andrade, 2023, p. 13). São poucas as instituições que conseguem reunir os recursos técnicos necessários para empreender estudos na área de História Digital (softwares de análises de dados, computadores com capacidade de processamento adequado para trabalhar com *big data*, ferramentas de acesso a links apagados ou excluídos na web) e também os historiadores com *expertise* para manuseio desses recursos.

---

<sup>64</sup> "Discurso anti-Marcal é rejeitado no WhatsApp e cortes do ex-coach ganham projeção equiparável à de Bolsonaro." *O Globo*, 14 set. 2024, <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/09/discurso-anti-marcal-e-rejeitado-no-whatsapp-e-cortes-do-ex-coach-ganham-projecao-equiparavel-a-de-bolsonaro.ghtml>.

A escassez de laboratórios de pesquisa em História Digital em universidades públicas no Brasil também contribui para o atraso no que diz respeito às pesquisas que utilizam fontes virtuais como referências para construir suas análises historiográficas. Os estudos que tivemos acesso são resultado do titânico esforço desses historiadores que criam seus próprios arquivos e metodologias para desenvolver suas pesquisas, muitas delas tratando dos principais problemas impostos por nossos tempos.

Este trabalho consiste numa contribuição neste cenário e é reflexo de todas estas contradições acima expostas. As limitações de seu alcance demonstram a escassez de recursos e estrutura técnicas relativas à natureza epistemológica necessárias para empreender uma tarefa que segue como um desafio para historiadores do Tempo Presente. Contudo, a História dificilmente é produzida em circunstâncias ideais de atuação, de modo que os profissionais da História jamais esqueçam o papel que desempenham na sociedade.

## 6 REFERÊNCIAS

### Sites, blogs e portais de notícias

"2º Turno". *Uol*. Disponível em: <<https://placar.eleicoes.uol.com.br/2010/2turno/>>. Acesso em: 17 set. 2024.

"5 anos do impeachment: entenda o papel do machismo no processo contra Dilma Rousseff." *Brasil de Fato*, 17 abr. 2021.

<<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/17/5-anos-do-impeachment-entenda-o-papel-do-machismo-no-processo-contradilma-rousseff>>. Acessado em 12 ago. 2024.

"Alagoas tem segunda manifestação neste domingo contra corrupção". *G1*, 2015.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/04/alagoas-tem-segunda-manifestacao-neste-domingo-contracorrupcao.html>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

"A crise nos estados brasileiros: o caso Alagoas." *Exame*, 2021.

<<https://exame.com/colunistas/instituto-millennium/a-crise-nos-estados-brasileiros-o-caso-alagoas/>>. Acessado em 15 ago. 2024.

"A morte do fusionismo liberal-conservador." Instituto Liberal de Alagoas, 2024.

<<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/a-morte-do-fusionismo-liberal-conservador-cdd09042582f>>. Acessado em 17 set. 2018.

"Aprovação do governo de Dilma Rousseff cai para 31,3%, diz pesquisa". *Terra*. Disponível em:

<<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/aprovacao-do-governo-de-dilma-rousseff-cai-para-313-diz-pesquisa,1be86e59f87ef310VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BOLETIM DA LIBERDADE. *Receptividade das ideias liberais no Nordeste tem sido boa, afirma em entrevista presidente do Ilin*. 16 fev. 2017. Disponível em:

<<https://www.boletimdaliberdade.com.br/2017/02/16/receptividade-das-ideias-liberais-no-nordeste-tem-sido-boa-afirma-em-entrevista-presidente-do-ilin/>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

"Bolsonaro bate recorde de pedidos de impeachment de Dilma." *A Pública*, 2021.  
<<https://apublica.org/2021/02/bolsonaro-bate-recorde-de-pedidos-de-impeachment-de-dilma>  
>. Acessado em 04 ago. 2024.

Dias, Leonardo. Biografia. <[leonardodias.com.br/biografia](http://leonardodias.com.br/biografia)>. Acessado em 15 ago. 2024.

"Discurso anti-Marcal é rejeitado no WhatsApp e cortes do ex-coach ganham projeção equiparável à de Bolsonaro." *O Globo*, 14 set. 2024.  
<<https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2024/09/discurso-anti-marca-l-e-rejeitado-no-whatsapp-e-cortes-do-ex-coach-ganham-projecao-equiparavel-a-de-bolsonaro.ghtml>>. Acessado em 19 ago. 2024.

"Do impeachment à tentativa de golpe: direita também passou a ocupar as ruas." *A Pública*, 2023.  
<<https://apublica.org/2023/06/do-impeachment-a-tentativa-de-golpe-direita-tambem-passou-a-ocupar-as-ruas/>>. Acessado em 15 ago. 2024.

ENDEAVOR BRASIL. *Quem somos*. Disponível em: <https://endeavor.org.br/quem-somos/>.  
Acesso em: 18 ago. 2024.

"Ex-guerrilheira pode ser a mulher mais poderosa do mundo, diz The Independent". *UOL*, 2010. Disponível em:  
<<https://www.uol.com.br/eleicoes/2010/ultimas-noticias/2010/09/27/ex-guerrilheira-pode-ser-a-mulher-mais-poderosa-do-mundo-diz-the-independent.jhtm>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

FACEBOOK. *Movimento Brasil*. Vídeo. Disponível em: <<https://fb.watch/u2vrBvkag1/>>.  
Acesso em: 18 ago. 2024.

FÓRUM ALAGOANO EM DEFESA DO SUS E CONTRA A PRIVATIZAÇÃO. *Manifesto contra as OSs: em defesa do SUS*. [S.l.: s.n., 2021]. Disponível em:  
<[https://www.dohms.com.br/sites\\_columbia/files/sindsaude/1/contraos.pdf](https://www.dohms.com.br/sites_columbia/files/sindsaude/1/contraos.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2024.

"Gente de bem protesta aos domingos." *Brasil de Fato*, 2021.  
<<https://www.brasildefato.com.br/2021/04/18/impeachment-5-anos-a-relacao-entre-junho-de-2013-e-a-ascensao-da-extrema-direita>>. Acessado em 15 ago. 2024.

INSTITUTO LIBERAL DE ALAGOAS. *Maceió é a pior capital para empreender: entenda o porquê*. Disponível em:

<<https://medium.com/instituto-liberal-de-alagoas/maceio-%C3%B3-%C3%A9-a-pior-capital-para-empreender-entenda-o-porqu%C3%AA-223e2b9f387a>>. Acesso em: 17 set. 2024.

INSTITUTO LIBERAL. *Nordeste ganha Instituto Liberal autônomo*. Disponível em:

<<https://www.institutoliberal.org.br/blog/nordeste-ganha-instituto-liberal-autonomo/>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

"Manifestantes ocupam Avenida Paulista em protesto contra Dilma". *G1*, 15 nov. 2014.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/11/manifestantes-ocupam-avenida-paulista-em-protesto-contradilma.html>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

"Mensalão: cronologia do caso". *Memória Globo*. Disponível em:

<<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/mensalao/noticia/mensalao-cronologia-do-caso.ghtml>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

"Movimento Brasil Livre." Facebook.

<[www.facebook.com/movimentobrasilMBR/videos/1587727794773528?idorvanity=663459313782027](https://www.facebook.com/movimentobrasilMBR/videos/1587727794773528?idorvanity=663459313782027)>. Acessado em 15 ago. 2024.

MOVIMENTO BRASIL LIVRE. MBL - Movimento Brasil Livre. Disponível em:

<<https://mbl.org.br/>>. Acesso em: 17 ago. 2024.

"Netflix lança série 'O Mecanismo', inspirada na Lava Jato". *Poder 360*. Disponível em:

<<https://www.poder360.com.br/brasil/netflix-lanca-serie-o-mecanismo-inspirada-na-lava-jato/>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

"O Mecanismo | Crítica". *Omelete*, 2018. Disponível em:

<<https://www.omelete.com.br/series-tv/criticas/o-mecanismo-critica>>. Acesso em: 12 jan. 2024.

NÃO QUEBRE A JANELA. F.A.Q. Disponível em:

<<https://naoquebreajanela.wordpress.com/f-a-q/>>. Acesso em: 17 set. 2024.

"O que foi a Operação Lava Jato". *CNN BRASIL*. Disponível em:  
<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-que-foi-a-operacao-lava-jato/>>. Acesso em: 02 fev. 2024

"Operação Lava Jato desafia os melhores advogados do Brasil". *El País*. Disponível em:  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/05/politica/1417805491\\_151821.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/05/politica/1417805491_151821.html). Acesso em: 02 fev. 2024.

"Petrobras teve prejuízo de R\$ 21,6 bilhões no ano passado". *Agência Brasil*. Disponível em:  
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-04/petrobras-teve-prejuizo-de-r-216-bilhoes-no-ano-passado>. Acesso em: 02 fev. 2024.

"Prevista em 1990, delação virou meio de vingança na Lava Jato". *Conjur*, 20 jul. 2022.  
Disponível em:  
<<https://www.conjur.com.br/2022-jul-20/prevista-1990-delacao-virou-meio-vinganca-lava-jato/>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

"Protestos contra a Copa têm mais de 15 mil confirmados". *Gazeta do Povo*, Curitiba, 12 jun. 2014. Disponível em:  
<<https://www.gazetadopovo.com.br/esportes/copa/2014/protestos-contra-a-copa-tem-mais-d-e-15-mil-confirmados-99xd20f537bcprpd3mbopuun9q/>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

"Redes sociais influenciam voto de 45% da população, indica pesquisa do Datasenado." Senado Federal, 2019.  
<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/12/redes-sociais-influenciam-voto-d-e-45-da-populacao-indica-pesquisa-do-datasenado>>. Acessado em 14 ago. 2024.

"Renan Calheiros diz que investigações da Lava Jato são intocáveis". *G1*, 10 mai. 2016.  
Disponível em:  
<<https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/renan-calheiros-diz-que-inv-estigacoes-da-lava-jato-sao-intocaveis.html>>. Acesso em: 17 jan. 2024.

"Resultado Presidente Brasil - 2º Turno". *Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco*, 2002.  
Disponível em:  
<<https://www.tre-pe.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002-1/resultado-presidente-brasil-2-turno>>. Acesso em: 12 jan. 2024. Acesso em 12 de janeiro de 2024

"Sérgio Moro". *Jornal Contábil*. Disponível em:  
<<https://www.jornalcontabil.com.br/sergio-moro-2/>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

"Sérgio Moro, o ex-juiz que entrou para a política". *Info Money*. Disponível em:  
<<https://www.infomoney.com.br/perfil/sergio-moro/>>. Acesso em: 02 fev. 2024

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE ALAGOAS. *Luta em defesa do Produban completa 30 anos*. Disponível em:  
<<https://bancariosal.org.br/noticia/32614/luta-em-defesa-do-produban-completa-anos>>.  
Acesso em: 17 set. 2024.

"Todos os 39 investigados por fraude na Petrobras se tornam réus". *El País*, 17 dez. 2014.  
Disponível em:  
<[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/17/politica/1418838422\\_270730.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/17/politica/1418838422_270730.html)>. Acesso em:  
17 set. 2024.

"Uma escolha muito difícil." Estadão, 2021.  
<<https://www.estadao.com.br/opiniao/uma-escolha-muito-dificil/>>. Acessado em 06 ago.  
2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. *Ebserh e Ufal assinam parceria para gestão de hospital universitário em Maceió*. 2014. Disponível em:  
<<https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2014/01/ebserh-e-ufal-assinam-parceria-para-gestao-de-hospital-universitario-em-maceio>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

"Urbanitários de Alagoas criticam privatizações de empresas públicas". *Tribuna Hoje*, 19 abr. 2022. Disponível em:  
<<https://tribunahoje.com/noticias/politica/2022/04/19/101831-urbanitarios-de-alagoas-critica-m-privatizacoes-de-empresas-publicas>>. Acesso em: 17 set. 2024.

"Vem Pra Rua." Facebook,  
<[www.facebook.com/events/663459313782027/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/663459313782027/?active_tab=discussion)>. Acessado em 15  
set. 2024. Acessado em 15 ago. 2024.

YOUTUBE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hwVIZpK6OME>>. Acesso em: 22 jan. 2024.

YOUTUBE. *Mamaefalei*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@Mamaefalei>>. Acesso em: 18 ago. 2024.

## **Livros, artigos e publicações**

ANDRADE, Débora El-Jaick. *Redes sociais e história digital*. *Revista de Matemática, Ensino e Cultura - REMATEC*, n. 44, e2023004, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2023.n44.pe2023004.id509>>.

BARROS, José D'Assunção. *Fontes históricas*. Introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CALDEIRA NETO, Odilon. *Neofascismo, 'Nova República', e a ascensão das direitas no Brasil*. *Conhecer: o debate entre o público e o privado*, Fortaleza, CE, n. 24, p. 120-140, jan. 2020.

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier: Campinas, 2012 [Cap. 2, p. 37-54].

CASTELLS, Manuel. *La galáxia internet*. Barcelona: Cultura libre, 2001.

CHALOUB, Jorge; PERLLATO, Fernando. *Intelectuais da 'nova direita' brasileira: ideias, retórica e prática política*. In: *Encontro Anual da ANPOCS*, 39, 2015, Caxambu. Anais. Caxambu, MG, 2015.

COSTA. Arrizete C. L. Cartografia das 'insurgências' na pesquisa histórica alagoana: deambulações de uma orientadora. In: *Seminário Nova Historiografia Alagoana: avanços e desafios do sertão ao litoral*. 2022.

COSTA. Arrizete C. L. *Maceió Medúsica: uma interpretação histórica das imagens da diáspora de intelectuais alagoanos na literatura – 1930/40*. Maceió: EDUFAL, 2015.

intelectuais alagoanos na literatura - 1930/40. Maceió: Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL, 2015. v. 1.

CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (organizadores). *Direita, volver!: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FELIX, Tatiana Lyra Lima & NETO, Artur Bispo dos Santos. *Neoliberalismo, neoimperialismo e desemprego em Alagoas*. 2021. Disponível em: <[https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoid\\_907\\_907612aad37f0a0f.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_907_907612aad37f0a0f.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2024.

FREDERICHS, Lidiane Elizabete. A importância dos Think Tanks para a divulgação do neoliberalismo no Brasil. *Faces de Clio*, Juiz de Fora, MG, v. 2, n. 4, p. 109-129, jul.-dez. 2016.

GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GONÇALVES, Leandro Pereira; CALDEIRA NETO, Odilon. *O fascismo em camisas verdes: do Integralismo ao Neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GROS, Denise Barbosa. *Institutos Liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República*". Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, SP, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINGEL, Jessa. *The gentrification of internet: how to claim our digital freedom*. California. California University Press, 2021.

MARICATO, Ermínia. *Cidades rebeldes: a luta pelo direito à cidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

MESZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964*". São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas Políticas na História: novos estudos*. São Paulo: Editora Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

NARLOCH, Leandro. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 11ª Edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, E. P. *As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas: SP. Editora da Unicamp, 2007.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PONDÉ, Luiz Felipe. *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia*. São Paulo: Leya, 2011.

SICSÚ, João. *Keynes e os novos-Keynesianos*. Revista de Economia Política, v. 19, n. 2, p. 74-92, 1999. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rep/a/9t89Chy9ZCV4dW5XBHs6vgP/>>. Acesso em: 14 de agosto de 2024

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.